



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE II



MUNICÍPIO DE ÍLHAVO

“A Covid suspendeu a vida das pessoas”

bugalha

QUINTA DA CRUZ

A Quinta da Cruz com cerca de 5 ha localiza-se na Folgosa do Douro e pertence à família há cerca de 20 anos.

Os vinhos Bugalha nascem do cruzamento de raízes transmontanas ligadas à agricultura com a paixão partilhada pela região.

O terroir único, a exposição a Norte e a enologia de precisão, fazem com que os vinhos Bugalha espelhem o que de melhor se faz na região do Douro.

www.bugalha.pt



bugalha
my loft DOURO

Bugalha My Loft Douro é um Alojamento Local e localiza-se no centro da cidade do Peso da Régua, na "Capital do Vinho e da Vinha". A menos de 1 minuto da estação ferroviária de Peso da Régua e sensivelmente a 5 minutos do cais, insere-se num edifício centenário, inteiramente remodelado e reestruturado, com nove tipos de apartamentos diferentes, totalmente equipados com capacidade para 4 pessoas, proporcionando assim uma experiência única.

O merecido descanso

Rua José de Vasques Osório n° 20,
5050-280 Peso da Régua
912 785 758 · geral@bugalha.pt



OS SANTEIROS DE SÃO MAMEDE DO CORONADO DA TROFA PARA O MUNDO

**PATRIMÓNIO
CULTURAL DE TODOS!**





13 DE AGOSTO[®]

C O N S T R U Ç Õ E S

**CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTE DE MERCADORIAS
ALUGUER DE EQUIPAMENTO**



Estrada Nacional 312, n.º10, Carreira da Lebre
5460-125 Beça - Boticas

Tel: 276 415 654
geral@construcoes13deagosto.pt



MUNICÍPIO DE ÍLHAVO

“A COVID SUSPENDEU A VIDA DAS PESSOAS”

Fernando Caçoilo, presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, assegura que a atual pandemia entrou nas vidas de todos os portugueses, como um verdadeiro murro no estômago, e que o seu aparecimento teve reflexos na vida e no quotidiano de todos os cidadãos em qualquer município deste País. Assim, esta nova realidade refletiu-se negativamente na atividade do município e na sua economia. No fundo, “a Covid suspendeu a vida das pessoas”.



► “É um facto que a atual pandemia foi uma realidade que nos entrou pela porta dentro, aquilo que costumamos chamar de murro no estômago e que o seu aparecimento teve reflexos na vida e no quotidiano de todos os cidadãos em qualquer município deste País. Assim, claro que a pandemia acabou por se refletir negativamente na atividade do próprio município e na sua economia. Teve também reflexos nas empresas no seu desempenho económico. No fundo, a Covid suspendeu a vida das pessoas”, assegura Fernando Caçoilo, presidente da Câmara Municipal de Ílhavo.

O autarca explica que este mandato, metade dele a lidar com a pandemia, tem sido de difícil gestão, numa tentativa permanente de equilíbrio “entre o que se quer fazer e aquilo que efetivamente é possível fazer. Para isso, tivemos que nos ajustar e adaptar, reconhecendo que a vida como a conhecemos parou, mas tendo também a certeza de que o futuro é já amanhã. Assim, nada mais nos restou fazer que resolver essa terrível equação entre a saúde da comu-

nidade, a vida das pessoas e a economia, ou seja, tivemos que respeitar e estar atentos a todas as questões sanitárias e de saúde, mas também tivemos que acautelar a vida das pessoas, uma vez que muitas perderam o emprego, outras estão em *lay-off*, enquanto que outras atravessam sérios problemas do ponto de vista social. Atualmente, temos cumprido esse equilíbrio, aliando-nos nesse combate a todas as associações concelhias e IPSS, uma vez que sabemos que estas estão na linha da frente na luta junto das populações”.

De acordo com o edil, em virtude da atual pandemia, as autarquias, em muitos casos, acabaram por substituir aquela que era a obrigação do Governo, ultrapassando por vezes, as suas competências. Numa primeira fase, por exemplo, segundo Fernando Caçoilo, a Segurança Social esteve longe de todo o processo, deixando as IPSS que já vivem com tantas dificuldades, sem qualquer apoio por parte da Tutela. “As instituições não receberam qualquer apoio do Estado ao nível dos equipamentos de proteção individual, na exigência dos confinamentos, na realização de testes, qualquer tipo de apoio financeiro, entre muitos outros, papel que a Autarquia teve que assumir desde a primeira hora. Este é um apoio que mantemos até hoje, até porque o esforço tem sido contínuo”.

No que concerne às pessoas, o autarca informa que serviços de ação social municipal, em estreita colaboração com as IPSS locais, têm estado atentos e têm, por exemplo, adquirido bens, medicação e respetiva entrega a todos aqueles que



Fernando Caçoilo

estão confinados e que não têm qualquer retaguarda. O edil ressalva ainda as várias medidas tomadas como forma de apoio a todo o comércio local, nomeadamente através da isenção de pagamento de todo o tipo de taxas, assim como a campanha de incentivo ao consumo que foi colocada em funcionamento, “Compre o que está mais a mão! Opte pelo comércio no nosso município”, “tudo com o objetivo de apoiar a nossa economia e as nossas empresas. O nosso trabalho é diário, contínuo e permanente. Resumidamente, entre as várias medidas tomadas, os apoios prestados e a redução de receitas, falamos de um esforço finance-

ro no orçamento municipal que contribuiu para que as famílias e as empresas ficassem com mais 1,2 milhões de euros de rendimento disponível. Apesar disso, reconhecemos que outras medidas poderiam ter sido tomadas, contudo, ultrapassam amplamente as nossas competências e essas sim, deveriam ser implementadas pelo Ministério da Economia”, acusa Fernando Caçoilo.

Por outro lado, segundo o autarca, a vacinação decorre no concelho ainda a um ritmo bastante abaixo do que seria desejável, em virtude da falta de vacinas disponíveis, sendo que, também neste campo, “o município nada pode fazer. Assim,



ajudamos no que é possível, nomeadamente através do transporte de todos os que não têm condições para o fazer, sobretudo pessoas mais velhas e com limitações de mobilidade, alguns deles acamados, em parceria com os nossos bombeiros. Para além disso, em parceria com o ACeS Baixo Vouga [Agrupamento de Centros de Saúde], logo que a campanha de vacinação seja massificada, disponibilizámos para esse efeito, alguns equipamentos municipais, nomeadamente a Casa da Cultura de Ílhavo. Venham as vacinas em quantidade porque as condições para a sua inoculação estão asseguradas”.

PLANO REPENSADO E AJUSTADO

Em virtude de todas as vicissitudes ocorridas, o edil afirma que o plano que tinha idealizado no início do mandato teve que ser repensado e ajustado à nova realidade. “O mesmo aconteceu com o País e com a própria União Europeia que prorrogou os fundos comunitários por mais três anos, uma medida verdadeiramente excepcional. Apesar disso, continuamos a investir e a apostar no aumento e melhoria da qualidade de vida dos nossos municípios, algo só possível com muita organização, cuidado e trabalho rigoroso, sustentado e sustentável. Não é por acaso que somos o 29º município, a nível nacional, com maior equilíbrio orçamental, facto a registar tendo em conta a nossa dimensão mediana. Em 2013, quando assumi a presidência desta Autarquia, a realidade era muito distinta, sendo que tínhamos cerca de 21 milhões de euros de dívida à banca. Terminaremos este ano com apenas 3,5 milhões. Ao longo deste percurso conseguimos investir, ao mesmo tempo que reduzíamos a dívida. A verdade é que, com esforço, com trabalho sério e tendo em vista a sustentabilidade, conseguimos equilibrar a gestão financeira da Autar-

“A VERDADE É QUE, COM ESFORÇO, COM TRABALHO SÉRIO E TENDO EM VISTA A SUSTENTABILIDADE, CONSEGUIMOS EQUILIBRAR A GESTÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA”


quia e ter obras em curso no concelho em conjunto com alguns parceiros, num valor superior a 12 milhões de euros. Para isso foram essenciais os fundos comunitários que conseguimos capitalizar e que explorámos até à exaustão. Apesar disso, estamos a trabalhar incessantemente no desenvolvimento do nosso território até porque está no meu ADN [graças ao meu pai], trabalhar com foco bem definido, e mediante objetivos. Estou na política por amor à causa, por amor à terra onde nasci, onde vivo e onde quero continuar a viver”. O autarca informa ainda que, durante o presente mandato conseguiu ainda baixar, por duas vezes, o valor do IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis), “receita com grande peso no nosso pacote financeiro”.

Fernando Caçoilo reconhece que algumas pessoas consideram Ílhavo um estaleiro na atualidade, contudo também assegura que, bendito é o munícipe que tem obras à sua porta, uma vez que estas são o sinal de que estão a ser realizadas melhorias. “Sabemos que muitas pessoas são adversas a grandes obras, porém elas têm que perceber que só assim se conseguimos melhorar os níveis de qualidade de vida dos nossos municípios. As pessoas têm que perceber que não é possível realizar uma obra de um dia para o outro, ou durante a noite sem qualquer ruído. Sabemos que as obras criam transtornos, mas consideramo-nos fazedores, ainda que reconheçamos que são complicadas e que demonstram a concretizar, situação agravada pelo atraso na chegada dos fundos comunitários, pela pandemia, já para não falar

da falta de mão de obra no sector da construção civil e de todos os atrasos na entrega de material que se têm registado. Algumas obras ultrapassam o prazo previsto, mas temos que ser sensatos, reconhecer a atual realidade e os seus constrangimentos, e continuar a batalhar arduamente para a sua resolução, trabalhando em prol do bem-estar de todos os municípios. Queremos que, ano após ano, o concelho de Ílhavo esteja cada vez melhor”.

FUTURO INCERTO, MAS DE ESPERANÇA

Em relação aos próximos anos, o autarca garante que estes serão incertos devido à indefinição sobre a forma como o País e o Mundo vão recuperar da pandemia, o que trará novos desafios para os municípios. Independentemente do que aconteça, o edil afirma que as autarquias terão que se instituir como parte ativa da recuperação económica e social do País, setores onde o Município de Ílhavo terá uma ação ativa, até porque o número de desempregados é razoavelmente baixo e o número de pessoas a receber Rendimento Social de Inserção (RSI) não subiu exponencialmente, “o que demonstra a estabilidade da nossa economia”. Em segundo lugar, Fernando Caçoilo não esquece o processo obrigacionista da descentralização de competências que se iniciou “de forma atabalhoada” e que exigiu uma grande capacidade de adaptação a todos os municípios. “Neste âmbito, espero que o próximo mandato seja de estabilização, ainda que reconheça que algumas áreas serão de difícil resolução”.

Por último, o autarca assegura que o futuro estará dependente do novo Quadro Comunitário de Apoio 2030 e que será “fundamental para nos adaptarmos ao novo mundo digital, das novas tecnologias e da inovação, alicerçado numa especial atenção às alterações climáticas e à preservação do meio ambiente”. Neste âmbito, o edil destaca investimentos já realizados no concelho, nomeadamente, o novo Parque de Ciência e Inovação da Universidade de Aveiro, num investimento de 35 milhões de euros e que servirá para atrair empresas de dimensão internacional, funcionando como elemento de projeção internacional do município e da Região. Fernando Caçoilo enaltece ainda o ECO-MARE – Laboratório para a Inovação e Sustentabilidade dos Recursos Biológicos Marinhos, também da Universidade de Aveiro, que conta com o Centro de Extensão e de Pesquisa em Aquacultura e Mar (CEPAM) e com o Centro de Pesquisa e Reabilitação de Animais Marinhos (CPRAM). Por fim, o edil evidencia o Centro de Inovação e Tecnologia em Aquacultura (CITAQUA) que está a nascer e que pretende atuar como catalisador de soluções, processos e tecnologias, potenciando a sua associação ao ECOMARE, sob a orientação científica da Universidade de Aveiro, prestando serviços qualificados ao sector da aquacultura, promovendo a formação profissional, inovando e diferenciando os produtos desta área específica da economia do mar, fomentando novas soluções e produtos aquícolas com elevada segurança alimentar. Fernando Caçoilo deixa uma mensagem final a todos os municípios: “O Município de Ílhavo tem esperança e tem futuro e é um concelho onde vale a pena viver. Hoje somos um município central, dotado de todos os serviços necessários, que oferece um nível de qualidade de vida acima da média. Assim, escolher Ílhavo e viver em Ílhavo é um garante de futuro e de confiança”. 

MUNICÍPIO DE ESTARREJA

“SEM AS AUTARQUIAS A PANDEMIA SERIA UMA CATÁSTROFE”

Diamantino Sabina cumpre o segundo mandato como presidente da Câmara Municipal de Estarreja, município que tem apresentado um crescimento económico exponencial ao longo dos últimos anos. Orgulhoso do trabalho realizado, o autarca lamenta a gestão do Governo Central da pandemia e assegura que, “sem as autarquias esta teria sido uma catástrofe ou teríamos estado bem perto disso”. Apoiante acérrimo de Estarreja e dos estarrejenses, o edil garante que este é “um município com uma perspetiva de futuro”.



► O autarca admite que a atual pandemia “alterou substancialmente a estratégia delineada na tomada de posse. Desde que tomámos posse para o nosso primeiro mandato que temos apostado muito na área empresarial, nomeadamente no nosso Eco Parque Empresarial. Em resultado desse esforço temos conseguido fixar várias empresas no concelho. Só no Eco Parque as 14 empresas existentes passaram a 27, o que resultou na criação suplementar de 1500 postos de trabalho. O interesse tem sido permanente”.

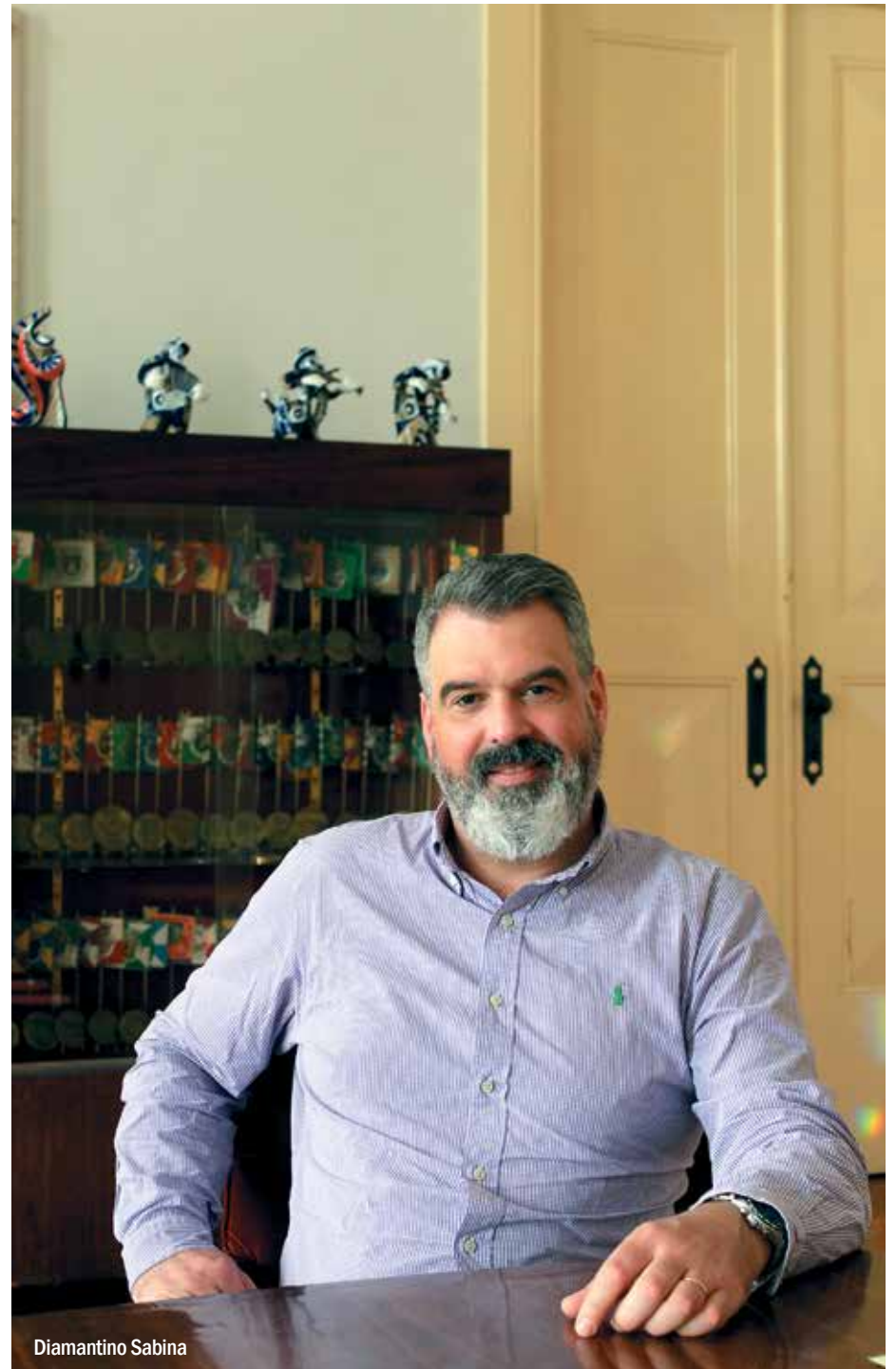
O edil reconhece que, quando foi anunciado o investimento, a INEOS Automotive pretendia realizar em Estarreja, um investimento no valor de 300 milhões de euros para a construção de uma unidade fabril vocacionada para o merca-

do automóvel, o interesse pelo município cresceu ainda mais. “Estávamos a atravessar uma corrente ascendente notável de investimento e isso era notório. Infelizmente, Estarreja sofreu um duro golpe com a Covid-19, uma vez que, por razões economicistas, a empresa britânica anunciou que já não iria avançar com o projeto em Portugal. Nada pudemos fazer e lamentamos que o desfecho tenha sido este.” Apesar disso, Diamantino Sabina advoga que “os estarrejenses não podem esmorecer” até porque Eco Parque Empresarial “continua a registar uma procura considerável”.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

“O desenvolvimento económico do concelho tem sido o nosso foco, até porque consideramos que esta é a principal alavanca para que os restantes setores da vida em Estarreja saiam favorecidos. Esta sempre foi uma das nossas bandeiras e sempre foi uma temática com a qual estive pessoalmente envolvido e da qual fui responsável. Antes da instalação de qualquer empresa no concelho, os empresários reúnem comigo e este é um processo que acompanho com bastante proximidade”.

O concelho sofre depois com o reverso da medalha e paga o preço pelo sucesso a nível económico. “Debatemo-nos com a problemática da falta de habitação em



Diamantino Sabina

“O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DO CONCELHO TEM SIDO O NOSSO FOCO, ATÉ PORQUE CONSIDERAMOS QUE ESTA É A PRINCIPAL ALAVANCA PARA QUE OS RESTANTES SETORES DA VIDA EM ESTARREJA SAIAM FAVORECIDOS”

Estarreja, necessidade cada vez mais crescente. São muitos aqueles que se querem fixar no concelho, mas não conseguem arranjar habitação disponível”. Diamantino Sabina releva que, neste contexto, a Autarquia tem apostado numa estratégia local de habitação, que potencie a reconstrução e a recuperação de casas devolutas, favorecendo o mercado do arrendamento, ao mesmo tempo que também apoia as novas construções. “Queremos conseguir fixar em Estarreja todas aquelas pessoas para quem já conseguimos criar emprego”.

NA LINHA DA FRENTE DO COMBATE

“Tal como muitas outras autarquias do País, temos ajudado largamente todas as instituições locais. Estas não receberam qualquer tipo de ajuda suplementar por parte do Estado Central. Assim, sem qualquer preciosismo, e em nome de todos os presidentes de Câmara deste País, afirmo veementemente que, sem as autarquias, a pandemia teria sido uma catástrofe ou teríamos estado bem perto disso”, garante o autarca.

Segundo o edil, as ajudas prestadas pela Autarquia têm sido das mais variadas, desde o fornecimento de equipamentos de proteção individual até aos testes, passando pela isenção de todo o tipo de taxas e pela desinfeção e lavagem de espaços internos e externos, até aos mais diversos apoios, “até porque as IPSS e as demais instituições não tinham disponibilidade financeira para realizar um investimento desta envergadura. O nosso apoio à comunidade traduziu-se ainda ao nível da logística, sempre que necessário e solicitado, como foi o caso do Pro-



“TAL COMO MUITAS OUTRAS AUTARQUIAS DO PAÍS, TEMOS AJUDADO LARGAMENTE TODAS AS INSTITUIÇÕES LOCAIS. ESTAS NÃO RECEBERAM QUALQUER TIPO DE AJUDA SUPLEMENTAR POR PARTE DO ESTADO CENTRAL”

grama VIVER +, que tem o objetivo de apoiar logisticamente pessoas idosas, doentes crónicos ou pessoas sob quarentena obrigatória ou profilática, sem retaguarda familiar ou rede de vizinhança, para a compra de bens de primeira necessidade, medicamentos e pagamento de faturas”.

“A nossa ajuda foi mesmo fundamental quando, na segunda vaga, registámos quatro surtos de Covid-19 em IPSS locais. Nesse momento, urgia encontrar soluções e articular devidamente todas as questões com os nossos parceiros institucionais, nomeadamente, o Centro

Hospital do Baixo Vouga, a quem deixo os meus sentidos agradecimentos por toda a disponibilidade demonstrada”, explica Diamantino Sabina.

No que concerne ao apoio às coletividades, o autarca informa que estas passam, por exemplo, pela não cobrança dos custos associados à utilização de transportes, mas também de instalações municipais, a par de outras medidas de apoio que já foram e que ainda serão implementadas. “O mais importante é que consigamos retirar pressão sobre a tesouraria das coletividades, de forma a que estas se possam concentrar



na adaptação da sua atividade corrente às novas regras de convivência social. As coletividades precisam de ganhar um novo fôlego para poderem projetar a sua continuação, no mais breve espaço de tempo possível, através de atividades tão necessárias à população, aos jovens e aos menos jovens, nomeadamente nas áreas desportiva, cultural, da ação social e da educação”, adianta o edil.

APOIO ÀS FAMÍLIAS

O IRS arrecadado pelo município também será devolvido na sua totalidade às famílias no ano fiscal de 2021, medida que representa um milhão de euros. Além disso, o fundo social de emergência duplicará para suprir despesas básicas não previstas por parte das famílias mais afetadas. De acordo com o presidente da Câmara estarrejense, o município tem realizado um “acompanhamento cuidado, atento e cooperante de todas as situações, junto de todos os intervenientes presentes no terreno”.

Quanto à campanha de vacinação que decorre no concelho, Diamantino Sabina esclarece que esta decorre ao ritmo





da disponibilização de vacinas. Assim, a Autarquia já disponibilizou alguns equipamentos municipais, devidamente equipados e preparados, para a administração de vacinas “para quando estes forem necessários. Também nesta área o município está pronto e sempre estará para ajudar todos aqueles que mais necessitem de nós e da nossa intervenção”.

INVESTIMENTOS EM CURSO

O autarca destaca alguns dos projetos mais importantes atualmente em curso, começando pelo já mencionado Eco Parque Empresarial de Estarreja que está a receber uma empreitada de alargamento de infraestruturas e de expansão, num investimento superior a 4,5 milhões de euros. O edil refere ainda a requalificação de vários troços da rede viária municipal que continua a decorrer de forma contínua em todo o concelho, privilegiando sempre “a maior fluidez no trânsito, mais segurança rodoviária em todo o território e mais qualidade de vida para a população”, completa.

Diamantino Sabina destaca ainda o futuro Centro Escolar de Avanca Prof. Dr. Egas Moniz – Requalificação da EB 2/3 e jardim de infância que vai absorver um investimento de 5,3 milhões de euros, em apenas dois anos, e cuja empreitada já foi adjudicada, “ainda que esta não fosse uma competência da Autarquia. Esta será a obra mais cara que alguma vez foi lançada por nós, pelo que só foi possível porque estamos equilibradíssimos do ponto de vista financeiro. Desta forma, o município concretiza um sonho ansiado por toda a comunidade educativa de Avanca, há muitos anos reivindicado, com a Direção da Escola e do Agrupamento, junto do Governo. O nosso pedido nunca foi atendido, pelo que decidimos substituir o Poder Central e avançar



MANDATOS DE QUATRO OU SEIS ANOS?

“Considero que 12 anos são suficientes para que um autarca cumpra o projeto que tem para um município. Contudo, julgo que seria muito mais proveitoso, para todas as partes envolvidas, o cumprimento de dois mandatos de seis anos cada, em detrimento de três mandatos de quatro anos. Defendo que esta mudança faria todo o sentido, até devido à complexidade de todas as questões legais, fiscais e legislativas que atualmente são exigidas a uma autarquia”.


com o projeto. Falamos de um edifício com mais de 30 anos, com cobertura em fibrocimento, repleto de infiltrações e sem qualquer condição térmica para as nossas crianças, pelo que urgia esta intervenção. Quando avançamos com o projeto nem sequer sabíamos se este seria objeto de qualquer financiamento, mas avançamos de qualquer forma. Felizmente, hoje sabemos que esta reestruturação será financiada e numa percentagem bastante aceitável, o que será muito benéfico para o concelho”.

De acordo com o autarca, outra obra emblemática no concelho será a nova Fábrica da História, cuja obra está a decorrer, que nascerá da reabilitação da antiga fá-



brica de descasque de arroz, num investimento de dois milhões de euros. Para o edil, para além do valor patrimonial, “esta empreitada representa uma viragem para a valorização de uma zona central da cidade, uma vez que se insere numa operação mais vasta de reabilitação urbana”. Por outro lado, na zona ribeirinha, “cumprindo um compromisso assumido em 2017”, decorre a obra de reabilitação do Cais da Ribeira da Aldeia, na freguesia de Pardilhó, sendo este “um dos principais esteiros do concelho”. Esta obra representa um investimento superior a 800 mil euros e tem como objetivo melhorar as condições para a prática da pesca artesanal e da canoagem, poten-

ciando ainda outras atividades desportivas, de recreio e de lazer. “Ainda não conseguimos obter financiamento para este projeto, mas estamos a trabalhar nesse sentido”, completa.

A concluir, o autarca deixa uma mensagem a todos os munícipes: “Espero que todos os estarrejenses olhem para este município com uma perspetiva de futuro. Cada vez se fala mais e melhor sobre Estarreja, sempre pelos melhores motivos. É por isso que desejo que falemos sempre bem da nossa terra, até porque ela merece-nos essa consideração. Merece que cuidemos dela, que sejamos seus partidários e que demonstremos a todos o quanto gostamos de aqui morar.” 

MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA

CONCELHO DE EXCELÊNCIA PARA REDESCOBRIR A LIBERDADE

Armindo Jacinto, presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, preside a um concelho de excelência, que apresenta as condições ideais para recuperar a liberdade num Portugal em desconfinamento. Com uma aposta clara numa Idanha Solidária, voltada para a coesão económica e social, onde se potencia a qualidade de vida e onde se criam as condições necessárias para atrair riqueza e emprego, o autarca afirma que este é um concelho com futuro e que trará boas oportunidades para todos aqueles que ali queiram desenvolver o seu projeto de vida.



► Armindo Jacinto, presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, afirma que uma pandemia acaba, invariavelmente, por alterar todos as estratégias anteriormente definidas por um Executivo. Apesar disso, o autarca mostra-se otimista: “Felizmente, vemos agora a luz ao fundo do túnel com a ajuda da vacinação, sendo que também já aprendemos a conviver melhor com esta doença, o que faz com que olhemos para o futuro com mais certezas”. Contudo, Armindo Jacinto reconhece que esta luta teve o seu preço: “De acordo com o Tribunal de Contas fomos o segundo município que mais investiu no combate a esta pandemia por casos registados no seu território. Não só através da entrega de todo o tipo de equipamentos de proteção individual, mas também através de todos os apoios que oferecemos na promoção e proteção da economia local e todos os apoios que demos a empresas, instituições e população em geral”. O autarca refere que o município manteve sempre uma relação de grande proximidade com todas as instituições locais e que apostou, desde logo, na realização

de testes rápidos de diagnóstico, como forma de deteção de eventuais cadeias de contágio. A Autarquia contratualizou ainda com algumas empresas do setor da saúde a possibilidade de, preventivamente, as diferentes instituições realizarem testes. “Investimos ainda na compra de algum equipamento médico para eventual necessidade de criação de um hospital de retaguarda”, completa.

Armindo Jacinto informa ainda que o Executivo realizou um grande investimento na compra de diversos equipamentos informáticos, “tudo para que as nossas escolas e o nosso ensino pudessem prosseguir apesar do confinamento e, sobretudo, para que as famílias que não tinham essa possibilidade pudessem dispor desta mais-valia que permitiu às nossas crianças ter aulas à distância com toda a qualidade. Adquirimos cerca de 300 equipamentos informáticos que colocamos ao dispor das nossas crianças, jovens do ensino básico, secundário, profissional e ensino superior”. De acordo com o autarca, estes são períodos muito sensíveis para as famílias que ficam em condições económicas mais complicadas, razão pela qual o Gabinete de Ação Social da Autarquia desenvolveu uma série de projetos para identificar e ajudar famílias em situações mais complexas. “Este cuidado fez com que tivéssemos duplicado os apoios sociais que oferecemos às famílias. Por fim, tanto para as famílias, mas também para as empresas, oferecemos condições mais vantajosas para que pudes-



Armindo Jacinto

sem fazer face às despesas decorrentes do consumo de água e resíduos sólidos urbanos”, sublinha.

APOIO ÀS EMPRESAS

No que concerne às empresas, Armindo Jacinto explica que a Autarquia ainda isentou os empresários do pagamento

de rendas de espaços municipais. “Também lançámos um programa de incentivo a toda a economia local, tendo este uma dotação financeira de 150 mil euros. Para as empresas receberem este apoio direto precisam apenas de provar que registaram um decréscimo igual ou superior a 15% na faturação entre 2019



Idanha é a primeira Bio-Região de Portugal



e 2020”. O autarca acrescenta ainda que o município firmou uma parceria com a AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal para apoio ao canal Horeca, que abrange os estabelecimentos de alojamento turístico, restauração e similares. Este protocolo, que conta também com a colaboração do Turismo Centro de Portugal, prevê que os empresários dos setores do alojamento turístico e da restauração do concelho possam beneficiar de apoio técnico especializado gratuito da AHRESP durante um ano. “Queremos que os nossos empresários sintam este conforto e aconchego”.

Armando Jacinto revela ainda que a Câmara assinou um protocolo de cooperação com os Correios de Portugal, “por forma a que as nossas empresas possam expedir mais facilmente encomendas para o mercado nacional, aproveitando as mais-valias do e-commerce e que, aproveitando a rede de transportes dos Correios, os nossos restaurantes possam, mais facilmente, adquirir produtos locais e proceder à entrega de refeições. Queremos alavancar as nossas empresas neste período menos auspicioso, aproveitando oportunidades e realizando negócios, ao mesmo tempo que apoiamos diretamente as suas tesourarias”.

Por fim e paralelamente, o autarca conta que o Executivo desenvolveu o programa “Idanha em Família”, que tem como objetivo desenvolver economicamente as empresas locais, mais especificamente aquelas que laboram no setor da restauração e hotelaria, bem como os produtores locais. Assim, a Autarquia está a oferecer um cabaz de produtos locais a todas as famílias que escolham Idanha para as suas férias e que fiquem no concelho, pelo menos duas noites. Estes cabazes têm um valor que pode ir dos 25€ aos 50€ dependendo da quantidade de noites que a família passe no concelho, e representa um impacto de 500 mil euros.

Olhando para trás, o autarca reconhece que o município também viveu momentos



Termas de Monfortinho são das melhores da Europa

mais complexos, sobretudo com surtos registados em algumas IPSS locais durante a segunda vaga. Porém, “de forma muito célere conseguimos ultrapassar todas as dificuldades, até porque a resposta de toda a comunidade foi pronta e eficiente. Hoje vivemos num clima de confiança bastante grande. O nosso nível de população vacinada é já bastante elevado e o processo tem decorrido de forma muito positiva, sendo que articulamos de forma muito próxima com as Autoridades de Saúde. Também disponibilizamos transporte sempre que necessário para todos aqueles que não têm meios para se deslocarem até ao centro de vacinação. Estamos muito atentos e queremos ser ágeis em todo este processo até porque a nossa população é muito envelhecida. Neste contexto quero deixar uma palavra de agradecimento à Administração Central e às Autoridades de Saúde por terem escolhido territórios como Idanha para que

fossem os primeiros a serem vacinados. Apesar de mais serenos, sabemos que temos de continuar cautelosos, convictos de que estamos a caminhar na direção certa para ultrapassarmos a problemática desta pandemia global”.

OPORTUNIDADES CRIADAS

Apesar de todas as vicissitudes, Armando Jacinto reconhece que as crises também criam algumas oportunidades, “razão pela qual o município é agora encarado de forma mais atrativa, uma vez que as pessoas perceberam que fomos capazes de manter o concelho em segurança num momento tão complexo. Assim, estamos a preparar a nossa economia local para uma nova fase, pelo que continuamos a promover as nossas estratégias locais de habitação, saúde e educação. Este é um concelho excelente, repleto de mais-valias, onde as pessoas estão a escolher viver, ideal para o



Boom Festival, um evento único no Mundo

teletrabalho ou, até mesmo, para visitas frequentes, uma vez que, aqui, podem descobrir a liberdade que perderam neste período de confinamento. As pessoas têm que usufruir da vida, para além do trabalho, sendo que Idanha-a-Nova é um território de excelência para isso. A nossa qualidade ambiental é extraordinária e criamos as condições necessárias para que todos os nossos municípios possam ter uma longa vida com qualidade. Costumamos dizer que a qualidade de vida aqui é garantida dos zero até aos 114 anos”.

O autarca assegura ainda que, apesar da pandemia, foram diversos os investimentos realizados ao longo do atual mandato, sendo que muitas obras ainda estão a decorrer ou vão iniciar, aproveitando o Quadro Comunitário Portugal 2020. “Somos um agente económico com uma situação financeira estável, o que fez com que tivéssemos conseguido captar mais investimento devido ao *overbooking*, ou seja, aproveitamos os fundos que outros municípios não foram capazes de operacionalizar para investirmos no desenvolvimento do concelho. A vitalidade económica de uma autarquia pode ser fundamental em momentos cruciais e nós conseguimos fazer essa diferença. Investimos em muitos projetos tentando sempre aproveitar depois fundos comunitários aos quais nos posamos candidatar”.

ATRATIVIDADE NA RURALIDADE

Quanto ao futuro, Armando Jacinto enfatiza que quer dar continuidade à estratégia que foi construindo ao longo destes oito anos, uma «Idanha Solidária», que, através da coesão económica e social “visa construir melhor qualidade de vida e as condições necessárias para atrair riqueza e emprego para um território como o nosso, conseguindo inverter os fluxos migratórios de forma a contrariar o despovoamento do Interior do País. Esta tem sido a nossa batalha, pelo que queremos agora consolidar estratégias até porque, em 2019, já conseguimos registar uma evolução positiva no que diz respeito aos fluxos migratórios. Depois de muitos anos de decréscimo, conseguimos que fossem mais as pessoas que aqui decidiram viver do que aquelas que decidiram sair do concelho. Ainda não conseguimos, no entanto, reverter a balança demográfica e tornar o saldo favorável entre aqueles que nascem e aqueles que morrem. Apesar disso, somos



Monsanto, aldeia histórica no concelho de Idanha-a-Nova



MUNICÍPIO
IDANHA-A-NOVA

um dos 50 municípios portugueses com maior número de filhos por mulher, em idade fértil, sendo que, há uns anos, conseguimos mesmo ficar entre os dez primeiros”.

O autarca afirma que a estratégia de captação de investimento e emprego criada pelo município e intitulada «Recomeçar» foi projetada para dez anos, pelo que estará em vigor até 2025. “Esta iniciativa já apresenta resultados muito positivos, uma vez que o concelho apresenta níveis de desemprego muito baixos quando comparados com a região e o País. Hoje em dia, vários investidores que apostam no município no âmbito da economia verde procuram mão de obra disponível e já não conseguem encontrar em Idanha. Enquanto Bio-Região temos sido capazes de captar investimentos significativos, verdadeiras oportunidades de desenvolvimento assentes na inovação tecnológica e digital, mas aliadas à ruralidade, o que tem sido uma importante mais-valia. É precisamente nesta diferenciação que nos queremos posicionar”.

Armindo Jacinto destaca ainda que o município tem sido capaz de captar investimentos na área da investigação, como foi o caso do CoLAB – Laboratório Colaborativo que visa colocar Portugal na vanguarda da produção alimentar sustentável e com potencial de sequestro de carbono. “Esta foi uma iniciativa

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“Sempre assumi o papel de autarca como uma missão pública ao serviço das gentes de Idanha-a-Nova. Assim, sempre pugnei para que os Idanhenses acreditassem no nosso concelho e no futuro, confiando que Idanha trará boas oportunidades para que os nossos filhos desenvolvam aqui o seu projeto de vida. Será um futuro que dependerá de cada um de nós e da nossa ação, uma vez que este é um desafio coletivo”.


que trouxe muitos investigadores e muito talento até Idanha-a-Nova. Falamos de parceiros do meio académico e do meio empresarial que testam várias tecnologias para melhorar os processos de produção alimentar em termos de mitigação de CO₂, no impacto ambiental, no combate às alterações climáticas, no uso nulo de químicos artificiais, na gestão da água, na preservação da biodiversidade e na eficiência de toda a cadeia de valor”, completa.

O autarca garante que o Executivo também tem realizado um grande investimento no setor da cultura, sendo que Idanha-a-Nova é considerada uma Cidade Criativa, pela UNESCO, na área da Música, “facto que nos tem permitido captar projetos associativos, individuais e empresariais, sendo o Boom Festival um dos mais conhecidos e reconhecidos. Esta iniciativa, mais do que um festival de música eletrónica, é um evento multicultural que mistura arte, cultura e conhecimento científico alternativo e tem um impacto económico no País de

55,3 milhões de euros, o que é muito significativo”. Neste âmbito, Armindo Jacinto enaltece ainda as mais-valias aportadas pela Filarmónica Idanhense, a Orquestra Sem Fronteiras, o Fora do Lugar – Festival Internacional de Músicas Antigas, a Orquestra Barroca, o Coro Misto da Beira Interior, “projetos locais que têm potenciado a nossa economia e que demonstram que a nossa aposta na cultura foi ganha e claramente vencedora”. O presidente esclarece ainda que o Executivo consolidou também a oferta turística existente na região. Hoje, Idanha-a-Nova oferece aos seus visitantes mais de 70 unidades hoteleiras, ideais para a prática do turismo-natureza, histórico-cultural, cultural e paisagístico, gastronómico e vinícola, turismo termal, entre outros. “A oferta é transversal e é por isso que somos visitados durante todo o ano. O turismo veio para ficar, sobretudo agora em que, devido à pandemia, os portugueses redescobriram o País e todas as suas potencialidades. Estamos confiantes de que o mercado

interno irá subir exponencialmente”. Na melhoria das condições de vida, Armindo Jacinto assevera que o município deu especial enfoque à educação sendo que, atualmente, a cobertura é total dos zero aos três anos, “situação sem paralelo noutra município, ainda mais porque esta oferta é gratuita. Este é um dos argumentos mais importantes que apresentamos às famílias para que estas queiram fixar-se no concelho, em complemento à nossa oferta de elevada qualidade no ensino pré-escolar, básico, secundário, profissional e de nível superior, assim como na universidade sénior”.

Por fim, o autarca recorda a implementação da Estratégia Local de Habitação realizada pela Câmara, através de políticas de reabilitação urbana onde o setor público incentiva o setor privado a apostar nesta área e a “dar uma nova vida às nossas vilas e aldeias históricas”. Este projeto representa um investimento de 12,3 milhões de euros e tem como objetivo a reabilitação urbana de edificado municipal ou privado por todo o concelho, incluindo a construção de imóveis sustentáveis e acessíveis em loteamentos municipais.

Esta medida é enquadrada noutras políticas territoriais em curso, designadamente a criação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e de Programas Especiais de Reabilitação Urbana (PERU). “Queremos apoiar a revitalização do património habitacional, mas também apoiar quem mais precisa no acesso a habitações condignas, incentivar a reabilitação do edificado e atrair mais população, através de benefícios fiscais e de outra natureza. Queremos que as pessoas encontrem nos incentivos à reabilitação mais um estímulo para requalificar o património e passar a residir no nosso concelho”, sublinha Armindo Jacinto que completa: “Investimos ainda no setor da saúde provando que uma saúde de proximidade é uma mais-valia inegável para a fixação das populações. Queremos que as pessoas vivam aqui uma vida longa, feliz e com qualidade”. 

MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

CONCELHO VOCACIONADO PARA UM FUTURO VERDE

Em entrevista ao Empresas +®, Nuno Moita da Costa, presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, faz o balanço deste desafiante segundo mandato à frente de um concelho alicerçado na sua história, na sua herança romana e cerâmica tão característica. Contudo, ainda que o autarca valorize e potencie o passado, garante que este quer que Condeixa seja “ainda mais verde, mais moderna e mais conectada com o mundo”.



► Nuno Moita da Costa, presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, é perentório: “A atual pandemia afetou a vida de todos nós, sendo que, no que ao município diz respeito, a maior penalização e impacto foi sentido no setor do turismo e na cultura, nomeadamente nos nossos museus que resultam da nossa herança romana e que tiveram que ficar fechados”. Segundo o autarca, este facto foi ainda mais penalizador tendo em conta que o município tinha inaugurado recentemente o PO.RO.S – Museu Portugal Romano, em Sicó. Este é um projeto cultural que faz parte da rota da romanização composta pelos concelhos de Condeixa, Penela, Ansião, Alvaiázere e Tomar e, enquanto espaço multimédia e virtual, funciona em articulação com Conimbriga. Este equipamento ocupa a antiga casa solarenga da Quinta de São Tomé, classificada como Valor Concelhio. O edil revela que o PO.RO.S é, este ano, o único museu português nomeado para o prémio Museu Europeu do Ano, prémio atribuído ao “museu que melhor contribui

para atrair público e satisfazer os seus visitantes com uma atmosfera única, interpretação e apresentação imaginativas, numa abordagem criativa para a educação e responsabilidade social. Esta distinção enche-nos de orgulho e entusiasmo e significa o reconhecimento da capacidade criativa e inovadora que esteve na base da criação deste espaço, ao mesmo tempo que representa uma janela de oportunidade para a afirmação internacional deste espaço museológico único. Independentemente do resultado, a simples nomeação é por si só um feito notável, até porque coloca o PO.RO.S entre os melhores museus da Europa e demonstra que tem valido a pena a Autarquia apostar na valorização da nossa identidade e do nosso património”. De referir que este já venceu o Prémio Heritage in Motion e o prémio de Melhor Museu Multimédia da Europa, distinções atribuídas em 2020.

RUDE GOLPE

Nuno Moita da Costa acredita que a atual pandemia foi um rude golpe para a estratégia que o Executivo Municipal implementou desde o primeiro mandato: “Estratégia simples de formular, mas difícil de concretizar, ou seja, a captação de investimento para o concelho, fator potenciador do crescimento da economia local e do emprego. Neste aspeto, a nossa localização geográfica, na confluência de vários eixos rodoviários, é uma importante mais-valia, sendo que estamos também próximos do eixo ferroviário da Linha do Norte”.

O autarca explica que, para captar investimento, a Autarquia apostou no alargamento



Nuno Moita da Costa

da zona industrial, numa tentativa de angariar novas empresas. Este alargamento, de sete hectares numa primeira fase, através de um financiamento do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) apenas foi possível “porque já temos diversas empresas interessadas nos novos lotes. Neste momento estamos na fase final de aquisição dos terrenos, seguindo-se o loteamento e construção”, afirma o edil que acrescenta: “Ainda que fora deste alargamento, destaco a fixação

de uma empresa que escolheu o nosso concelho para a implantação de uma nova unidade fabril vocacionada para a produção de canábis medicinal e que criará cerca de 200 novos postos de trabalho”.

FUTURO APRAZÍVEL, EQUITATIVO E JUSTO

Apesar de todas as contrariedades, Nuno Moita da Costa assegura que o Executivo alcançou, no essencial, os projetos a que se tinha proposto, “afiançando um



futuro que queremos aprazível, equitativo e justo”. Assim, o autarca revela que, neste momento, estão a decorrer no concelho obras no valor de seis milhões de euros, a juntar aos 2.3 milhões já investidos na rede de saneamento municipal, o que permitiu alcançar no município uma cobertura de 95 por cento, obra financiada a 75 por cento e que já está concluída e em funcionamento. “Também estamos a investir cerca de 800 mil euros na rede de abastecimento de água, obra em curso e custeada na totalidade pela Autarquia, uma vez que o facto de não estarmos agregados a uma comunidade intermunicipal nos impediu de concorrer a fundos comunitários, medida que considero discriminatória. O mesmo acontece no setor rodoviário, para o qual também não existe qualquer fundo a que possamos concorrer. Apesar disso, estamos a realizar um investimento de cerca de meio milhão de euros”.

O edil destaca também a transformação realizada numa antiga escola primária feminina do Estado Novo que deu agora origem ao projeto A Escola - Condeixa Foodlab, um centro de experimentação gastronómica, que se apresenta como uma incubadora de empresas ligadas ao turismo e à gastronomia. O autarca explica que este espaço destina-se a empreendedores na área do turismo, no âmbito do projeto “Tourism Creative Factory”, numa cooperação entre a Câmara Municipal de Condeixa, o Turismo de Portugal, através da Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra (EHTC), e a Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra. Para além disso, a instalação de um centro de *coworking* também vai permitir a disponibilização espaço e recursos para o desenvolvimento de projetos e ideias de negócio ligadas ao turismo. “Queremos que este seja um espaço de conhecimento, potenciador do aparecimento de pequenas empresas, fruto do empreendedorismo e da criação do próprio emprego”.

Para além disso, brevemente, de acordo com Nuno Moita da Costa, a Autarquia irá avançar com a reconversão de uma antiga fábrica de cerâmica num Centro de Desenvolvimento Cerâmico e espaço de promoção das indústrias criativas. “A cerâmica de Conímbriga, produção artesanal de louças pintadas à mão, é um produto endógeno que possuímos e que devemos preservar”. Assim, a reconversão do edifício degradado da antiga fábrica Cerâmica de Conímbriga vai ser usado como espaço de incubação para



“A CERÂMICA DE CONÍMBRIGA, PRODUÇÃO ARTESANAL DE LOUÇAS PINTADAS À MÃO, É UM PRODUTO ENDÓGENO QUE POSSUÍMOS E QUE DEVEMOS PRESERVAR”

produção (ateliers), comercialização, demonstração e exposição, bem como espaços de co-work para os empreendedores das indústrias criativas que se pretendam instalar. “No fundo, este projeto surge como uma solução para lançamento de novas iniciativas empreendedoras de base artística e cultural, especialmente alicerçadas na temática da cerâmica tradicional, servindo de polo de dinamização de atividades empreendedoras no município até porque, além do saber tradicional, queremos introduzir a mais-valia das novas tecnologias no setor. De mencionar ainda que este projeto resulta de uma parceria com o IPN – Instituto Pedro Nu-

nes, uma das melhores e maiores incubadoras de novas empresas do País, sendo uma das melhor referenciadas a nível mundial. Estamos a apostar num novo paradigma e a dotar Condeixa de espaços vocacionados para o futuro”.

O autarca revela ainda que o município está a realizar investimentos no setor do ambiente, através do LIFE PAYT, projeto europeu do Programa LIFE Ambiente que está a decorrer em cinco cidades de três países diferentes: Aveiro, Condeixa e Lisboa (Portugal), Vrillissia (Grécia) e Lárnaca (Chipre), estando ainda envolvidos no projeto a Universidade de Aveiro e o Politécnico de Coimbra. O edil explica que este pro-



jecto, “pioneiro em Portugal”, usa conteúdos inovadores para medir os resíduos neles depositados e incentiva a recolha seletiva dos resíduos recicláveis. “Basicamente o que vai acontecer será um modelo tarifário de resíduos PAYT, ou seja, *pay-as-you-throw*, o que significa que as pessoas pagam apenas o que deitam fora. Atualmente, o que acontece no nosso País é que as pessoas pagam de acordo com uma tabela estabelecida que determina que se paga uma percentagem mediante o gasto de água, independentemente de terem efetivamente criado aqueles resíduos. Este projeto vai avançar nesta fase inicial apenas com alguns comerciantes, mas, desta forma, ao depositar menos resíduos indiferenciados e ao separar mais, o utilizador diminui os resíduos enviados para aterro e contribui para aumentar a reciclagem. Deste modo, as pessoas impulsionam a economia circular e a sustentabilidade ambiental”.

Ainda no setor ambiental, Nuno Moita da Costa assevera que a Autarquia vai dar início à recolha seletiva de resíduos orgânicos biodegradáveis e apela à participação e envolvimento da população no objetivo de reduzir o desperdício de resíduos com valor. De acordo com o edil, este projeto de recolha seletiva dos biorresíduos (restos alimentares e resíduos verdes) vai avançar em duas freguesias, abrangendo cerca de 5.550 pessoas, e destina-se ainda ao setor não doméstico de todo o concelho, nomeadamente restaurantes, cantinas, mercados e supermercados. “O objetivo é evitar que sejam depositados em aterro resíduos com valor, isto é, os biorresíduos que fazem parte do dia de dia, nomeadamente os restos de comidas ou os que resultam, por exemplo, da preparação dos alimentos que usamos para fazer uma refeição. Estes resíduos compõem, em média, quase 40 por cento do nosso caixote do lixo comum e representam a perda de um recurso importante



que, depois de transformado, pode ser encaminhado para enriquecimento dos solos agrícolas e florestais nacionais, para dar apenas dois exemplos. De facto, quando os biorresíduos são recolhidos de forma seletiva, e devidamente encaminhados para tratamento e valorização, podem ser geridos para aproveitar todo o seu potencial ambiental e económico, assegurando uma economia mais circular e evitando poluir a água, o solo e o ar”.

DESAFIO COVID

Nuno Moita da Costa mostra-se preocupado com o futuro e teme que a atual pandemia possa trazer graves problemas sociais ao País e advoga que “ou o Fundo de Recuperação e Resiliência prometido pela União Europeia começa a chegar às pessoas e às empresas ou o País entrará numa nova crise. Já sentimos que algumas famílias começam a ter algumas dificuldades, até porque os Serviços de Ação Social da Autarquia laboram de forma muito próxima da população. Claro que o investimento público, nomeadamente na saúde, também será importante, contudo, parte significativa deste valor terá que chegar de forma direta às pessoas”.

Quanto ao combate à pandemia no concelho, o autarca garante que tem feito o possível e que a Autarquia já gastou mais de meio milhão de euros em apoios aos condeixenses no âmbito da Covid-19, fornecendo máscaras e outro tipo de equipamento de proteção individual, financiando testes, equipando o novo centro de vacinação, para além de inúmeras isenções e apoios que forma concedidos às empresas. “A título de exemplo, lançámos recentemente o Programa Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Económico/Recuperação, no valor 30 mil euros, destinado a micro, pequenas empresas e empresários em nome individual do concelho. A verdade é que a paragem da economia está a pôr em causa a sobrevivên-



“O CONCELHO ESTÁ A CRESCER E PENSO QUE O CENSUS 2021 IRÁ PROVAR ISSO. O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL TAMBÉM TEM CRESCIDO EM CONDEIXA. TÊM SIDO REALIZADAS MUITAS NOVAS CONSTRUÇÕES, O QUE FAZ COM QUE, ATUALMENTE, SEJAMOS UM DOS 34 MUNICÍPIOS PORTUGUESES QUE ESTÃO A CRESCER E A CAPTAR NOVOS HABITANTES, O QUE MUITO NOS ORGULHA”

cia de muitas empresas e postos de trabalho. É por isso que queremos apoiar os empresários e dar-lhes algum suporte para que consigam pagar pequenas despesas fixas, que se mantiveram mesmo com as respetivas atividades suspensas”.

O edil lembra que a Autarquia também ajudou o setor da restauração, através de apoio nas entregas ao domicílio. “Como os restaurantes, aos fim de semana tinham que encerrar às 13 horas, a Autarquia disponibilizou transporte para as entregas. Assim, por um lado mantivemos as pessoas em casa, protegidas, e a respeitar as restrições e, ao mesmo tempo, apoiámos o comércio local, fazendo com que os restaurantes não perdessem totalmente a sua clientela. O que acontecia era que, depois de receber o pedido, os restaurantes ligavam para um número disponibilizado pela Autarquia a indicar qual a morada do cliente. A entrega, feita por funcionários e voluntários, era gratuita, tanto para clientes como para restaurantes”.

Nuno Moita da Costa lembra também que o município disponibilizou cabazes com bens alimentares a 365 alunos, do pré-escolar ao 12.º ano, beneficiários da

ação social escolar, em consequência do encerramento das escolas, num “investimento de 8.500 euros”. Os cabazes integravam arroz, massa, legumes, fruta, ovos, enlatados, cereais, iogurtes, leite, gelatina, carne e peixe. De acordo com o autarca, esta medida teve ainda impacto na atividade económica do município, nomeadamente nos supermercados, uma vez que os cabazes de bens alimentares foram adquiridos junto de diferentes estabelecimentos comerciais locais.

“Tivemos ainda que apoiar o setor social, nomeadamente lares, IPSS [Instituições Particulares de Solidariedade Social] e um grande hospital de saúde mental que temos no concelho e que é uma referência a nível nacional. Mas a verdade é que os últimos oito anos tornaram Condeixa e os condeixenses mais resilientes e mais bem preparados para os desafios impostos pela pandemia, com a minimização do desemprego, a recuperação financeira das famílias e a melhoria do ambiente económico e social”, assegura o edil.


Quanto ao programa de vacinação que está a decorrer, “temos uma parceria extraordinária com as Unidades de Saúde Familiar locais, pelo que o balanço é mui-

O ESTATUTO DOS AUTARCAS

“O estatuto dos autarcas, também conhecido como o estatuto do eleito local, de 1987, deveria ser revisto até porque, na atualidade, as competências e responsabilidades de um autarca hoje em dia em nada se coadunam com as previstas há 34 anos atrás, sobretudo agora quando as competências das autarquias se alteraram substancialmente. Este estatuto está completamente datado e desatualizado. Espero que quem de direito perceba a importância desta questão e que tome as devidas medidas para que este registo seja atualizado”, exige Nuno Moita da Costa.

to positivo. A campanha está a decorrer um pavilhão escolar que disponibilizamos e só não vacinamos mais pessoas porque não existem vacinas disponíveis. Temos capacidade para vacinar até 500 pessoas por dia. Neste momento, todos os nossos munícipes com mais de 80 anos de idade já foram vacinados, pelo menos com uma dose da vacina. Seguiram-se os maiores de 50, sobretudo aqueles que apresentam algum tipo de problemática associada, e os nossos agentes escolares”, esclarece o autarca.

CONCELHO COM FUTURO

“O concelho está a crescer e penso que o Censimento 2021 irá provar isso. O setor da construção civil também tem crescido em Condeixa. Têm sido realizadas muitas novas construções, o que faz com que, atualmente, sejamos um dos 34 municípios portugueses que estão a crescer e a captar novos habitantes, o que muito nos orgulha. A nossa qualidade de vida é muito grande e as pessoas querem viver aqui”, esclarece Nuno Moita da Costa, que assegura ter ainda muitos mais projetos a implementar: “No futuro, quero apostar na melhoria das nossas acessibilidades e na descarbonização. Quero que Condeixa seja ainda mais verde, mais moderna e mais conectada com o mundo. Acredito que ainda consigo fazer muito mais para ajudar a minha terra. Para além disso, o meu foco continuará no turismo, até porque somos já uma referência nacional neste setor, o nosso grande motor, apostando ainda na inovação, tecnologia e indústria, passando pela cultura e por tudo aquilo que nos diferencia e nos torna únicos”, conclui. 

MUNICÍPIO DE CAMINHA

RECUPERAR O TERRITÓRIO, RECUPERAR A ECONOMIA

Em entrevista ao Empresas+®, Miguel Alves, presidente da Câmara Municipal de Caminha, reconhece que este segundo mandato à frente da Autarquia do Alto Minho foi desafiante por causa da atual pandemia. Contudo, apesar de todas as vicissitudes, o autarca mostra-se confiante no futuro e apresenta o seu projeto para os próximos quatro anos, onde a missão será recuperar o território e recuperar a economia.



► Olhando para os últimos quatro anos, Miguel Alves, presidente da Câmara Municipal de Caminha, reconhece que o atual mandato foi desafiante porque ficou muito marcado pela atual pandemia. “A nova realidade obrigou-nos a realizar investimentos em setores que não estavam equacionados quando tomámos posse, mas que tivemos que acautelar, uma vez que tínhamos que cumprir aquele que é o nosso dever: servir as populações da melhor forma possível”. Apesar de tudo, o autarca garante que, do ponto de vista estratégico, a ação da Autarquia não se alterou, sendo que os investimentos foram uma constante.

INVESTIMENTO E MAIS INVESTIMENTO

O edil assegura que, neste momento, decorrem no concelho de Caminha obras no valor de dez milhões de euros. A aposta na educação mantém-se, estando a ser realizado um investimento de 3.5 milhões de euros na Escola Secundária de Caminha. Neste setor está ainda a ser construída a Escola Básica de Vila Praia de Âncora, as-

sim como a sede da Academia de Música Fernandes Fão. Miguel Alves destaca ainda as obras em curso no mercado municipal e o início da terceira fase da ecovia do rio Minho, obra num valor superior a 500 mil euros. Para o autarca, a construção da ecovia “é uma peça da estratégia de atratividade do concelho, assente na criação de novas zonas pedonais e na valorização de trilhos da natureza”.

A aposta na reabilitação urbana também foi uma realidade, tendo a Autarquia realizado a reabilitação do Centro Histórico de Caminha, assim como da zona da Sandia, em Vila Praia de Âncora. O edil também não esquece o investimento na sustentabilidade através de melhorias substanciais ao nível do saneamento e da paisagem, nomeadamente nas freguesias de Argela, Vilar de Mouros, Âncora, Venade/Azevedo e Moledo, num investimento de dois milhões de euros, “ainda que sejamos já o concelho do Alto Minho que apresenta a taxa de saneamento mais elevada”. Por fim, Miguel Alves enaltece o investimento realizado na Serra de Arga, com a candidatura deste espaço a Área Protegida com Interesse Regional, “tudo para que este ex-líbris fique protegido de qualquer mal que lhe possam querer infligir”. Apesar de todo o esforço, o autarca reconhece que não foi possível avançar com alguns projetos. “Gostaríamos, por exemplo, de ter caldeado as receitas municipais, por forma a podermos diminuir a carga fiscal imposta a todos os municípios, contudo, tal não foi possível face ao nível de investimento realizado e mediante a vertigem que foi acorrer a todas as emergências sociais resultantes da atual



Miguel Alves



pandemia e que resultou num apoio direto superior a um milhão de euros, só em 2020. Não conseguimos resolver todos os problemas”.

PANDEMIA: O DESAFIO

Os apoios dados pela Autarquia de Caminha ao longo da pandemia centraram-se nas pessoas, nas empresas e no setor social. No que concerne às empresas, o município conferiu-lhes isenção de pagamento de todas as taxas de ocupação de espaço público, uso de esplanadas, publicidade, entre outros. Para além disso, todas as lojas municipais ficaram isentas de pagamento de renda tanto em 2020, como nos primeiros seis meses de 2021. Para além disso, durante três meses, em 2020, cerca de um milhar de empresas do concelho ficaram isentas do pagamento das tarifas fixas de água e, no setor do



turismo, durante o mês de junho passado, a Autarquia ofereceu um vale oferta de 10€ a todas as pessoas que fizeram check-in numa unidade hoteleira do concelho. Esse vale oferta podia depois ser usado na restauração local.

Miguel Alves revela ainda que a Autarquia lançou ainda o programa Caminha Market, iniciativa completamente gratuita para as empresas e que permitiu a venda on-line dos seus produtos, apesar do confinamento. Esta é uma iniciativa que envolve todo o comércio local ao longo de 2021. Além disso, “logo que recuperemos alento, iremos lançar outro programa, este baseado num sistema de vouchers. A Autarquia adquiriu 500 euros em refeições, por cada restaurante, de modo a que exista uma centena de vouchers de cinco euros por cada restaurante existente no concelho. Assim, por cada compra



efetuada no comércio de Caminha as pessoas têm acesso a um desses vouchers. Com esta medida pretendemos dinamizar não só o setor do comércio, através do incremento das suas vendas, mas também a restauração, uma vez que a Autarquia adquiriu aqueles vouchers no valor de 500, permitindo-nos colocar a economia local a funcionar”.

No que diz respeito questões sociais, de acordo com o autarca, o município atribuiu diversos apoios extraordinários às IPSS do concelho, tendo ainda concedido subsídios extraordinários às corporações de bombeiros locais. A Autarquia criou ainda a Rede de Apoio Complementar, composta por funcionários municipais que “levam medicamentos, alimentos, botijas de gás, todo o tipo de bens essenciais que as pessoas do concelho possam necessitar. A medida serviu todos aqueles que não queriam ou não podiam sair de casa. Em relação ao ano transato, também triplicámos os apoios sociais concedidos no pagamento de rendas da habitação social, despesas de água, luz, telecomunicações, tudo para que conseguíssemos ajudar aqueles que apresentavam maiores dificuldades, até porque parte da população sentiu grandes perdas ao nível dos rendimentos, sendo que, com todas estas medidas, triplicámos os apoios sociais concedidos”. O edil assevera ainda que a Autarquia facultou, aos alunos das famílias mais carenciadas e com maiores dificuldades económicas, a entrega de refeições em casa quando as escolas estiveram paradas. “Infelizmente percebemos que existiam crianças que tinham na cantina escolar a única refeição do dia. Assim, mantivemos em funcionamento uma rede de entregas que levou cerca de 200 refeições por dia aos nossos alunos, casa a casa, freguesia a freguesia”.

No setor das artes e da cultura, Miguel Alves advoga que a Autarquia encontrou pequenas formas de apoio aos artistas lo-



cais, destacando, por exemplo, o dia dos namorados, onde os músicos locais fizeram serenatas a pessoas que estavam afastadas nesse dia. “No Natal fizemos um concerto online e todos os artistas foram pagos. Tentámos abranger o maior leque possível de empresas dentro das nossas capacidades e possibilidades”.

Quanto à campanha de vacinação, o autarca afirma que esta está a decorrer de forma muito positiva no concelho. “Temos uma parceria com a unidade local de saúde, o que faz com que dispúnhamos de um centro de vacinação comunitário, que se institui como uma vitória de proximidade dos autarcas do Alto Minho junto da comunidade local”. O centro de vacinação está localizado na freguesia de Seixas e funciona num pavilhão gimnodesportivo que a Autarquia equipou com todas as condições necessárias para a realização dessa missão, num investimento superior a 50 mil euros, “tudo para que todos os munícipes pudessem ter acesso às melhores condições, independentemente

das suas condições de mobilidade”. De ressaltar que o município, além do apoio logístico e do apoio financeiro, também presta apoio ao nível dos recursos humanos, uma vez que dispensou funcionários para o centro de vacinação, onde recebem as pessoas, para além de uma outra equipa de seis pessoas que já realizou rastreios na pior fase da pandemia e que agora está responsável pelo agendamento das vacinações. Para além disso, o município disponibiliza transporte gratuito para todos que dele necessite. A todos aqueles cuja mobilidade é reduzida ou que estão acamados e que, por isso, necessitam de cuidados especiais, a Autarquia paga à corporação local de bombeiros para proceda a esse transporte.

Miguel Alves assegura que o concelho de Caminha está muito mobilizado para o combate a esta pandemia e para os seus efeitos sanitários, sociais e económicos. “Os trabalhadores da Autarquia estiveram sempre disponíveis para esse combate desde o primeiro momento, mesmo quan-

do a quase totalidade da restante população estava em casa. Agradeço-lhes, assim como agradeço a todas as pessoas que estão ligadas aos serviços de saúde, à recolha de lixo, limpeza, pessoas ligadas aos supermercados, ao comércio local, à polícia, farmácias, bombeiros, professores e educadores e a todos os trabalhadores que estiveram sempre na linha da frente, sem medo, mas com enorme sentido de responsabilidade. Só me posso orgulhar da atuação de todos os munícipes ao longo dos últimos meses, até porque considero que conseguimos enfrentar, de cabeça erguida, um dos piores momentos da nossa história, ainda que não sem dor. Foram cerca de 40 mortos, lutos que não foram feitos, familiares que não vemos há demasiado tempo e de muitos beijos e abraços que não foram dados. Apesar disso, falamos de um povo que resistir e que irá continuar a resistir e que irá continuar a prosperar. Os munícipes terão apenas que decidir se querem continuar a apostar no trabalho, no progresso e no investimento e naqueles que ao longo dos últimos oito anos nunca os abandonaram”.

FAZER FUTURO

O autarca apresenta-se como recandidato nas próximas eleições, sendo sua intenção cumprir um terceiro mandato. “Independentemente do resultado, haverá uma premissa na cabeça de todos aqueles que têm à sua frente mais quatro anos de responsabilidades: recuperar o território e recuperar a economia”. Apesar disso, Miguel Alves destaca alguns projetos que tem em mente para os próximos anos. Em primeiro lugar, recuperar o emprego, dando continuidade à trajetória que Caminha apresentava no setor do turismo. “Estávamos numa posição invejável antes da pandemia, com crescimento exponencial, a atingir valores máximos no número de turistas, sendo que registámos, em 2019, aumentos na ordem dos 25% em relação a 2018. Falamos de 64500 hóspedes neste concelho que se traduziram em 112 mil dormidas, com proveitos de 4.5 milhões de euros na hotelaria local em 2019. O número de hóspedes, em Caminha, subiu 178% desde que tomámos posse em 2013, sendo que os proveitos em hotelaria registaram uma subida de 200%. É por isso que a atual pandemia é tão penalizadora e nos vai obrigar à salvaguarda da nossa indústria máxima: o turismo”. O edil reforça ainda que pretende que o



concelho diversifique a sua oferta, nomeadamente através da criação de espaços que permitam a implantação de outro tipo de indústrias em Caminha, o que não acontece há 20 anos. “Estamos a trabalhar com o fundo de investimento privado que nos vai ajudar a catapultar a criação de um novo campus que permitirá a deslocalização ou criação de novas empresas ligadas ao setor automóvel, mas também à partilha de serviços. Este é um trabalho que está a ser feito, que está a ser preparado e que, em breve, será anunciado. Este poderá ser um projeto de grande impacto, não só no concelho de Caminha, mas na região Norte de Portugal”. Nesta área, Miguel Alves também destaca a criação de um centro de exposições transfronteiriço, investimento de oito milhões de euros e que permitirá a dinamização da economia de Caminha durante todo o ano, “assumindo-se como uma ferramenta decisiva para o combate à sazonalidade e para a atração de grandes eventos nacionais e internacionais”. O autarca esclarece que este espaço prevê a construção de uma nave para albergar concertos, exposições, feiras nacionais e internacionais e todo o tipo de eventos, tendo capacidade para 5500 lugares sentados e 8000 visitantes de pé. Ao mesmo tempo, o espaço terá todas as infraestruturas viárias consideradas necessárias, especialmente o estacionamento de viaturas. Para além disso, será construído um parque urbano, o Parque da Vila de Caminha, com uma área mínima de 2000 m2 que será de acesso livre ao público e estará preparado com equipamentos para a prática de desporto e lazer, muito direcionado para as famílias e para as crianças.



A segunda aposta do autarca será a habitação. Depois do trabalho realizado ao nível da reabilitação e da melhoria do espaço público, “queremos apostar na recuperação de populações que foram deixando o concelho. Assim, queremos investir em habitação para a classe média, ou seja, queremos que seja possível construir, a preços controlados, em espaços da Autarquia ou das freguesias, tudo para que jovens famílias, em início de vida, possam alugar ou comprar habitação condigna e fixar-se no concelho, apesar de, desde 2017, o balanço demográfico ser positivo no concelho, não tanto pelos nascimentos, mas porque cada vez mais pessoas escolhem Caminha como casa, muitas delas estrangeira. Assim, apesar de admitirmos que as melhorias existem, temos que continuar a trabalhar até porque reconhecemos que a habitação é cara no concelho. É vital que consigamos que os nossos jovens, quando terminam os seus cursos, consigam fixar-se no seu conce-

lho. Se para isso é necessário o emprego, a habitação desempenha também um fator preponderante”. Por fim, o terceiro eixo da atuação do Executivo liderado por Miguel Alves passará pela sustentabilidade do crescimento concelhio que “terá que passar pela capacitação de um espaço público condigno, bonito, saudável, com qualidade de vida. Queremos continuar a esforçar-nos para que não existam espaços onde os resíduos são depositados sem qualquer controlo. Também queremos que as nossas praias sejam de qualidade, sendo detentoras de bandeira azul [reconhecimento europeu] e bandeira de ouro [reconhecimento da QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza]. No fundo, queremos valorizar todo o nosso território. Hoje estamos a fazer futuro e isso é o mais importante”. O edil garante que, ao longo destes oito anos, já conseguiu contrariar o fado que Caminha detinha: ser apenas atrativa aos



visitantes nos meses de verão. “Atualmente, a maior parte dos nossos visitantes não nos procura em julho, agosto e setembro, mas sim durante os restantes meses do ano. Esta alteração também se explica com os vários eventos que criamos como o desfile de carnaval com os galegos que dinamizamos; a Festa da Flor, em Vila Praia de Âncora que tem sido um sucesso; o renovado Corpo de Deus; e o Natal e a Passagem de Ano que nos trazem inúmeros visitantes. Estes são apenas alguns exemplos de eventos que funcionam como âncoras fora do tempo de verão. Temos a plena convicção que todos aqueles que nos visitam voltam. Acreditamos também que aqueles que voltam muitas vezes, mais cedo ou mais tarde, acabam por comprar aqui uma casa, sendo muitos aqueles que aqui têm a sua segunda habitação. Temos que continuar a combater a sazonalidade”. Miguel Alves assegura que, perante uma situação de particular complexidade, caberá ao município encontrar soluções para a dinamização da economia e para o encontrar de pontos de ancoragem para um crescimento do número de postos de trabalho e de empresas. ✚



MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

ACIMA DE TUDO AS PESSOAS

A terminar um desafiante segundo mandato como presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, Paulo Langrouva, reconhece que foram muitos os desafios a vencer em resultado da atual pandemia que assola o mundo. Apesar disso, o autarca assegura que o Executivo nunca esmoreceu e que nunca esqueceu de que, acima de tudo, estão as pessoas, a sua qualidade de vida e bem-estar.



► Olhando para trás, Paulo Langrouva, presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, reconhece que este foi um mandato especial e diferente, marcado por uma pandemia, o que trouxe contrariedades e obrigou o Executivo a algumas alterações face ao projeto inicialmente delineado. “Apesar disso, não deixámos de trabalhar e de levar a cabo aquele que era e é o nosso propósito. Por isso que todos os projetos planeados estão já em curso, independentemente de falarmos de obras ou de apoios diretos aos nossos munícipes”. O autarca garante que, acima de tudo, quis dar maior qualidade de vida e bem-estar a todos aqueles que escolheram Figueira de Castelo Rodrigo como casa, até porque este foco “é vital em territórios como este, esquecidos e que já sofrem com a desertificação”. O edil reconhece que a pandemia obrigou o Executivo a um trabalho suplementar, “de maior proximidade. Tínhamos que estar atentos e intervir em questões de precariedade e de parcas condições económicas, tudo para que a nossa resposta fosse célere e eficaz, assegurando que essas famílias não ficariam desprotegidas, desamparadas e em dificuldades”. Neste sentido, o município forne-

ceu cabazes alimentares, ajudou os munícipes com a obtenção de medicação e prestou apoio alimentar, através da entrega de refeições, em casa, a dezenas de crianças que ficaram confinadas sem poderem ir à escola. Para além disso, a todas as pessoas que estavam infetadas ou em isolamento profilático, a Autarquia disponibilizou-se para realizar as suas compras e proceder à sua entrega. “Este foi um trabalho de suma importância, exigente do ponto de vista logístico e de disponibilização de recursos humanos, realizado com esforço e espírito de sacrifício. Tivemos que estar à altura da exigência do momento e dar-lhe uma resposta cabal”.

Paulo Langrouva reconhece que a situação já melhorou no concelho, até porque a campanha de vacinação já está a decorrer e de forma muito positiva. “Já ultrapassámos largamente aquela que seria a nossa melhor expectativa. Os nossos idosos com mais de 65 anos já foram todos vacinados, estando agora a receber a vacina outros grupos prioritários, cumprindo escrupulosamente o definido no Plano de Vacinação. Só não estamos a vacinar mais porque, as vacinas disponibilizadas para o concelho, não estão a ser entregues com a celeridade e quantidade esperada. Se tivéssemos acesso a mais, mais vacinas teriam já sido inoculadas, aumentando a nossa eficácia. Contudo, a falta de vacinas não é uma problemática que dependa da ação direta do município, nem das autoridades de saúde locais”. O autarca destaca todo o esforço e dedicação de todos os médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar do Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo que “têm realizado um trabalho meritório, numa resposta exigente, onde o rigor é imperativo”.



Paulo Langrouva

No que concerne à campanha de vacinação, o edil assevera que o município prestou apoio logístico, sendo que montou um centro de vacinação no Pavilhão dos Desportos, onde estão asseguradas todas as questões de segurança e emanadas todas as indicações da Direção Geral de Saúde. “Este fator traz calma e tranquilidade à nossa população em relação a todo este processo, mais-valia importante para tranquilizar as pessoas e apaziguar qualquer receio, em virtude de possíveis efeitos secundários resultantes da vacina. O nosso acompanhamento é próximo e cuidado”. A Autarquia é ainda a responsável pelo transporte de todas as pessoas a vacinar.

OBRAS ESTRUTURANTES E NECESSÁRIAS

“Existiam três obras estruturantes para o município com as quais nos tínhamos comprometido, nomeadamente, a construção do Centro Interpretativo Ephraim Bueno, obra que já foi concluída e inaugurada; a reconstrução de um monumento nacional existente no concelho, a Torre das Águias, projeto que também já está concluído e que também foi inaugurado; e a construção do Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo, edificado que também já está concluído, mas que ainda não foi inaugurada porque ainda estamos a trabalhar nos conteúdos a disponibilizar a todos os visitan-



tes. Queríamos criar uma rede de atratividade, permitindo a todos os nossos visitantes uma maior permanência no concelho, uma vez que teriam mais espaços de interesse e para visita disponíveis”, explica Paulo Langrouva.

No que concerne a obras essenciais para a melhoria de toda a dinâmica existente no concelho e pensadas como mais-valias para toda a população em termos de saúde e assistência, o autarca refere que está em fase de finalização a construção de um novo centro de dia, estrutura que a sede de concelho não detinha e “que era de suma importância para toda a população”. Para além disso, as Piscinas Municipais também foram intervenções, com obras estruturantes, que contemplam a eficiência energética e que também estão já em processo de conclusão. Este novo espaço, num investimento superior a 300 mil euros, funcionará tanto de inverno, como de verão e a sua utilização será mais económica e amiga do ambiente.

De acordo com o autarca também foram realizadas obras importantes do ponto de vista empresarial. A este nível, o município adquiriu um grande pavilhão na zona industrial, que está atualmente a ser intervenção, e que funcionará como Incubadora de Empresas, “para apoiar todos aqueles que queiram investir no nosso concelho e na criação de emprego. Esta é outra obra significativa que estamos a realizar e que trará grande dinâmica à nossa zona industrial. Há muito que era exigida pelo nosso tecido empresarial, mas nunca tinha sido concretizada”.

O edil recorda que a Autarquia também está a intervir no edifício do Mercado Municipal, “tudo para que este espaço se torne mais funcional e atrativo para todos os figueirenses”. Serão criados pequenos espaços comerciais ideais para a comercialização de produtos regionais e será construída uma pequena cozinha comunitária, ideal para demonstrações de showcooking, “criando uma dinâmica empresarial diferenciada e diferenciadora”. Em termos de reorganização de espaços, o edil referencia também a requalificação da Avenida Sá Carneiro, obra que também está a decorrer e que resultará num investimento superior a 1.2 milhões de euros, comparticipados por fundos comunitários. Esta obra contemplará intervenções ao nível da mobilidade, da acessibilidade, mas também da eficiên-



cia energética e fará desta uma avenida de referência no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

O autarca destaca ainda a Plataforma da Ciência Aberta (PCA), inaugurada em 2017, considerada inovadora a nível nacional e internacional, até porque já está a ser replicada em oito países europeus. “Temos conseguido atrair cientistas conceituados a nível mundial que se têm fixado no concelho, o que demonstra a sua importância, qualidade e mais-valias em relação aos restantes projetos”. Paulo Langrouva explica que a PCA é o primeiro centro da rede internacional Open Science Hub, resulta de uma parceria entre o município e a Universidade de Leiden (Holanda) e tem como objetivo aproximar a ciência, a tecnologia e a inovação do quotidiano das comunidades locais e regionais. Assim, a PCA promove o desempenho escolar e impulsiona o empreendedorismo e a inovação social na região, através de colaborações entre a escola, sociedade civil, empresas, universidades e a comunidade em geral, proporcionando um conjunto de eventos e iniciativas em ciência e tecnologia, com formatos participativos e inovadores.

O autarca informa também que o município está a recuperar o antigo hospital, espaço que será transformado num novo Centro de Imagiologia e de Fisioterapia Geriátrica, que será concessionado a privados. “Acima de tudo temos que colocar as pessoas em primeiro lugar e assegurar o seu acesso a bens e serviços essenciais. Neste sentido, somos o único concelho do País que detém um Seguro de Saúde Municipal, o qual inclui consultas de clínica geral e/ou de especialidade, exames de diagnóstico e transporte totalmente gratuitos, iniciativa que já está em vigor há mais de cinco anos e que será agora reforçada com estas novas

valências”. É um complemento ao atendimento prestado pelo Serviço Nacional de Saúde e que permitiu que todas as pessoas tivessem acesso a cuidados de saúde, dos quais estão privados, ou pela falta de médicos ou pela inexistência da valência no concelho.

Paulo Langrouva assegura que as freguesias também não foram esquecidas e que são vários os projetos em curso, até porque todo o património existente está a ser intervenção, recuperado e preservado. Para além disso, o autarca revela que o município irá avançar com o projeto “Uma aldeia, uma praça”, que funciona já numa das freguesias e que privilegia a criação de um novo espaço de convívio, “onde as pessoas se possam juntar e socializar, realizando o usufruto de uma área que seja atrativa e fulcral dentro de cada aldeia, até porque as pessoas não devem viver isoladas dos outros. É vital que as aldeias também tenham um incremento ao ní-

MENSAGEM A TODOS OS MUNICÍPIOS


“Quero deixar, sobretudo, uma mensagem de esperança e de renovação. O município está empenhadíssimo em continuar a garantir esta dinâmica de aproximação a todos os nossos municípios, garantindo-lhes maior qualidade de vida e bem-estar, tudo em prol de pessoas resilientes, que escolheram o Interior do País para viver e que teimam em ficar e em lutar pelo desenvolvimento das suas terras. Temos que ser exigentes, interventivos e, acima de tudo, arrojados, tudo para que consigamos assegurar o progresso e a dinamização económica e social do nosso concelho. Temos obra feita e as pessoas já sabem o que somos capazes de fazer e têm a certeza de que o nosso propósito é servi-las”.



vel da qualidade de vida”. Paralelamente, a Autarquia irá avançar com o projeto dos animadores da aldeia, onde o município disponibiliza técnicos das mais diversas áreas que se deslocam às aldeias para a realização das mais diversas atividades. “Queremos estar perto das pessoas e apostar em projetos que realmente façam a diferença nas suas vidas. O isolamento está a criar mais casos de depressão e de demência, pelo que temos que estar atentos e atuar nestas áreas”.

TERCEIRO E ÚLTIMO MANDATO

Candidato assumido para aquele que será o seu terceiro e último mandato, Paulo Langrouva assegura que ainda tem muitos projetos por implementar. “Os figueirenses têm apenas que continuar a confiar em nós. Somos eternos insatisfeitos, pelo que os projetos nunca estão verdadeiramente concluídos. Se houver entusiasmo, motivação e determinação, nunca irão faltar ideias e projetos, pelo que nunca iremos parar com toda esta dinâmica que agora existe no concelho. Estamos virados para o exterior, demo-nos a conhecer e são cada vez mais as pessoas que olham para este concelho como uma vila atrativa, com elevado potencial turístico e que permitirá a fixação de mais pessoas, até porque dispomos de boas acessibilidades e dispomos de serviços que as pessoas privilegiam quando escolhem um concelho para viver e para se fixar”.

O autarca revela que, caso cumpra o seu terceiro mandato, irá dedicar-se, por exemplo, à intervenção em várias vias que nunca foram intervenções e que começam a mostrar alguns sinais de degradação. Para além disso, “iremos investir, mais uma vez, na rede de saneamento em todo o concelho, infraestrutura antiga, muita dela ainda em fibrocimento, material que já não devia estar em funcionamento. Sabemos que este é um grande investimento, contudo, ano após ano, temos que o realizar, tudo para que, daqui a quatro ou cinco anos, possamos ter todo o ramal renovado e requalificado”, conclui. 

MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

CONCELHO REPLETO DE POTENCIALIDADES A EXPLORAR

Em entrevista ao Empresas+®, Carlos Ascensão, presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, faz o balanço do seu primeiro mandato à frente dos destinos desta Autarquia do Interior do País que se debate com problemas como a desertificação e um elevado endividamento que já se encontra em fase de regularização. Apesar disso, o autarca defende que Celorico da Beira é um concelho repleto de potencialidades a explorar, desafio que espera levar a cabo nos próximos quatro anos, se os celoricenses lhe confiarem a vitória nas próximas eleições autárquicas.



► Olhando para estes quatro anos, Carlos Ascensão, presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, assegura que foram, sobretudo, de muito trabalho. Apesar disso, o autarca refere que este foi um primeiro mandato positivo, “sobretudo se tivermos em conta a herança e as circunstâncias que enfrentamos. Ainda assim, quando aceitamos um desafio, temos que assumir as responsabilidades e devemos estar preparados para aceitar tudo o que irá acontecer de bom e de mau”.

O autarca afirma que o fardo era pesado, tendo em conta a volumosa dívida que a Autarquia detinha e que fez com que esta tivesse que entrar num processo de saneamento financeiro. “Encaro esta função como encaro a vida: as boas contas são fundamentais. Sem elas não há desenvolvimento, não há progresso. Além disso, mais tarde ou mais cedo, as contas têm sempre que ser pagas. Deixar avolu-

mar uma dívida é sempre prejudicial, até porque esta terá que ser saldada, até por força da imposição do Tribunal de Contas e da Direção-geral Finanças. Além disso, a partir do momento em que se atinge o excesso de endividamento que é permitido por lei, o acesso ao crédito deixa de existir, o que faz com que não haja investimento e a Autarquia deixe de ter capacidade para contratar pessoas. Apesar disso, trabalhámos muito para normalizar esta situação e estamos já na fase de regularização da dívida, o que nos permitirá ultrapassar este que era um grande estigma na nossa atuação. Essa foi uma batalha difícil, longa, mas está vencida”. Em apenas três anos, o Executivo Municipal conseguiu abater à dívida em cerca de seis milhões de euros, “valor que poderia ter sido aplicado a suprir outras necessidades da nossa população. Este trabalho de reequilíbrio financeiro é fundamental, mas, muitas vezes, as pessoas não têm essa noção. É complicado realizar um primeiro mandato nestas condições, contudo, se os celoricenses continuarem a confiar em nós este segundo mandato será certamente mais fácil”.

PROJETOS DO PRESENTE E DO FUTURO

“Apesar de todo o esforço de correção monetária também tivemos que lançar medidas para realizar investimento público. Semear agora para podermos colher os seus frutos no futuro. Neste sentido, realizámos algumas candidaturas a fun-



Carlos Ascensão

MENSAGEM A TODOS OS CELORICENSES

“Acredito que estamos a virar uma página neste concelho, abrindo uma nova página de paz, tranquilidade, até porque já somos tão poucos.... Infelizmente, por vezes, a política fomenta guerras desnecessárias. Espero que todos os celoricenses, sem exceção, percebam que temos que estar unidos, de uma forma solidária, para conseguirmos ajudar quem mais precisa e para lutarmos em prol desta terra e das suas gentes”.

dos europeus que já foram aprovadas. Em alguns casos não pudemos avançar com a sua concretização de imediato, devido aos constrangimentos financeiros, contudo iremos fazê-lo brevemente. Apesar disso, já realizámos o investimento de 2.5 milhões de euros no setor da educação, mais concretamente através da modernização de diversos equipamentos escolares. A Escola de Santa Luzia – 1º Ciclo

foi reestruturada e equipada com equipamentos novos, nomeadamente quadros interativos. Realizamos ainda uma intervenção semelhante na Escola de São Pedro - 1º Ciclo e estão a decorrer as necessárias obras de reconstrução e ampliação da Escola Básica e Secundária Sacadura Cabral. Sou professor do quadro da escola e conheço muito bem as suas necessidades e problemáticas, tanto ao nível dos equipamentos, como dos espaços, muitos deles ainda com amianto”. De acordo com Carlos Ascensão esta era uma intervenção há muito anunciada, mas nunca concretizada. “Agora é uma realidade irreversível, até porque as obras já começaram”. Estas obras incluem-se no plano de reorganização da rede estudantil do concelho, “potenciando ambientes escolares mais dinâmicos e motivadores, tanto para alunos como para profissionais do ensino, criando condições para a prática de um ensino moderno, adaptado aos conteúdos programáticos, promovendo um ensino inclusivo e estimulante para toda a comunidade educativa. A educação/for-

mação é fundamental para qualquer território, uma vez que, sem ela, não há futuro nem desenvolvimento”, completa o edil. O autarca também destaca o investimento de 700 mil euros que foi realizado nas piscinas municipais que “estavam completamente abandonadas, apesar de serem um equipamento fundamental não só para os novos jovens, incentivando-os à prática de exercício físico, mas também para os nossos idosos, combatendo o seu sedentarismo”.


No que concerne à cultura e ao património, Carlos Ascensão revela que a Autarquia adquiriu algumas casas devolutas junto ao Castelo de Celorico da Beira, o que permitirá melhorar a acessibilidade e visibilidade deste espaço, sendo que o município também irá apostar na criação de um espaço museológico e na colocação de alguns equipamentos de apoio. Estas intervenções resultam num investimento de 506 mil euros. O autarca salienta ainda o início das obras para a construção de um novo canil intermunicipal, projeto concretizado em parceria com a Autarquia de Gouveia. “Também adquirimos cerca de oito hectares de terreno no centro da vila que serão transformados num novo espaço verde, numa nova centralidade, o novo Parque Urbano de Celorico da Beira, mais-valia para todos os municípios, mas também para todos aqueles que nos visitam. Para além disso, iremos avançar com a requalificação das várias praias fluviais que existem no concelho, porque consideramos que o rio está desaproveitado. Cada vez somos mais procurados por visitantes que procuram este conforto, tranquilidade, ar puro e qualidade de vida em harmonia com a natureza”.

TERRITÓRIO REPLETO DE POTENCIAL

“Este é um território repleto de potencial e nunca podemos achar que estamos perdidos no Interior quando, na verdade, estamos localizados no centro da Península Ibérica. Estamos apenas inexplorados. É por isso que digo que muita da nossa riqueza está no nosso potencial, até porque estamos a meio do caminho entre Lisboa e Madrid, entre Salamanca e Coimbra, duas referências já que são das universidades mais antigas da Europa. Estamos perto da fronteira, perto Viseu, perto de Aveiro e temos que realçar essa mais-valia que são as nossas acessibilidades, não só rodoviária, mas também ferroviária. Temos esta centralidade que tem sido desperdiçada, mas que vamos

começar a valorizar, desde já com obras de beneficiação na nossa zona industrial, o que potenciará a criação de novos postos de trabalho”, assegura o autarca. Carlos Ascensão assevera ainda que não podemos esquecer as riquezas naturais que o concelho possui, até porque está localizado na entrada Norte da Serra da Estrela, o que faz com que uma parte significativa do concelho pertença ao Parque Nacional da Serra da Estrela e ao Geopark, “mais-valia de enorme visibilidade, até porque é património da UNESCO, o que lhe confere visibilidade nacional e internacional. Temos ainda o Mondego, o maior rio inteiramente português. Não podemos nunca esquecer as nossas gentes, as nossas tradições, os nossos saberes e os nossos sabores, como o nosso queijo, uma tradição do passado e do presente”. O autarca advoga mesmo que Celorico da Beira é a verdadeira capital do queijo da Serra da Estrela, razão pela qual a Feira do Queijo, organizada pela Autarquia, é já uma referência nacional ainda que este ano tenha sido reinventada e decorra em formato on-line. “Este ano se as pessoas não podiam vir até aqui, tínhamos nós que ir ter com as pessoas. Assim, criámos uma feira digital que decorreu durante um mês. Para o efeito criámos uma plataforma digital, a celoricocomgosto.pt, onde todas as pessoas, com um simples clique, podem adquirir as nossas iguarias. Penso que o futuro passará muito por medidas como esta, até porque estes são novos tempos e novas realidades”. O edil afirma que também não pode ser esquecido todo o património histórico que Celorico da Beira tem o privilégio de ter, nomeadamente, dois castelos, uma aldeia histórica e várias aldeias de montanha. “O potencial está todo aqui, só temos que o desenvolver. O mais importante é que consigamos criar as respostas essenciais para que as pessoas se sintam bem aqui e que aqui permaneçam. Já sofremos muito no passado com o êxodo para o Litoral e para o estrangeiro e não podemos permitir que isso volte a acontecer. Além disso, temos que trabalhar para que muitos dos que saíram possam voltar. Temos que nos recriar e criar novas respostas para as populações porque sabemos que são muitos aqueles que ainda preservam aquela vontade tão lusitana de voltar à sua terra e ao seu País. É esse o esforço que fazemos todos os dias e é nisso que trabalhamos afincadamente, ainda que reconhecamos que ainda existem muito a fazer”.

O COMBATE À PANDEMIA

“Com a pandemia tivemos que ajudar primeiramente as pessoas do ponto de vista da saúde e da sua proteção, nomeadamente através da distribuição de equipamento de proteção individual. Claro que também apostamos na sua sensibilização e informação. Paralelamente tivemos que reforçar o apoio prestado na área social, nomeadamente em estreita articulação com as nossas IPSS e com os bombeiros, para além da GNR e as demais autoridades de saúde. Foi um grande esforço que fizemos, tendo em conta a nossa dimensão”, assegura Carlos Ascensão que garante que, durante este último ano, nunca esqueceu as famílias mais desfavorecidas e com menos meios para sobreviver perante esta nova realidade. O autarca explica que a preocupação agora é o pequeno comércio. “Estamos com várias medidas no terreno, seja através da isenção de algumas taxas ou despesas ou através do incentivo ao consumo, numa tentativa de minimizarmos as perdas que foram registadas. Seja como for, temos que nos ajudar e apoiar mutuamente”. O edil considera que o facto de Celorico da Beira ser um pequeno concelho do Interior do País, neste contexto, é uma importante mais-valia, “tanto ao nível da dificuldade de disseminação do vírus, como nos seus efeitos mais nefastos, uma vez que somos muito solidários, as empresas são mais pequenas, muita delas de cariz familiar e, felizmente, o desemprego ainda não subiu muito apesar da pandemia”. Quanto ao processo de vacinação, Carlos Ascensão refere que este decorre dentro da normalidade e informa que a Autarquia já disponibilizou o pavilhão gimnodesportivo para o efeito quando a vacinação for massiva. Para além disso, o autarca esclarece que o município está a auxiliar as autoridades no contacto com os habitantes mais velhos, “uma vez que a população é dispersa e tem problemas com a comunicação através do telemóvel. Também disponibilizamos transporte para estas pessoas. Seja como for, o desconhecimento em relação a esta doença ainda é muito grande pelo que não podemos baixar a guarda e temos que nos manter vigilantes. Espero que os municípios saibam que melhores tempos virão, que toda esta pandemia será ultrapassada e que tudo irá ficar bem. Temos que ter esperança. Apesar disso, as pessoas têm que manter todos os cuidados e não podem descurar a sua atenção. Só com o contributo de todos poderemos ultrapassar este vírus”, conclui. 



CARLOS MANUEL DA FONSECA ASCENSÃO

É presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira desde 23 outubro de 2017.

- presidente do Conselho de Administração da Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela (ADRUSE)
- presidente da Comissão Distrital de Proteção Civil da Guarda
- vice-presidente da Distrital do PSD da Guarda e líder da Concelhia do PSD de Celorico da Beira.

Idade
59 anos

Naturalidade
Rapa, atual União de Freguesias Rapa e Cadafaz (Celorico da Beira)

Profissão
Professor

Currículo
Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; professor efetivo na Escola EB2,3/S Sacadura Cabral, lecionando as disciplinas de Filosofia/ Psicologia. Entre outras, lecionou na Escola da Sé e Escola Secundária Afonso de Albuquerque, na Guarda, e na Escola Profissional Trancoso.

Esteve ligado ao futebol durante algumas dezenas de anos, como atleta e treinador (SC Celoricense, CCDR Lageosa do Mondego, GDR Vale de Azares, GD Trancoso, CCDR Vila Cortez do Mondego e GD Vila Franca das Naves).

Livro preferido
“Confesso Que Vivi”, de Pablo Neruda

Filme preferido
“A Vida É Bela”, de Roberto Benigni

Hobbies
Jogar futebol, desportos de Natureza (caminhadas), ler, jardinagem, agricultura

CÂMARA MUNICIPAL DE SEIA

CONCELHO RESILIENTE, DE OPORTUNIDADES E INVESTIMENTO

Carlos Filipe Camelo, presidente da Câmara Municipal de Seia, assegura que está à frente de um concelho resiliente, de oportunidades e de investimento, mesmo quando os desafios e os obstáculos surgem, como é o caso da atual pandemia. O autarca garante que o importante é ter esperança em relação ao futuro até porque acredita que a solução para os problemas emana da capacidade de acreditar “num território único, de gente genuína que tem a capacidade para fazer acontecer, mesmo perante algumas vicissitudes”.



► A terminar o seu terceiro e último mandato como presidente da Câmara Municipal de Seia, Carlos Filipe Camelo assevera que este foi um mandato muito difícil e explica porquê: “Para além da atual pandemia que assola todo o mundo, não podemos esquecer os incêndios que tivemos que enfrentar em outubro de 2017 e as várias tempestades que, entretanto, ocorreram”. O autarca advoga que estas contrariedades são ainda mais penalizadoras quando a Tutela entrega os valores compensatórios por essas intempéries com bastante tempo de atraso, “o que prejudica, em muito, a nossa recuperação económica”. O edil lembra que, ao longo de 12 anos, foram muitos os desafios apresentados, mas quase todos eles ultrapassados. “Quando tomámos posse, pela primeira vez, financeiramente, a Autarquia não se encontrava na melhor das situações, o que fez com que uma das nossas pri-

meiras medidas tenha sido tomada com o intuito de reequilibrar as contas. Agora, no final do terceiro e último mandato, é reconhecido que conseguimos promover o reequilíbrio financeiro do município e renegociar, em 2018, e sem aumento do limite temporal, a restante dívida com a Banca, medida que, isolada, significou, desde logo, uma poupança da Autarquia em cerca de seis milhões de euros”. Segundo Carlos Filipe Camelo, nos últimos oito anos, o Executivo conseguiu baixar o valor da dívida em 21 milhões de euros, “o que é assinalável”. Apesar disso, o autarca reconhece que este sucesso só foi possível com muito esforço. “Tomámos posse em 2009 e, em meados de 2010, apresentámos o nosso plano de reequilíbrio financeiro. Depois disso, a Tutela demorou bastante tempo na tomada de decisão que foi conhecida apenas em 2011. No fundo, o nosso primeiro mandato serviu, primordialmente, para a reorganização económica e financeira da Autarquia, ao mesmo tempo que tentávamos ter acesso a fundos comunitários, tudo para que conseguíssemos realizar obra no município, potenciando a nossa capacidade de reinventar a forma como lidávamos com os investimentos que tínhamos como necessários e convenientes e que priorizamos de forma rigorosa. Queremos que a economia municipal funcione, se fortaleça e prospere e que todos aqueles que pretendam investir encarem este como um concelho resiliente, de oportunidades e investimen-

Luciano Ribeiro e Carlos Filipe Camelo



“QUEREMOS QUE A ECONOMIA MUNICIPAL FUNCIONE, SE FORTALEÇA E PROSPERE E QUE TODOS AQUELES QUE PRETENDAM INVESTIR ENCAREM ESTE COMO UM CONCELHO RESILIENTE, DE OPORTUNIDADES E INVESTIMENTO”

to, ainda que reconheçamos que, por vezes, essas mesmas oportunidades sejam mais difíceis de encontrar”. Já no presente mandato, para além da pandemia, o edil lembra o desafio da transferência de competências. “Mais uma vez, esta mudança não tinha sido prevista aquando da nossa tomada de posse, em 2017, tendo surgido apenas a meio do mandato, o que significou uma mudança que tivemos que acautelar. Os autarcas são obrigados a ter esta flexibilidade para a adaptação a novas circunstâncias e a novas exigências. Nesta temática da transferência de competências, por exemplo, as regras permanecem mutáveis, sendo exemplo disso, as competências nos setores da educação e da saúde. Foram pensados de uma forma que depois não se mostrou exequível. As competências deveriam ter sido todas transferidas para os municípios em janeiro de 2021, realida-

de que também não se concretizou. Em vários casos essa transferência só acontecerá em 2022”.

PRINCIPAIS PROJETOS A DECORRER

Carlos Filipe Camelo explica que, de acordo com aquelas que seriam os fundos comunitários disponíveis, os projetos pensados para esta mandato estavam vocacionados para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), “oportunidade de suma importância para um município como o nosso e que foi sufragada pela Comissão de Coordenação da Região Centro e que resultou num investimento de quatro milhões de euros para Seia”. Assim, no âmbito deste programa, o autarca informa que já foi concluída a reabilitação da Casa das Artes, conhecida no município como o Conservatório, assim como a já foi realizada a intervenção na Biblioteca Municipal.

MUNICÍPIO DE CASTELO DE VIDE

“A COVID NUNCA TERÁ NENHUM ASPETO POSITIVO!”

António Pita, presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide é perentório: “A Covid nunca terá nenhum aspeto positivo! Não posso concordar com aqueles que afirmam que vai ficar tudo bem ou que ficámos melhor depois do aparecimento da Covid-19. Não é possível aceitar essa afirmação quando as vítimas são pessoas, quando existiram tantos danos diretos e colaterais, quando tantas empresas tiveram que fechar portas.”



► O presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide defende que a atual pandemia alterou vidas em todos os concelhos portugueses, onde Castelo de Vide não foi exceção. Existem opiniões divergentes e diversas em relação às consequências da pandemia; enquanto autarca “não posso concordar com aqueles que afirmam que vai ficar tudo bem ou que ficámos melhor depois do aparecimento da Covid-19. Não é possível aceitar essa afirmação quando as vítimas são pessoas, quando existiram tantos danos diretos e colaterais, quando tantas empresas tiveram que fechar portas”.

A sociedade, confrontada com esta pandemia de efeitos trágicos no País e no mundo, foi obrigada a mudar radicalmente exigindo-se aos cidadãos novos comportamentos, novas atitudes, novas formas de relacionamento, e, tudo isto, num abrir e fechar de olhos. Aos governos, às autarquias, às demais organizações políticas, de saúde, educação, económicas, sociais, etc., foram exigidas

“NÃO POSSO CONCORDAR COM AQUELES QUE AFIRMAM QUE VAI FICAR TUDO BEM OU QUE FICAMOS MELHOR DEPOIS DO APARECIMENTO DA COVID-19. NÃO É POSSÍVEL ACEITAR ESSA AFIRMAÇÃO QUANDO AS VÍTIMAS SÃO PESSOAS, QUANDO EXISTIRAM TANTOS DANOS DIRETOS E COLATERAIS, QUANDO TANTAS EMPRESAS TIVERAM QUE FECHAR PORTAS”

respostas no imediato, para as quais nenhuma organização, nenhum sistema, estava preparado; valeu, no caso de Portugal, o inesgotável espírito de cooperação, a consciência cívica e a inigualável capacidade de improviso, tão característica do povo português, em garantir encontrar soluções expeditas que atenuaram eficazmente a ausência de respos-



António Pita

tas estruturais impossíveis de assegurar face à realidade do país.

Não obstante esta conjuntura, que atrás da crise sanitária arrastou uma crise económico-financeira praticamente em todo o território nacional, Castelo de Vide, no ano de 2020, teve uma resposta positiva que se traduziu em estar em contraciclo com o País no que se refere à

taxa de desemprego, aos fluxos turísticos e aos indicadores de consumo. Ou seja, o concelho de Castelo de Vide beneficiou do facto das dinâmicas da construção civil, quer ao nível dos investimentos municipais em curso, quer ao nível das obras particulares, estarem em alta, beneficiou também do mercado nacional ter escolhido Castelo de Vide

como destino turístico. Destes fatores resultou que no ano transato a taxa de desemprego do concelho não tenha sido afetada, pelo que continuamos a ser um dos concelhos com menor desemprego no País e, por outro lado, os indicadores de consumo expressos pelos volumes de pagamentos efetuados por terminais de multibanco e valores sacados em ATM, tenham batido recordes.

**PLANO DE INVESTIMENTOS
MUNICIPAIS GARANTIU
ESTABILIDADE NA ECONOMIA LOCAL**

António Pita garante que não fora a realização de um conjunto de grandes investimentos municipais em curso e o município iria sentir profundamente a crise que assolou a maioria dos concelhos. A Autarquia encontra-se a realizar simultaneamente obras de grande dimensão e de grande expressão financeira, facto que naturalmente auxilia a economia local na medida em que a restauração, a cafetaria e similares beneficiam deste movimento. Por outro lado, o autarca defende que “estas obras absorvem mão de obra local e, ainda, injetam dinheiro em comércio diferenciado. A par destas obras promovidas pela Autarquia, a construção civil sente hoje os benefícios da fixação de novos residentes que têm comprado inúmeros imóveis, quer no Centro Histórico, quer nas áreas rurais. Tal facto, revela-se da maior importância para a vitalidade da economia local na medida em que logicamente se reflete num dos setores de maior preponderância do concelho: a construção civil.

Portanto, perante este cenário, conclui-se que os efeitos económicos da pandemia no concelho de Castelo de Vide foram atenuados em função da realidade atrás descrita, a qual revela um momento de crescimento económico. “

Aproveitando esta oportunidade, António Pita sublinhou o dever de “reconhecer a solidariedade dos portugueses que em 2020 optaram por fazer as suas férias no Interior do País e, particularmente, aqueles que escolheram a nossa região para usufruir das nossas belezas naturais, do nosso património, da nossa cultura, do nosso ar puro e da nossa qualidade de vida.

Sem esta conjugação de esforços certamente que os efeitos da pandemia teriam sido muito mais trágicos e causaríamos o empobrecimento do território e das famílias.”



O COMBATE À PANDEMIA

No momento em que todos nós aguardamos ultrapassar esta pandemia e voltar à normalidade, o presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide sublinha “o momento crucial que o concelho vive para, muito brevemente, retomar a economia com mais vitalidade e dinamismo.

As IPSS do concelho, que estiveram na linha da frente no combate à pandemia com um papel absolutamente notável e inexcedível de modo a reduzir todos os impactos negativos, não só superaram a tragédia como, hoje, investem em novos projetos e valências ajudando, deste modo, o desenvolvimento do concelho e a criação de emprego.

Por seu turno, os novos espaços de apoio ao empreendedorismo, a fixação de empresários e a criação de mais emprego, a criação de novos espaços museológicos, a pujança da construção civil, a reabilitação do Centro Histórico com inúmeros projetos em curso, a captação de eventos nacionais e internacionais, são evidências que dão ao território os alicerces fundamentais para o concelho prosseguir o seu curso de crescimento e desenvolvimento integrado e sustentado!”

**UMA APOSTA CLARA NA CULTURA
COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO**

De acordo com António Pita, as obras em curso serão estruturantes e marcarão uma nova era no desenvolvimento cultural e económico do concelho. “Acredito mesmo que irão transformar profunda-

mente Castelo de Vide. Haverá um concelho do antes destes projetos e um bem diferente no depois. Estes investimentos impactam diretamente na qualificação e diversidade da oferta cultural, e, por conseguinte, na futura atividade turística. Dentro de alguns meses Castelo de Vide



estará preparado para abrir a sua Rede Municipal de Espaços Museológicos de modo consistente e inovador, rivalizando com a oferta própria dos grandes centros urbanos nacionais”, anuncia.

“Tal facto irá ser determinante para aumentar o tempo de estadia do turista, atrair mais visitantes e elevar a capacidade competitiva do nosso território.”

Em relação a estes projetos, o autarca começa por destacar a nova Casa da Cidadania Salgueiro Maia que vai abrir portas já no próximo dia 1 de julho, data em que o herói da Revolução celebraria 77 anos, numa iniciativa que contará com a presença confirmada de Sua Excelência o Presidente da República. António Pita advoga que este será um museu que irá muito para além da exposição do acervo pessoal de Salgueiro Maia, de acordo com a vontade que deixou expressa em testamento. O icónico megafone usado pelo Capitão de Abril para exigir a rendição de Marcelo Caetano, no 25 de abril de 1974, as condecorações e comendas, armas e uniformes originais que acompanharam a vida do militar nas antigas Colónias são alguns dos objetos da narrativa. “Mas, este espaço será certamente um museu para o País, numa dimensão que se quer educativa e enaltecendo um dos bons exemplos de cidadania nacional num momento em que Portugal precisa de elevar os valores da Cidadania, da Democracia, da Solidariedade e da Liberdade. Doravante, Castelo de Vide passará, ainda mais, a ser referencial na abordagem a Salgueiro Maia, ao 25 de Abril e aos valores de Abril.

Tínhamos este imperativo de consciência de construir a Casa da Cidadania que após um longo caminho de 18 anos, finalmente, vamos poder cumprir”.

Ainda no setor cultural, o autarca refere que o município também está a terminar a intervenção em mais dois espaços museológicos: a Casa da Inquisição “An In-

Edição n.º 68 JUNHO 2021

EMPRESAS



EPW – TECNOLOGIA DE EXTRUSÃO
“A inovação está no nosso ADN”

EPW – TECNOLOGIA DE EXTRUSÃO

“A INOVAÇÃO ESTÁ NO NOSSO ADN”

A EPW – Tecnologia de Extrusão é, atualmente, o maior fabricante da Península Ibérica de perfis extrudidos a partir de um composto de polímeros e fibras. Com produtos diferenciados onde a qualidade é uma certeza, a empresa é já uma referência a nível mundial. Em entrevista ao Empresas +®, Bruno Pita, administrador da EPW, revela os projetos que tem definidos para o futuro desta empresa que tem a inovação no seu ADN.

► **A EPW FOI CRIADA EM 2006. QUE BALANÇO FAZ DESTES 15 ANOS DE HISTÓRIA? QUAIS OS MOMENTOS MAIS MARCANTES E OS MAIORES DESAFIOS ULTRAPASSADOS?**

A EPW nasceu de um conceito de produto e passou transformou-se numa grande organização. Esta tem sido uma boa “viagem”. Olhando para trás, o momento mais marcante que vivi foi, sem dúvida, o facto de nos termos tornado o maior fabricante da Península Ibérica de perfis extrudidos a partir de um composto de polímeros e fibras, sendo que também estamos no top cinco de produtores europeus. Ao longo dos anos, o maior desafio que tivemos que enfrentar foi o de “educar” o mercado para as vantagens deste novo produto, quando comparado com a madeira, mas, sobretudo, face aos compósitos alveolares. A verdade é que a concorrência optou pelos alveolares por serem mais baratos e acabaram por ter muitos problemas, o que criou má fama nos compósitos. Felizmente, atualmente, os clientes já re-

conhecem que os nossos produtos tendo um custo de aquisição mais caro, acabam por ser uma melhor opção.

SENDO A EPW UMA REFERÊNCIA NÍVEL EUROPEU E MUNDIAL, QUAIS OS PRINCIPAIS MERCADOS EM QUE A EMPRESA ESTÁ PRESENTE NA ATUALIDADE?

Neste momento exportamos para mais de 25 países. Entre estes, a Austrália e os diversos países da América do Sul são mercados muito importantes. Para além disso, temos vindo a cimentar a nossa presença na Arábia Saudita, no Qatar e nos Estados Unidos da América.

DO EXTENSO PORTEFÓLIO DA EMPRESA, QUAIS OS PROJETOS MAIS MARCANTES?

Temos vários projetos que foram, de facto, muito relevantes. Apesar disso, nesta altura, a ponte pedonal no Dubai Mall será, sem dúvida, uma referência importante, assim como o Imperial College of London. A verdade é que é difícil eleger apenas uma. Em Portugal, felizmente, os



“NESTE MOMENTO EXPORTAMOS PARA MAIS DE 25 PAÍSES. ENTRE ESTES, A AUSTRÁLIA E OS DIVERSOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL SÃO MERCADOS MUITO IMPORTANTES. PARA ALÉM DISSO, TEMOS VINDO A CIMENTAR A NOSSA PRESENÇA NA ARÁBIA SAUDITA, NO QATAR E NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA”

nossos arquitetos têm muita qualidade e grande capacidade de inovação, pelo que os nossos produtos acabam por “apanhar boleia” da sua visão e estão presentes em diversos projetos diferenciadores e disruptivos.

DE QUE FORMA, A ATUAL PANDEMIA CONDICIONOU A ATIVIDADE DA EMPRESA? O QUE MUDOU COM ESTA NOVA REALIDADE?
Conseguimos definir um plano de continência logo nos momentos iniciais da





AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE II



MUNICÍPIO DA CHAMUSCA

Apostar nas pessoas e na felicidade

ESPECIAL DISTRITO DE SANTARÉM

MUNICÍPIO DA CHAMUSCA

APOSTAR NAS PESSOAS E NA FELICIDADE

Paulo Queimado, presidente da Câmara Municipal da Chamusca, não tem dúvidas: um município deve apostar inequivocamente nas pessoas e na sua felicidade, contribuindo para o aumento da qualidade de vida das populações. “O nosso foco é trabalharmos para as pessoas. Assim, os nossos mandatos nunca serão focados no cimento, betão e alcatrão. A nossa aposta passa pela capacitação das pessoas, dotando-as de ferramentas que lhes permitam trabalhar e ser empreendedoras, o que nos permitirá rejuvenescer a população”.



► Paulo Queimado, presidente da Câmara Municipal da Chamusca cumpre o segundo mandato à frente deste município considerado como o coração do Ribatejo. Em jeito de balanço, o autarca defende que a pandemia condicionou o Executivo sobretudo ao nível da execução de obras financiadas. “Muitas empresas que estavam nos projetos foram obrigadas a suspender os serviços, não conseguiram responder aos prazos estabelecidos, o que atrasou a conclusão das obras que, assim, permanecem inacabadas. Apesar disso, vale a pena vincar que este Executivo nunca realizou projetos pensados a quatro anos. Avançamos com obras que consideramos vitais para melhoria da qualidade de vida da nossa população. O nosso programa eleitoral é uma espécie de bíblia de trabalho que nos acompanha sempre e que guia a nossa ação”. O edil é perentório: “Não fazemos obras para a promoção do presidente ou tendo em conta os timings do seu mandato, os projetos são sempre em prol do desenvolvimento do município e para a melhoria da qualidade de vida das suas populações. No fundo, trabalhamos em prol da felicidade das pessoas. Todos os dias envida-

mos todos os esforços para ter um bom sistema de ensino, de saúde, ter um território seguro, onde a prática de desporto os modos de vida saudáveis e o acesso à cultura sejam prática comum para a nossa comunidade”.

Paulo Queimado lembra que, em 2013, quando tomou posse pela primeira vez, a Autarquia apresentava uma dívida global superior a seis milhões de euros, sendo que deste valor, cerca de 90 por cento representava dívidas a fornecedores, 60 por cento dos quais do concelho, “o que implicava uma dificuldade acrescida. Assim, a nossa programação é realizada com base nos fundos comunitários disponíveis, ou seja, projetos ligados à regeneração urbana, equipamentos escolares e setor social. Para além destas áreas, investimos naturalmente no setor da cultura até porque o município é dotado de múltiplas infraestruturas de pequena dimensão, muitas delas geridas por instituições concelhias, como é o caso do emblemático Cine-teatro da Misericórdia da Chamusca”. O autarca garante que o foco do Executivo é trabalhar para as pessoas. “Os nossos mandatos nunca serão focados no cimento, betão e alcatrão. A nossa aposta passa pela capacitação das pessoas, dotando-as de ferramentas que lhes permitam trabalhar e ser empreendedoras, o que nos permitirá rejuvenescer a população”.

O edil assevera que é por isso que uma das grandes apostas da Autarquia é a educação e a implementação de planos inovadores que potenciem o desenvolvimento de sentido crítico, capacidade de



observação e avaliação, sentido de projeto e de execução, autonomia, responsabilidade, criatividade, cidadania, entre outras “competências essenciais para a felicidade e sucesso dos mais novos. Queremos promover o saber-ser e o saber-estar, para além do saber-fazer, incrementar as competências socio emocionais dos nossos alunos. Neste âmbito, o nosso agrupamento de escolas tem acompanhado este processo inovador na promoção de inúmeros projetos e atividades ao longo de todo o ano com o objetivo de desenvolver as expressões física e motora, através da prática de dança e yoga, atividade física e desportiva, música, promoção da leitura e introdução às TIC. De igual forma as atividades de enriquecimento curricular são inovadoras com uma base de projeto. Este projeto piloto já mereceu rasgados elogios por parte do Ministro da Educação, pelo que a sua replicação está já a ser ponderada noutras escolas. Na Chamusca não temos medo de arriscar e de investir em novas soluções”.

Para além dos mais novos, Paulo Queimado advoga que o município também aposta nos mais velhos. Assim a Autarquia criou Universidades Seniores em todas as freguesias. “Mesmo no caso das uniões

de freguesia existe uma universidade em cada polo, ou seja, cinco universidades, distribuídas por oito polos, o que faz com que sejamos o concelho do País que possui mais equipamentos destes a nível territorial. Além disso, vale a pena mencionar que estes espaços são muito frequentados tendo uma ocupação muito acima do exepetável”.

PRINCIPAIS OBRAS EM CURSO

Apesar de todas as vicissitudes, o autarca explica que decorrem na atualidade obras no concelho num valor superior a 12 milhões de euros. “Foram diversas as obras marcantes que terminámos e que se instituem já como importantes mais-valias no dia de dia das populações”. O edil destaca o novo Centro Escolar da Chamusca, obra no valor de quase três milhões de euros, comparticipados a 85 por cento por fundos comunitários. Hoje, este espaço contempla 12 salas de aula, uma sala polivalente, refeitório, sala de professores, sala de pessoal auxiliar, duas salas de atividades extra, biblioteca, laboratório, um ginásio e mais oito salas já existentes no antigo edifício da EB1.

Ainda no setor da educação “e como avançamos com o processo de transferência de competências estamos a inter-

vir, neste momento, na Escola EB 2,3 e Secundária da Chamusca [Escola-Sede]. Paulo Queimado explica que neste equipamento já está concluída a obra de remoção e substituição das coberturas em fibrocimento que existiam no pátio exterior, empreitada que representou um investimento superior a 15 mil euros. Esta intervenção antecede o processo de requalificação global da escola, no valor de 4.5 milhões de euros, projeto que a iniciar ainda este ano. “Ainda que apenas metade deste valor seja compartilhado por fundos comunitários queremos dotar, desde já, a escola-sede do agrupamento de melhores condições para o futuro”, completa.

De acordo com o edil, outra obra marcante no município foi a requalificação de fundo que modernizou o espaço e tornou o Mercado Municipal mais funcional. “Este é um espaço que pertence à comunidade, e só com a participação de todos conseguiremos dar-lhe vida”, destaca o autarca. Este projeto representou um investimento de 360 mil euros e implicou a reconversão desta infraestrutura num mercado de futuro, apostando em produtos tradicionais e locais. Este projeto concretizou ainda a valorização e a potenciação das características do edifício existente, mantendo a sua história e a relação com a área envolvente. “Este é um projeto arrojado de requalificação e modernização do espaço, não só no exterior, mas principalmente no interior, dotando-o das melhores condições para empresários e para os clientes, tornando-o numa referência urbanística e de vivência comunitária, integrada na estratégia global de regeneração urbana, a avançar em breve em toda a vila”.

Paulo Queimado esclarece ainda que, apesar das obras realizadas, muitos dos concursos públicos lançados pela Autarquia acabaram desertos, “porque não existem empresas de construção civil disponíveis no mercado. Ainda temos obras para executar no valor de quatro milhões de euros, no âmbito da reabilitação urbana, onde pretendemos também intervir

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“Acima de tudo uma mensagem de esperança, coragem e de confiança no futuro. O último ano foi trágico do ponto de vista social e familiar e as suas consequências começam a ser visíveis. A falta de socialização começa a demonstrar os seus efeitos. Assim, espero que as pessoas saibam que podem sempre contar com o apoio do município, sendo que o mesmo acontece com as empresas. Espero que todos aqueles que decidiram investir neste concelho estejam preparados para estes novos tempos e que saibam que estamos presentes e disponíveis para os auxiliar em tudo aquilo que necessitem”.

na habitação privada devoluta. O município realiza a intervenção, coloca as habitações no mercado do arrendamento a preços controlados e o valor amortiza a dívida do proprietário para com a Autarquia, durante um período de 30 ou 40 anos. Findo esse período, o imóvel volta a ser responsabilidade do proprietário. Com esta medida seremos mais capazes de atrair e fixar jovens no concelho, contribuindo para o seu rejuvenescimento”. O autarca enaltece que o Executivo também pretende apostar na reabilitação da EN 574 entre Pereiro e Semideiro, projeto no valor de dois milhões de euros. O edil explica que esta intervenção será dividida em dois troços: o primeiro entre a EN 118 e Ulme (com uma extensão de 3.350 m) e o segundo entre Ulme – Casalinho – Semideiro (com uma extensão de 12.300 m). “Estes são apenas dois, dos vários projetos abertos que espero que sejam concretizados no próximo mandato, independentemente de quem vença as próximas eleições”, acrescenta.

O COMBATE À PANDEMIA

No combate à pandemia, Paulo Queimado garante que o município complementou a ação do Estado Central. “Desde o primeiro momento, disponibilizamos equipamentos de proteção individual a


todos os funcionários da Autarquia, por forma a que pudessem laborar de forma segura. Para além disso, a nossa ação foi sempre articulada com as juntas de freguesia, até porque realizámos um acompanhamento próximo das pessoas que estavam confinadas, no sentido de lhes entregar alimentação, medicação e outros produtos que fossem necessários. Os nossos serviços de ação social estão sempre atentos e vigilantes. O gabinete de proteção civil percorre as freguesias, porta a porta. Neste momento esse trabalho é realizado com o objetivo de contactar as pessoas para o agendamento da vacinação”.

Questionado sobre a forma como a campanha de vacinação decorre no concelho, mostra-se satisfeito e explica: “Como somos um concelho relativamente pequeno o processo fica facilitado, mercê a relação de proximidade que temos com todos os municípios. Acompanhamos de perto toda a campanha, apoiando-a logisticamente, quando necessário”. O município apoia ainda no transporte de utentes que necessitem de se deslocar, numa articulação direta entre a Autarquia e as juntas de freguesia. Apesar disso, o edil esclarece que o município avançou com a instalação de um centro de vacinação no pavilhão dos bombeiros.

Paulo Queimado informa ainda que o município concedeu apoios ao nível da redução de tarifas e taxas municipais. Ainda no âmbito das isenções, o autarca assevera que a Autarquia também isentou o pagamento de renda em todos os espaços comerciais municipais, assim como todo o comércio local e restauração do pagamento de todo o tipo de taxas municipais, medida que ainda está em vigor. Para as empresas, o município criou o Programa de Apoio à Recuperação do Comércio Local com o objetivo de dar resposta às consequências económicas da interrupção forçada de atividade. “Esta é a altura de relançarmos a nossa economia, sustentando o esforço que diariamente é feito pelo nosso setor empresarial, maioritariamente composto por pessoas singu-



lares ou de cariz familiar, e que têm procurado adaptar-se à pandemia mas que, depois de todos estes meses, necessitam de um novo fôlego. Sabemos da resiliência de todos aqueles que escolheram este concelho para investir pelo que estamos a apostar no futuro, mantendo os rendimentos das famílias e os postos de trabalho”. O total de apoios atribuídos ao abrigo desta medida ronda os 160 mil euros. “Quisemos perceber quais seriam os apoios dados pelo Governo para depois apostar na sua complementaridade. Tomámos todas estas medidas no sentido de mitigarmos, ao máximo, as consequências desta pandemia. Queremos evitar que a taxa de desemprego no concelho suba de forma exponencial, pelo que contribuímos, sobretudo, para a manutenção dos postos de trabalho”, completa.

No que concerne às famílias, Paulo Queimado destaca o Fundo de Emergência Social – Famílias, criado para apoiar as despesas dos agregados familiares mais afetados. “Os serviços de Ação Social estão a trabalhar em parceria com a rede social no sentido de conseguirmos identificar os casos de maior necessidade. Sabemos que existem muitas famílias com dificuldades”. Este fundo tem uma dotação de 20 mil euros e destina-se a ajudar as famílias no pagamento de despesas regulares como renda, água, eletricidade e gás, beneficiando todos aqueles que sofreram uma perda de rendimento superior a 25% face ao rendimento mensal do ano anterior. 



MUNICÍPIO DE TOMAR

TRABALHAR EM PROL DO BEM COMUM

Em entrevista ao Empresas+®, Anabela Freitas, presidente da Câmara Municipal de Tomar, faz o balanço deste segundo mandato à frente desta smart and human city. A autarca considera que, no combate a esta pandemia, em muitos casos, o município teve que substituir o Estado Central na resposta dada, contudo, “o bem-estar e saúde das populações sempre foi o mais importante. Temos que trabalhar em prol do bem comum”.



► “A atual situação pandémica interferiu, em muito, naqueles que eram os nossos projetos e objetivos estabelecidos em 2017. O programa que apresentámos para sufrágio estava pensado para quatro anos, porém o aparecimento da Covid fez com que muitos dos projetos que tínhamos em carteira tivessem que ficar adiados, uma vez que tivemos que alocar, não só os recursos financeiros, mas também os recursos humanos da Autarquia a este combate, nomeadamente no apoio que prestámos aos estabelecimentos de ensino, lares, instituições particulares de solidariedade social [IPSS], entre outros”, esclarece Anabela Freitas, presidente da Câmara Municipal de Tomar.

A autarca refere que, apesar do confinamento e de grande parte dos trabalhadores terem ficado em casa em regime de teletrabalho, o serviço prestado não foi mesmo, porque os recursos disponíveis também não o foram. Assim, a edil explica que todas as obras de reabilitação urbana ficaram atrasadas, assim como todos os projetos existente na área da habitação, mais concretamente, de habitação social. “Infelizmente não nos foi pos-

sível reabilitar casas com a velocidade que gostaríamos, por forma a conseguirmos atribuir habitação condigna a muito municípios que ainda não a têm. Estamos a dismantlar um bairro, onde infelizmente ainda não conseguimos realojar 75 pessoas das cerca de 300 que ali viviam”. Anabela Freitas advoga que também não podemos esquecer que a pandemia provocou uma redução muito grande ao nível das receitas que a Autarquia auferia, em consequência dos vários apoios através de um regime de isenções de pagamentos que o executivo atribuiu às empresas e às famílias, “o que fez com que a disponibilidade financeira para este setor também não fosse a mesma. Não podemos esquecer que este investimento estava a ser realizado na totalidade a custas do orçamento camarário, uma vez que não existiam quaisquer fundos aos quais nos pudessemos candidatar”.

SUBSTITUIR O ESTADO

“No combate a esta pandemia temos noção que, em muitos casos, nos substituímos ao Estado Central na resposta dada, contudo o bem-estar e saúde das populações sempre foi o mais importante. Temos que trabalhar em prol do bem comum”, refere a autarca que revela que, logo numa primeira fase, o município atribuiu equipamentos de proteção individual a todas as IPSS uma vez que, em março de 2020, “atingiam preços proibitivos e as instituições não tinham uma tesouraria capaz de suportar esse custo. Não podemos esquecer também a elevada quantidade de computadores e acessos à Internet, mercê a fraca cobertura de rede existente no concelho, que foram ad-

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“A melhor mensagem que posso deixar é a de que tenham orgulho em serem tomarenses e que tenham orgulho no seu concelho, uma vez que essa é a melhor publicidade que lhe podemos fazer. Todos temos que ser cidadãos participativos e pensar não naquilo que o concelho me pode oferecer, mas sim naquilo que cada um de nós pode oferecer ao seu concelho”.

quiridos para que as nossas crianças pudessem ter aulas em casa com alguma qualidade”. Conjugando todos os custos com as isenções e apoios que dados a empresas e famílias, a Autarquia, direta ou indiretamente, já realizou um investimento superior a 1.2 milhões de euros no combate a esta pandemia.

A edil destaca algumas das medidas tomadas pelo município: “Desde logo, isentámos o estacionamento de superfície, sendo que, no caso das empresas, estas ficaram também isentas da avença nos parques cobertos. Conferimos ainda apoio ao nível do pagamento da fatura da água, medida transversal para famílias e empresas. Dinamizámos também diversas medidas específicas de apoio ao comércio e que, indiretamente, apoiaram também as famílias. Assim no Natal, por exemplo, como sabíamos que existiam famílias que não tinham dinheiro para comprar uma única prenda, atribuímos vouchers de 10 e de 20 euros. As famílias adquiriam por 5€ um voucher que valia 10€ em compras no comércio local e assim por diante. Alocámos cerca de 100 mil euros a este programa que origi-



Anabela Freitas

nou um retorno de 230 mil junto do comércio, medida que permitiu as muitas empresas sobreviver durante estes meses do segundo confinamento”.

No que concerne ao setor da cultura e turismo, Anabela Freitas esclarece que, nos meses de verão, o concelho continuou a ser muito visitado, ainda que apenas por turistas nacionais, o que permitiu às unidades hoteleiras e da restauração alguma folga económica. “O facto de termos mantido a nossa programação cultural nos meses mais quentes também foi uma importante mais-valia no setor do turismo. Desta forma também conseguimos ajudar muitos agentes do setor da cultura e do espetáculo que existem em Tomar e que tiveram um ano muito difícil, uma vez que foram muito poucos os espetáculos realizados a nível nacional. Como os espetáculos foram realizados no jardim, que funciona como uma espécie de ilha, facilmente controlámos as entradas e assegurámos todas as questões de segurança. Como esta iniciativa foi um sucesso, já programámos realizar eventos semelhantes este ano”.

A autarca divulga que o Executivo também se reuniu com a indústria hoteleira, restauração e operadores turísticos e que foi traçado um plano de desconfinação. Neste âmbito, a edil apresenta o evento Tomar Check In, que assenta numa campanha que pretende promover o aumento das estadias dos visitantes em Tomar e que terá um custo previsto de 200 mil euros. A campanha vai funcionar entre 1 de maio e 31 de julho e serão entregues vouchers a quem pernoitar mais de duas noites em Tomar: duas noites (voucher de 20 euros); três noites (voucher de 30 euros) e quatro ou mais noites (vouchers de 40 euros). Estes vouchers só podem ser gastos na economia local, quer seja em agentes de viagens, restaurantes, cafés, pastelarias e agentes de animação turística. “Assim todo o investimento é dinheiro que fica em Tomar”. As marcações têm de ser feitas diretamente com as unidades hoteleiras e não através de plataformas.

O PROBLEMA DAS “CAPELINHAS”

“A campanha de vacinação não tem sido linear, devido a todas estas questões relacionadas com a segurança de algumas vacinas, o que tem causado desconforto em algumas pessoas. Além disso, julgo que, ao fim de um ano de pandemia, devíamos deixar as «capelinhas». Por exemplo, alguns profissionais camarários de setores como o desporto ou a cultura, como viram reduzido o seu volume de trabalho mostraram-se, desde o primeiro momento, disponíveis para realizar outras atividades como participar nos inquéritos epidemiológicos, realizar trabalho administrativo a emitir declarações de isolamento, entre muitos outros. Assim, que sentido faz agora ter que ser um médico a ligar para as pessoas para agendar a vacinação? Não faz qualquer sentido. Se as entidades nos derem a listagem de contactos estes profissionais desempenham essas funções, libertando os clínicos para atividades bem mais exigentes”, acusa Anabela Freitas.

A autarca revela que as entidades alegam que não podem partilhar os dados devido a questões de confidencialidade, “quando os funcionários camarários também são trabalhadores públicos que estão sujeitos ao dever do sigilo profissional. Além disso nós sabemos onde as pessoas moram, com quem convivem e podemos agilizar esses contactos. Na população mais velha o sistema de SMS não funciona porque muitos não sabem



“NÃO CONSEGUIMOS FAZER OBRAS SE NINGUÉM SE CANDIDATA À SUA REALIZAÇÃO. PERANTE ISTO, CONSEGUIMOS RENEGOCIAR AS VERBAS DISPONÍVEIS E INCLUIR ALGUMAS INTERVENÇÕES QUE NÃO TINHAM SIDO TIDAS EM CONTA NUMA PRIMEIRA FASE”

usar o telemóvel dessa forma. Se necessário fosse podíamos articular os contactos com as juntas de freguesia e outras instituições locais e este processo tornar-se-ia muito mais célere e preciso”. A edil teme que, com este modelo, muitas pessoas terminem esquecidas em todo este processo quando, “em tempo de guerra, não se deveriam limpar armas. Lamento que, ao fim de um ano, continue a existir este trabalho espartilhado, quando estamos todos disponíveis para trabalhar em prol do bem comum. Já partilhei estas minhas preocu-

pações com as várias entidades competentes e nada muda, o que é lamentável. Infelizmente, o corporativismo está de tal forma entranhado na sociedade que nem uma pandemia o conseguiu enfraquecer”.

Apesar dessas vicissitudes, Anabela Freitas advoga que o município auxilia as entidades competentes neste processo em tudo o que é possível e necessário, como é o caso do transporte de todos aqueles que não têm condições para o fazer. No caso das pessoas sem mobilidade esse transporte é realizado pelos bombeiros.



DERRAPAGENS E DESEMPREGO

A autarca afirma que o município tem duas formas de financiamento principais. Por um lado, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que se destina à reabilitação urbana no interior da cidade, “onde não se verificaram quaisquer derrapagens orçamentais, apenas temporais que resultaram do facto de vários concursos lançados ficarem desertos. Em alguns casos foi necessário lançar o mesmo concurso três vezes, uma vez que não existem empresas de construção civil disponíveis no mercado e interessadas em realizar estes projetos. Não existe mão de obra também. Assim lançámos esse concurso uma primeira vez com 500 mil euros de preço base, a segunda tentativa já atingiu os 750 mil e a terceira foi para os 1.2 milhões”.

Por outro lado, a edil assevera que o município tem acesso ao financiamento que chega via pacto, ou seja, através da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo sendo que, neste setor, a Autarquia também registou derrapagens nas empreitadas, cujos concursos também ficaram desertos. “Não conseguimos fazer obras se ninguém se candidata à sua realização. Perante isto, conseguimos renegociar as verbas disponíveis e incluir algumas intervenções que não tinham sido tidas em conta numa primeira fase. Neste contexto algumas obras já estão sob análise do Tribunal de Contas, outras estão prontas para análise sendo que noutros casos teremos mesmo que abrir novamente concurso para a sua realização. Assim, dos projetos definidos em 2017 não perdemos o seu financiamento”. Anabela Freitas lamenta que, apesar de todos os esforços, a taxa de desemprego já esteja a subir em Tomar, “o que faz com que os pedidos de ajuda à nossa Rede Social também tenham vindo a aumentar de forma exponencial. Vários es-



paços de cariz familiar do pequeno comércio não voltaram a abrir quando começou o desconfinamento. Assim, é natural que o desemprego vá aumentar ainda mais e que, com isso, as dificuldades das famílias também aumentem”. A autarca mostrasse preocupada sobretudo com as famílias que tinham a sua vida perfeitamente estruturada e estável e que, com esta situação de pandemia, se veem numa situação economicamente instável. “Estas pessoas têm vergonha de pedir ajuda, motivo pelo qual a Rede Social e as várias instituições nela envolvidas terão que estar atentas para poderem identificar estes casos e ajudar estas pessoas que não podemos deixar para trás. Assim teremos que encontrar estratégias para chegar até elas e fazê-las perceber que não é vergonha nenhuma ser ajudado pelos outros”, completa.

FUTURO PROMISSOR

Quanto ao futuro, a edil defende que era importante que o município continuasse a apostar no setor da habitação, não só do ponto de vista social, mas também como ferramenta para a fixação das populações, “desde que esta seja realizada com custos controlados. Sempre que tentamos atrair investimento e trazer empresas para Tomar, uma das primeiras questões dos investidores está liga-




“O MERCADO DAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS TAMBÉM É DEFICITÁRIO NO CONCELHO E MUITO FECHADO. A ÚNICA RESIDÊNCIA EXISTENTE ESTÁ COMPLETAMENTE CHEIA PELO QUE TAMBÉM SERÁ PERTINENTE A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO”

da precisamente ao mercado do arrendamento que, neste momento, está completamente fechado e onde são pedidos preços exorbitantes, o que faz com que tenhamos muitas casas vazias porque as pessoas não as querem alugar. A verdade é que um quadro especializado de uma grande empresa não quer comprar casa porque o mercado é muito volátil e a sua situação pode mudar de forma muito rápida, razão pela qual a preferência recai sobre o arrendamento”. Anabela Freitas esclarece que a Autarquia já está a estudar a parceria com um privado responsável que será responsável pela construção de 48 a 50 fogos, de tipologias T1, T2 e T3, que o município irá adquirir para depois arrendar a pre-

ços justos. “O mercado das residências universitárias também é deficitário no concelho e muito fechado. A única residência existente está completamente cheia pelo que também será pertinente a construção de um novo espaço”. Paralelamente, a autarca considera que será importante que o município continue a apostar na reabilitação urbana, não só em habitação, como também em infraestruturas, nomeadamente ao nível do saneamento básico, até porque muitas condutas de água são ainda em fibrocimento. “Também temos que apostar inequivocamente no setor tecnológico, área em consonância com o previsto no Plano de Recuperação e Resiliência e com os fundos comunitários, o que será

uma importante mais-valia. A pandemia veio provar que, hoje em dia, se queremos ser atrativos temos que ter acesso às novas tecnologias. Tem que ser possível uma pessoa estar na Albufeira de Castelo de Bode a trabalhar no outro lado do mundo sendo que, para isso, precisa da estrutura tecnológica e da transição digital. Assim, temos que criar as condições para que sejamos, efetivamente, um território mais atrativo, criando um cluster tecnológico, onde sejamos capazes de acolher empresas que laborem neste setor, tornando-nos, cada vez mais, uma *smart and human city*. O município deve continuar a apostar na mobilidade suave e sustentável. Se as pessoas se conseguirem movimentar sem recurso ao automóvel todos ficamos a ganhar do ponto de vista ambiental”.

Ainda no setor ambiental, a edil afiança que alterações climáticas também não podem ser esquecidas até porque Tomar é um dos 25 municípios portugueses que tem uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC). “Este será um dos desafios mais importantes do século XXI. Assim, com esta iniciativa queremos promover, em todo o território municipal, uma resposta coerente às múltiplas problemáticas relacionadas com as alterações climáticas e colocar o município na linha da frente a nível nacional, no que diz respeito a estas matérias. É importante dotar Tomar de conhecimento e instrumentos capazes de atenuar os efeitos causados pelas alterações climáticas, ao mesmo tempo que informamos e sensibilizamos todos os agentes sociais na perspetiva de contribuir para uma cidadania ambientalmente mais consciente e responsável garantindo assim um futuro mais sustentável. Quem decide os destinos de uma autarquia tem que ter sempre os olhos postos no futuro”, conclui. 



MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS

A PORTA NORTE DE LISBOA

Apesar de todas as vicissitudes decorrentes da atual pandemia, Pedro Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, considera o concelho a porta Norte de Lisboa. Estamos próximos da capital e somos servidos pela A23, uma porta aberta de acesso a toda a Europa, o que faz com que, hoje em dia, sejamos uma importante capital logística”. A cumprir o segundo mandato à frente dos destinos do concelho ribatejano, o autarca não tem dúvidas: “Temos que colocar Torres Novas na rota do reconhecimento nacional e internacional”.



Pedro Ferreira



► Olhando para trás, Pedro Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, confessa que, em 2013, quando tomou posse pela primeira vez, a sua primeira prioridade foi tornar a autarquia mais eficiente do ponto de vista económico-financeiro, “missão que cumprimos rapidamente e que nos permitiu realizar maiores e melhores investimentos no desenvolvimento do concelho. Neste contexto, as candidaturas realizadas no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo também foram muito importantes até porque, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020 foi possível

acederemos a um maior volume de investimento”.

Para além da questão financeira, o autarca assevera que outra das suas preocupações passou pela requalificação do Almonda Parque, projeto que se insere no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de Torres Novas enriquecido ainda pela reconversão da antiga Central Elétrica do Caldeirão. “Estas obras irão contribuir para a revitalização e qualificação do centro histórico porque irão transformar estes espaços, um deles num parque urbano, o que permitirá promover a fruição e a acessibilidade ao rio, bem como restaurar e reabilitar os equipamentos existentes”, explica o edil. Fazem parte deste projeto a construção de um parque público, a nova ponte da Bâcora, uma intervenção no Moinho dos Duques e nos arruamentos, incorporando a ciclovia e a requalificação da zona da Tarambola. Este espaço contempla ainda a existência de um par-

“AS CANDIDATURAS REALIZADAS NO ÂMBITO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO TAMBÉM FORAM MUITO IMPORTANTES ATÉ PORQUE, NO ÂMBITO DO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO PORTUGAL 2020 FOI POSSÍVEL ACEDERMOS A UM MAIOR VOLUME DE INVESTIMENTO”

que automóvel gratuito para cerca de 400 viaturas, “resposta de vital importância, uma vez que falamos de um espaço central, junto ao centro histórico da cidade”. Já a Central Elétrica do Caldeirão salvaguardará as suas características arquitetónicas, tendo-se procedido à recuperação da maquinaria existente, criando uma área museológica e um centro de interpretação, que revisita o funcionamento desta instalação. A obra teve um custo superior a um milhão de euros e foi financiada por fundos europeus do Portugal 2020.

REVITALIZAR O CENTRO HISTÓRICO

“Os centros históricos das cidades, de uma forma geral, estão muito degradados, pelo que, também em Torres Novas urgia uma intervenção a este nível. A nossa cidade é já muito antiga, uma autêntica relíquia, pelo que tem que ser preservada, intervenção que deve ser sempre aliada à valorização cultural e



turística. Assim, adquirimos alguns imóveis localizados no centro histórico a particulares que foram completamente recuperados. Temos agora em curso um projeto de arrendamento a preços acessíveis com o objetivo de conseguirmos fixar os mais jovens no concelho”, afirma Pedro Ferreira.

Ainda no centro histórico e também no âmbito do PEDU, o autarca explica que o município está a realizar a reabilitação do Prédio do Alvarenga, transformando-o no Centro de Interpretação de Arqueologia e História da Cidade. “Quisemos tornar este espaço flexível a vários níveis, sejam eles culturais, científicos, ou mais direcionados para a divulgação e educação ou para o estudo e investigação”, explica. Este projeto teve uma comparticipação financeira que ascendeu a 85% do custo das obras. “De enaltecer ainda, no setor da cultura, o nosso Teatro Virgínia que é uma referência a nível nacional, até porque aposta numa programação diferente, diferenciada e invulgar, o que se torna uma importante mais-valia”, completa. De acordo com o autarca, o executivo também apostou na conclusão da requalificação do parque escolar concelhio que urgia concluir. “já estava muito degradado. Assim, procedemos à requalificação do Centro Escolar de Santa Maria e da Escola Secundária Maria Lamas, onde estamos a realizar uma intervenção profunda ao nível dos balneários e da zona da cozinha e refeitório, assim como no ginásio. Para além disso, estamos a adaptar os edifícios às normas legais, nomeadamente no que se refere a mecanismos de proteção contra incêndios, bem como as componentes térmica, rede elétrica, gás, água e saneamento”. O edil informa ainda que a intervenção contempla a requalificação dos campos desportivos exteriores, com regularização do piso e colocação de base acrílica, criação de bancadas e cobertura num dos espaços, o que vai permitir a prática desportiva em condições meteorológicas mais adversas. Proceder-se-á ainda à reorganiza-



“DE ENALTECER AINDA, NO SETOR DA CULTURA, O NOSSO TEATRO VIRGÍNIA QUE É UMA REFERÊNCIA A NÍVEL NACIONAL, ATÉ PORQUE APOSTA NUMA PROGRAMAÇÃO DIFERENTE, DIFERENCIADA E INVULGAR, O QUE SE TORNA UMA IMPORTANTE MAIS-VALIA”

ção do laboratório e de salas de informática, bem como à criação de mais instalações sanitárias. Este é um projeto orçado em 1,2 milhões de euros.

Pedro Ferreira destaca ainda as obras de requalificação da Escola EB 2/3 Manuel de Figueiredo que já foram terminadas. “Esta era uma escola antiga que hoje se transformou num edifício moderno, ao nível dos melhores do país. Ali construímos um novo ginásio e um novo edifício de portaria. Procedemos ainda a arranjos exteriores do recinto e à remoção de todos os telheiros de ligação entre blocos, cuja cobertura era em fibrocimento”. Atualmente a escola conta com 19 salas de aula, sete laboratórios, duas salas de informática,

duas de educação visual e tecnológica, uma sala de educação tecnológica, uma sala de educação visual, quatro salas de música, três salas de pequenos grupos e duas salas de seminário. Esta obra custou um total de 4,8 milhões de euros, sendo destes 3,8 milhões resultantes de financiamento de fundos europeus.

No setor da saúde, “realizámos uma parceria com o Estado Central e assumimos os custos de 15% das candidaturas realizadas e aprovadas nesta área. Desta forma conseguimos reabilitar o Centro de Saúde de Torres Novas, obra que ainda está a decorrer. Paralelamente irá ser contruída a nova Unidade de Saúde Familiar [USF] Cardillium,

num investimento de 1.5 milhão de euros. Recentemente, o Centro Hospitalar do Médio Tejo, na Unidade Hospitalar de Torres Novas, também apresentou a nova Unidade de Hospitalização Domiciliária Pediátrica e a nova Unidade de Reabilitação Cardiopulmonar, duas importantes mais-valias ao nível da qualidade dos serviços de saúde no nosso concelho. Estas são respostas inovadoras, diferenciadas e que têm feito toda a diferença. No primeiro caso as crianças recuperam de uma cirurgia em casa, juntos dos seus. Desta forma, a unidade de saúde presta cuidados de saúde cada vez mais humanizados. Já o segundo serviço vem dar um outro tipo de resposta a doentes com doenças respiratórias crónicas e a doentes de reabilitação cardíaca”, advoga o autarca.

Por fim, o edil informa que o município realizou ainda um grande investimento na recuperação da sua rede viária “que estava muito degradada, sobretudo quando falamos em estradas secundárias que servem as diferentes freguesias. Este foi um investimento realizado na totalidade pela autarquia, uma vez que não existem fundos comunitários nesta área a que nos possamos candidatar, ainda que tenhamos estado sempre em articulação com as juntas de freguesia que, neste âmbito, foram excelentes parceiros”.

PORTA NORTE DE LISBOA E KM ZERO PARA A EUROPA

“A nossa localização é estratégica. Costumo dizer que somos a porta Norte de Lisboa. Estamos muito próximos da capital e somos servidos pela A23, uma porta aberta de acesso a toda a Europa, o que faz com que, hoje em dia, sejamos um importante centro logístico. Temos localizados no concelho interpostos de distribuição de todas as grandes superfícies. No setor industrial também não podemos esquecer a gigante Renova que também está localizada em Torres Novas e que emprega, de forma direta e indireta, mais de um milhar de pessoas”, advoga Pedro Ferreira.

Apesar de confiante no presente e no futuro, o autarca reconhece que a pandemia condicionou muito este segundo mandato. “Tivemos que adiar o início de várias obras que já estão adjudicadas e que irão começar brevemente. Um desses projetos é o da nova Loja do

POVO DEVIA SER SOBERANO

“Sempre fui contra a limitação de mandatos. Se ela existe para as câmaras municipais e para as juntas de freguesia, então também deveria ser estendida à Assembleia da República. Ainda assim, sempre defendi e defendo que o povo deveria ser soberano. As pessoas devem decidir se querem continuar ou não com aquela pessoa à frente dos destinos da sua autarquia. As pessoas são inteligentes e conscientes das suas escolhas e sabem mostrar o seu descontentamento quando necessário. Ainda assim, sendo que a limitação existe, julgo que seriam mais pertinentes dois mandatos de seis anos e não três de quatro. Um autarca que seja eleito pela primeira vez tem grandes dificuldades em realizar obra durante o primeiro mandato. Antes tem que conhecer os dossiers, reconhecer a situação económica da autarquia, realizar projetos e candidaturas a fundos comunitários. Quando todo este processo burocrático chega ao fim, o mandato está a terminar”.

Cidadão, que será criada no edifício B do Convento do Carmo, num investimento de quase um milhão de euros. O piso térreo será ocupado por uma zona comum e pelos serviços do Espaço Cidadão, Espaço Empresa e Instituto dos Registos e Notariado [IRN]. No piso 1, além dos espaços comuns, serão alojados os serviços da Autoridade Tributária”.

O autarca esclarece que também vai avançar o projeto de ampliação da Zona Industrial de Riachos, “uma vez que continuamos a receber pedidos de empresas para se instalarem no concelho. Também vamos apostar na requalificação de todos os acessos. Queremos melhorar o transporte de pessoas e mercadorias com foco nos eixos de acesso ao litoral e à Europa através da A23, aumentando a fluidez de tráfego, ao mesmo tempo que promovemos a segurança rodoviária entre peões e veículos, assegurando ainda a articulação com as linhas férreas do Norte e da Beira Baixa. De referir que esta é apenas uma das várias intervenções ao nível rodoviário que pretendemos iniciar brevemente”. O próprio governo reconhecendo a importância desta localização privilegiada, assumiu uma obra de cerca de oito milhões de euros, desde a saída da A23 às zonas industriais de Riachos e Entroncamento em termos de melhoria de acessibilidades, reconhecendo que se localiza no concelho de Torres Novas o 2º maior porto seco do país.

Para além disso, o edil revela que já está adjudicada a construção e requalificação do Pavilhão Desportivo de Riachos, empreitada que transformará este edifício num novo Palácio dos Desportos, num investimento de um milhão de euros. “Queremos melhorar o equipamento existente em matéria de condições funcionais, de forma a promover a melhoria e intensificação de uso deste pavilhão na prática desportiva por parte da população escolar em especial, bem como completar o equipamento e construção pré-existente em termos funcionais enquanto peça arquitetónica de valorização do contexto urbano de Riachos”.

CORAGEM NO COMBATE À PANDEMIA

“Ajudámos e continuamos a ajudar todos os torrejano neste combate à pandemia, sendo que, através de apoios di-



“AJUDAMOS E CONTINUAMOS A AJUDAR TODOS OS TORREJANOS NESTE COMBATE À PANDEMIA, SENDO QUE, ATRAVÉS DE APOIOS DIRETOS E INDIRETOS, A AUTARQUIA JÁ REALIZOU UM INVESTIMENTO SUPERIOR A UM MILHÃO DE EUROS”

retos e indiretos, a autarquia já realizou um investimento superior a um milhão de euros”, revela Pedro Ferreira, segundo o qual, em primeira instância, o município apoiou e acompanhou as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), assim como os bombeiros, proteção civil e instituições concelhias. Depois disso facilitou o acesso a equipamentos de proteção individual, nomeadamente máscaras, a toda a população, sendo que também procedeu à desinfeção de espaços.

No que concerne aos vários apoios dados às famílias, o autarca destaca a isenção de pagamento das refeições e de outros serviços durante o período da crise aos alunos filhos de profissionais de saúde e de outros serviços essenciais de assistência, que são acolhidos nas escolas de referência. A autarquia também manteve o serviço refeições a alunos beneficiários dos escalões A e B da ação social escolar, a fim de garantir a disponibilização das refeições necessárias e com entrega ao domicílio sempre que necessário. “Já para assegurarmos a qualidade da escola à distância realizámos o reforço dos meios informáticos disponíveis para os nossos alunos, sendo que preparamos ainda um sistema de apoio e

distribuição de bens essenciais à população em isolamento ou quarentena”, esclarece o edil.


Pedro Ferreira assegura que as empresas e o comércio local também não foram esquecidos. Assim, entre as várias medidas adotadas, o autarca destaca a suspensão dos pagamentos decorrentes de rendas ou taxas devidas, durante quatro meses (janeiro a abril) deste ano para a ocupação da via pública com toldos e/ou reclames luminosos, esplanadas, rendas de habitação social e taxa dos resíduos sólidos urbanos (RSU). “No Natal também decorreu uma campanha de apoio ao comércio local através da atribuição de vouchers que foi um sucesso e que muito ajudou os nossos comerciantes”, completa.

MENSAGEM A TODOS OS MUNICÍPIOS

“Esperemos que 2022 seja um ano muito diferente deste, onde o convívio já seja possível e onde a realidade lentamente volta ao normal. Temos que dar todos o melhor pelo futuro do nosso concelho, de forma orgulhosa e abnegada”.



Por fim, em articulação com as entidades locais do setor da saúde, o município está a assegurar a operacionalidade do processo de vacinação, quer por meio de transporte ou através da cedência de meios humanos e de logística na sua generalidade. “A campanha está a decorrer de forma muito positiva e as pessoas mais velhas já estão praticamente todas vacinadas, assim como os nossos agentes educativos, forças de segurança, bombeiros e setor social. Resta esperar que cheguem as restantes vacinas para que as restantes pessoas também possam ser convocadas”, refere o autarca que reconhece que, em alguns casos, o município substituiu o Estado Central naquelas que eram as suas obrigações, contudo, “também temos que reconhecer que a tutela não consegue chegar a todo o lado e que as autarquias, mercê a relação de proximidade que têm com as populações, conseguem mais facilmente colmatar necessidades prementes”.

Quanto ao futuro, Pedro Ferreira defende que, independentemente de quem vença as próximas eleições autárquicas, o futuro executivo terá que enfrentar o desafio da recuperação económica, “onde será de vital importância continuar a apostar no aumento e revitalização das diferentes zonas industriais e na dinamização de todo o nosso tecido empresarial, para a concretização do desafio da criação de mais e melhor emprego. Para além disso, o processo de reabilitação urbanística deve continuar assim como a conclusão da reabilitação de toda a rede viária que já está em curso. Ao mesmo tempo, os serviços camarários devem ser modernizados para que se tornem mais ágeis e eficientes. Por fim, não pode ser esquecida a valorização do património cultural e o enorme potencial turístico que temos e que deve ser aproveitado e rentabilizado, tudo para colocar Torres Novas na rota do reconhecimento nacional e internacional”, conclui. 

MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA**UM MUNICÍPIO PRÓXIMO
DAS PESSOAS**

A terminar o primeiro mandato à frente dos destinos do Município de Constância, Sérgio Oliveira reconhece que este foi um mandato desafiante devido à atual pandemia. Com uma aposta clara numa política de proximidade junto de toda a população, o autarca, apesar de cauteloso quanto ao futuro, mostra-se confiante, acreditando que o município continuará com “uma dinâmica diferente e uma voz respeitada dentro e fora de fronteiras”.



► “Há quem pense que este é um papel fácil, o que não pode estar mais longe da verdade, sobretudo num mandato tão desafiante como este. Apesar disso, problemas existem sempre e a nossa missão é resolvê-los. Para isso dou sempre o meu melhor e realizo este trabalho da melhor forma que sei e posso”, reitera Sérgio Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Constância. O autarca assevera que as obras levadas a cabo no decorrer deste primeiro mandato não foram apenas físicas e destaca outras reformas que foram feitas, como a baixa em cerca de um milhão de euros na dívida que o município tinha, “medida necessária, mas que pesou muito na nossa capacidade de realização de obra. O valor total do IMI que a Autarquia recebia não chegava para pagar as prestações da amortização, o que demonstra a nossa tenacidade e esforço realizado para que esta batalha fosse ganha”, e que “fazem com que, atualmente, o concelho tenha uma dinâmica diferente, uma voz respeitada dentro e fora de fronteiras”.

Olhando para trás Sérgio Oliveira reconhece que quando tomou posse quatro anos pareciam muito tempo. Contudo agora “concordo com as aqueles que defendem que quatro anos é pouco tempo para realizar projetos estruturantes. O primeiro ano serve apenas para que o autarca estude e conheça todos os dossiers, o modo de funcionamento e toda a estrutura camarária. Só no segundo ano começam a ser definidos projetos que terão que ser aprovados, antes dos concursos serem lançados. Assim, o autarca confessa que o cumprimento de dois mandatos de seis anos cada, perfazendo o mesmo limite temporal estabelecido para o cumprimento de cargos autárquicos não o chocaria, como alternativa e completa: “Os cargos não são eternos. As pessoas passam e as instituições ficam. Um dia que não seja mais presidente da Câmara de Constância espero sinceramente que o meu sucessor seja capaz de fazer muito mais e melhor do que eu fiz, uma vez que isso significará que quem sairá a ganhar serão as pessoas e a região”.

MANDATO DE PROXIMIDADE

O presidente, apesar de confessar a existência de “algumas dificuldades”, assegura que conseguiu “cumprir com os objetivos propostos, deixando, ao fim de quase quatro anos, um concelho melhor do que aquele que encontramos em diversos aspetos”. De acordo com o autarca algumas das principais conquistas alcançadas foram a Extensão de Saúde de Montalvo, o arranjo do Largo Cabral Moncada, no centro histórico da Vila onde vários imóveis também têm sido re-



Sérgio Oliveira

MENSAGEM AOS MUNICÍPES

“Quero deixar, sobretudo, uma mensagem de esperança para toda a população, num tempo que não tem sido fácil por causa da pandemia. Os anos vindouros também não o serão em virtude da nova crise social e económica que já se começa a sentir, mas que, infelizmente, ainda se vai aprofundar mais. Contudo, as pessoas têm que ser capazes de enfrentar e de resolver os seus problemas, seguindo em frente. Assim, é de vital importância que sejamos todos cautelosos e conscientes das nossas escolhas, por forma a que esta crise não se agrave ainda mais. Certo é que a Autarquia estará sempre ao lado da população, ajudando naquilo que for necessário, dentro das suas possibilidades, tal como tem vindo a acontecer”.

cuperados, a requalificação do Cineteatro, assim como a instalação de fibra ótica e melhoria da rede móvel em Santa Margarida, sem esquecer “as políticas de âmbito social que foram tomadas, nomeadamente o cartão sénior municipal, o apoio na aquisição de medicamentos para os estratos sociais desfavorecidos, entre outros”.

No que concerne à Extensão de Saúde de Montalvo, Sérgio Oliveira advoga que mais de mil pessoas vivem na freguesia, “muitas delas envelhecidas e sem meio de transporte para acederem aos cuidados médicos em Constância ou em Abrantes. É por isso que a abertura de um serviço público de proximidade, com a importância que têm os cuidados de saúde primários, é fundamental para au-

mentar a qualidade de vida neste território e captar e fixar as pessoas”.

De ressaltar que este novo equipamento de saúde resulta da adaptação do antigo edifício da escola do 1.º ciclo Dr. José Godinho, já desativada, no âmbito de uma parceria entre o município, que investiu cerca de 160 mil euros na reabilitação do espaço, dos quais 90 mil euros com apoios de fundos comunitários, e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, que assegurou o recheio do edifício, dotando-o de equipamentos, mobiliário e recursos humanos.

Quanto à empreitada no Largo Cabral Moncada, novo espaço de lazer na Avenida das Forças Armadas, próximo do Posto de Turismo, o autarca refere que este



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE II



MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

“Em 12 anos recuperámos a sustentabilidade e promovemos o desenvolvimento num município preparado para o futuro”

MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

“EM 12 ANOS RECUPERÁMOS A SUSTENTABILIDADE E PROMOVEMOS O DESENVOLVIMENTO NUM MUNICÍPIO PREPARADO PARA O FUTURO”

A cumprir o último mandato como presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Pereira, não tem dúvidas de que, apesar de todas as vicissitudes e desafios, 12 anos depois, deixa o município preparado para o futuro. Apesar de reconhecer que há sempre projetos idealizados que depois não é possível concretizar, o autarca assegura que sempre trabalhou em prol da população, “olhos nos olhos, com proximidade”.



► Mário Pereira, presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, afirma que a atual pandemia condicionou, sobretudo a nível financeiro, a concretização do programa que o Executivo delineou em 2017, “uma vez que nos obrigou a afetar verbas não previstas ao combate a esta doença, nomeadamente através do investimento realizado, por exemplo, na aquisição de equipamentos de proteção individual. A receita também diminuiu na medida em que aprovamos uma série de isenções no pagamento de tarifas e de rendas municipais, pagamento de taxas de esplanadas e publicidade, entre outros. Estamos também a implementar um Programa de Apoio à Economia Local, com a criação de um fundo municipal, no que pretendemos

ser um importante elemento de ajuda à recuperação das atividades económicas no concelho”. Para além disso, o autarca assevera que a Covid também afetou aquela que era a dinâmica de funcionamento da Autarquia nos seus mais variados setores. Por fim, afetou ainda as grandes realizações que estavam programadas tanto para 2020, como para 2021. “Falo, por exemplo, da Alpiagra - Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça, que organizamos normalmente em setembro, assim como do Festival do Melão, que acontece sempre em julho”. Já no que concerne a obras, Mário Pereira assegura que, no que diz respeito à intervenção no espaço urbano e requalificação de edifícios, foi possível manter todos os investimentos definidos sendo que, neste momento, decorrem diversas intervenções enquanto que outras irão iniciar a breve trecho. Assim, “iremos conseguir aproveitar a totalidade dos fundos comunitários que estavam destinados ao concelho”. Neste âmbito, o autarca informa que o município já concluiu algumas obras importantes como a requalificação geral e ampliação do Jardim Municipal. “Este novo espaço contempla mais do dobro da área do anterior espaço, apresenta zonas verdes, zona de recreio, mesas e

bancos, para além de dois espaços fechados, que albergam um posto de turismo e um bar/esplanada e ainda murais da autoria de Francisco Camilo que representam cenas do jardim e o quotidiano dos alpiarcenses de outros tempos”. Mário Pereira salienta a importância desta obra no contexto social e económico do município, já que este pode ser um foco de atração para o concelho. “É assinalável o esforço de uma Autarquia de pequenas dimensões e com as dificuldades financeiras como a nossa que, com a ajuda dos seus, tem apostado na regeneração urbana, nomeadamente em intervenções como a Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça e na área envolvente aos Paços do concelho”.

Para além disso, o autarca advoga que a Autarquia já terminou as obras da primeira fase da requalificação do Mercado Municipal, num investimento de quase meio milhão de euros cofinanciado a 85% por fundos estruturais no âmbito do Plano de Ação para a Regeneração Urbana. “Este é um dos maiores investimentos municipais no comércio local e tradicional no concelho, sendo que conseguimos melhorar as condições de vendedores, lojistas e consumidores, criando ainda novas perspetivas de utilização cultural do espa-



Mário Pereira

ço. Estamos agora avançar com a segunda fase, cuja intervenção se irá estender até ao edifício da Igreja, recuperando toda aquela área que estava degradada e que agora irá ganhar uma nova vida e funcionalidade. O centro passará a apresentar uma imagem completamente nova”. No sentido de aumentar a atratividade do concelho e conseguir a fixação de novas empresas, fator potenciador da criação de emprego, Mário Pereira revela que o município irá, brevemente, proceder à compra de terrenos, por forma a poder avançar com o alargamento da Zona Industrial. Logo que este processo esteja concluído, a Autarquia irá proceder à construção de todas as infraestruturas de apoio. “Até ao aparecimento da pandemia a nossa taxa de desemprego era quase

residual e é assim que queremos que esta se mantenha daí esta nossa aposta. O poder de compra das pessoas em Alpiarça subiu exponencialmente ao longo dos últimos anos e queremos manter esse registo positivo”.

O autarca enaltece que o município também vai requalificar várias escolas do concelho, nomeadamente a Escola EB1 e Jardim de Infância de Alpiarça, onde irá proceder à retirada do amianto das coberturas, num investimento superior a 500 mil euros, financiado em 85% pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento. Por sua vez, as intervenções projetadas para as Escolas EB1 /JI de Frade de Baixo e Alpiarça e para a EB2,3/ Secundária José Relvas irão ter uma intervenção que custará cerca de três milhões de euros, sendo que no caso da escola secundária está prevista a construção de novos equipamentos, nomeadamente biblioteca, centro de recursos e um novo auditório.

Ainda no âmbito da aplicação dos fundos comunitários, Mário Pereira assevera que foi realizada a substituição de toda a iluminação. “Fomos um dos concelhos pioneiros na instalação de luminárias LED na totalidade da rede. Este investimento significou uma poupança significativa no consumo de energia e, subsequentemente no valor a pagar, isto já para não falar nas melhorias registadas ao nível da qualidade da iluminação”.

De referir ainda que, no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar na Lezíria do Tejo, o município deu início ao primeiro grupo de pais inserido na ação Educação Parental Positiva e Consciente da Lezíria do Tejo, em parceria com os restantes municípios da Comunidade Intermunicipal. “Através de atividades de suporte e formação para a promoção competências parentais iremos desenvolver a compreensão dos pais em relação às suas necessidades e às dos seus filhos, melhorando as suas relações”, explica o autarca.

A breve trecho, Mário Pereira garante que a Autarquia irá ainda iniciar a construção do Parque Ecológico dos Patudos, obra que representa um investimento total de um milhão de euros, com um financiamento previsível de um milhão de euros. Este projeto prevê a regeneração de toda a área da Barragem do Patudos e a construção de uma praia ecológica, para além de diversos equipamentos de apoio, como passadiços, diversos pesqueiros, ideais para a pesca desportiva, para além

de um novo bar/restaurante que se irá projetar sobre a água. “Esperamos que este seja um novo pólo turístico de atração de visitantes de todo o País. Pretendemos ainda apostar na criação do Parque Ambiental de Alpiarça, projeto no qual estamos a trabalhar e que terá como objetivo a integração de vários espaços verdes existentes”, completa.

COMBATE À PANDEMIA - UMA PRIORIDADE NESTE ÚLTIMO ANO

No combate à atual pandemia, o autarca revela que o município já realizou já um investimento de cerca de 250 mil euros, “entre aquilo que deixamos de receber em virtude das diversas isenções atribuídas e dos diversos apoios que demos a empresas, instituições e população em geral. Oferecemos, por exemplo, inúmeros equipamentos de proteção individual. Para além disso, através de equipas do município, e em articulação com os bombeiros locais, procedemos à desinfeção de diversos espaços. Também não podemos esquecer todo o apoio prestado às diversas IPSS do concelho, com especial enfoque junto daquelas que dispõem da valência de lar. Quanto às empresas isentámo-las do pagamento de taxas, assim como do pagamento de renda, nos casos em que ocupam espaços municipais. Isentamos ainda empresas e famílias do pagamento de tarifas de água e de saneamento. Ainda que o valor investido possa parecer baixo, representa um grande esforço financeiro para um município como o nosso. Fornecemos ainda apoio ao nível da testagem, assim como agora na campanha de vacinação onde damos apoio logístico e ao nível dos recursos humanos”. Mário Pereira considera que a campanha de vacinação está a decorrer de acordo com aquilo que tem acontecido na região e no resto do País sendo que, neste momento, cerca de 25 por cento da população do concelho está já vacinada. O autarca defende que os municípios foram vitais, sobretudo na primeira fase do combate a esta doença, “onde o Estado Central esteve quase ausente. Assim, tiveram que ser os municípios, por vezes em articulação com as Comunidades Intermunicipais, a avançar e a ajudar as populações quando mais ninguém o podia fazer. Excetuando os hospitais, os restantes serviços públicos também entraram em confinamento, pelo que tiveram que ser os órgãos locais, os eleitos e as suas equipas, que tiveram que ir para o terreno e travar esse primeiro combate”.


12 ANOS AO SERVIÇO DO MUNICÍPIO E DA POPULAÇÃO, COM MUITA HONRA E ORGULHO

Olhando para trás, Mário Pereira defende que existem sempre projetos idealizamos que depois não é possível concretizar, “por vezes pequenas obras que, aparentemente, não têm grande significado para a população em geral, mas que, para nós, assumem outra importância”. O autarca reconhece que, por exemplo, não foi capaz de resolver a problemática da má qualidade da água da Barragem dos Patudos. “Esta é uma água parada que, há muitos anos, sofre da problemática resultante do excesso de matéria orgânica. Temos conseguido, de forma geral, melhorar as margens e a zona envolvente de toda aquela área, mas não conseguimos resolver, em definitivo, a problemática da qualidade da água, ainda que tenhamos reunido com frequência com a Agência Portuguesa do Ambiente e com os diversos Secretários de Estado que assumiram a pasta do ambiente nos diferentes governos. Também não tivemos a possibilidade de nos podermos candidatar a fundos comunitários que permitissem a limpeza da Barragem”. Mário Pereira admira que também não conseguiu concretizar o projeto de recuperação da Aldeia do Patacão, uma típica aldeia de pescadores junto ao Tejo. “Queríamos recuperar as tradicionais casas de madeira que estão completamente degradadas, uma vez que a aldeia foi abandonada há mais de 40 anos. Queríamos criar ali um polo de desenvolvimento turístico e uma praia fluvial, até porque, naquela área, existe areia de belíssima qualidade”. O autarca explica que este projeto não foi uma realidade porque a Autarquia nunca conseguiu acesso ao financiamento comunitário necessário. Para além disso, “esta é uma zona de cheia pelo que essa problemática teria que ser acautelada. Por fim, um projeto destes implicaria a construção de outros equipamentos de apoio e articulação com as diversas entidades responsáveis pela gestão daquela área, até porque estamos a falar de uma reserva ecológica e agrícola”. São dois projetos que o município deverá continuar a procurar implementar nos próximos anos, aproveitando as oportunidades que surjam.

Prestes a despedir-se do cargo de presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Pereira reitera ser contra a limitação de mandatos até porque considera



que esta é uma barreira à liberdade de escolha que as pessoas devem ter. “Deviam ser elas a fazer essa avaliação e a escolher livremente os seus eleitos, sobretudo no caso das autarquias locais onde as populações desenvolvem uma grande relação de proximidade com os eleitos. Esta é uma lei que limita a democracia, não só daqueles que queriam concorrer e não podem, como daqueles que querem votar em determinada pessoa e também não o podem fazer. Menos sentido faz quando essa limitação só se coloca ao cargo de Presidente da República, presidentes de câmara e presidentes de junta. Além disso, se a medida foi tomada no sentido de prevenir gestões danosas, está provado que estas podem acontecer no decurso de períodos muito mais curtos, pelo que a limitação de mandatos também perde a sua razão de ser. Além disso, se há na atualidade órgãos que são extremamente escrutinados são as autarquias. Contudo, esta é a lei que temos, pelo que a cumprimos”.

Em jeito de despedida, o autarca assevera que sempre trabalhou em prol da população, “olhos nos olhos, com proximidade. O trabalho que realizei enquanto agente público foi a minha maior honra e o meu maior orgulho. Servi a minha terra e a minha população que sempre foi muito trabalhadora e ligada aos ideais de Abril, da liberdade e da democracia. Gostava de ser lembrado pelas pessoas como alguém que, com o auxílio da sua equipa, conseguiu recuperar as finanças municipais, a sustentabilidade do Município de Alpiarça, ao mesmo tempo que conseguia resolver uma série de problemas que afetavam a população e que urgia resolver. Falamos de problemáticas no âmbito da educação, da reabilitação urbana, da preservação ambiental, o apoio ao movimento associativo e ao setor social, entre outros. Hoje, o município é financeiramente sustentável e está preparado para o futuro”. 



é agora “um lugar de socialização, ponto de encontro da população local e palco de diversos acontecimentos. Com esta obra, esta zona nobre da vila, transformou-se numa agradável zona de lazer, com um espaço verde que contempla zonas arborizadas, mobiliário urbano e dez lugares de estacionamento”. Esta obra representou um investimento superior a 125 mil euros.

Por fim, quanto à obra de requalificação do Cineteatro Sérgio Oliveira revela que a obra teve um orçamento na ordem dos 150 mil euros e que as intervenções se centraram, não só na requalificação, mas também na modernização, incluindo caixilharias, tetos falsos, chão e cadeiras, alcatifas, sanitários para pessoas portadoras de deficiência, e pintura interior e exterior. Em termos internos e funcionais, pretendeu-se “dar cumprimento à legislação em vigor respeitante às acessibilidades e demais melhorias relativas à segurança contra incêndios em edifícios, controlo acústico, revestimentos e requalificação espacial das áreas de apoio ao palco e acesso do público. Esta requalificação permite rentabilizar e colocar o equipamento ao serviço da comunidade, na sua plenitude, com atividades que vão do cinema ao teatro, aos concertos e outras atividades”, esclareceu o autarca.

Apesar de todas as obras, para Sérgio Oliveira a grande aposta foi uma prossecução de numa política de proximidade, “até porque este é um município pequeno e temos que estar disponíveis para as pessoas. Faço questão de estar com as pessoas e de ouvi-las, não estou fechado dentro de um gabinete longe de tudo e de todos. Quase todos os dias ando a pé pela vila, sou interpelado pelos munícipes e prezo muito esse contacto. Além disso visito frequentemente as várias freguesias e visito os pequenos estabelecimentos comerciais locais”.

O APARECIMENTO DA COVID

De acordo com o autarca, o aparecimento da atual pandemia fez com que as instituições tivessem que se adaptar a uma nova realidade nas mais diversas áreas, como a organização interna, o trabalho, entre muitos outros, “alterações para as quais não estávamos preparados. Apesar disso, a atividade municipal em si, no que concerne à execução das obras permaneceu ativa, pelo que demos continuidade à sua execução. Claro que reconhecemos alguns constrangimentos e atrasos em



“FAÇO QUESTÃO DE ESTAR COM AS PESSOAS E DE OUVI-LAS, NÃO ESTOU FECHADO DENTRO DE UM GABINETE LONGE DE TUDO E DE TODOS. QUASE TODOS OS DIAS ANDO A PÉ PELA VILA, SOU INTERPELADO PELOS MUNÍCIPES E PREZO MUITO ESSE CONTACTO”

consequência, por exemplo, da falta de mão de obra no setor da construção civil, o que fez com que alguns dos concursos que abrimos tenham ficado completamente desertos, sem interessados na sua realização, ainda que paguemos aos fornecedores num prazo inferior a 30 dias, pelo que a falta de candidatos nunca se prendeu com a questão financeira. Atualmente é muito complicado conseguir realizar uma obra. Apesar disso, no que diz respeito ao programa que tínhamos apresentado aos constancienses aquando das últimas eleições, de um modo geral, foi cumprido.”



ceiramente esta empreitada com mais 120 mil euros, o que irá permitir a “substituição integral de todo o pavimento desta zona nobre da Vila”. A par desta revolução ribeirinha, a Autarquia também vai avançar com a requalificação da Rua Moinho de Vento (rua da escola) e da Avenida das Forças Armadas (a rua principal do centro histórico), num investimento global de 700 mil euros e que vai contar com uma taxa de comparticipação de 85%.

APOIOS MUNICIPAIS

O autarca esclarece que foram diversas as medidas de apoio às empresas, instituições e pessoas que o município adotou, num total de investimento que já ultrapassou os duzentos mil euros, “esforço considerável para uma Autarquia do tamanho da nossa. Para citar apenas alguns exemplos aprovámos a isenção das tarifas fixas de água, saneamento e resíduos a todos os pequenos comerciantes. Aqueles que laboram em espaços arrendados ao município e que estiveram fechados durante o confinamento também ficaram isentos do pagamento de renda. No caso dos comerciantes que continuaram a trabalhar, o valor de renda cobrado é apenas de 50%. Para além disso, trabalhámos de forma próxima, estreita e articulada com todas as IPSS do concelho, sobretudo a Santa Casa da Misericórdia, assim como com os Bombeiros e todas as restantes associações ligadas à cultura, ao recreio e ao desporto. Este foi um esforço grande que fizemos, contudo não queríamos que ninguém ficasse para trás e quisemos apoiar todas as pessoas”. Sérgio Oliveira, explica ainda que, no Natal, o município lançou a campanha “Vamos apoiar o Comércio Tradicional” que teve como principal objetivo incentivar os munícipes à aquisição de produtos no comércio local, “de forma a dar algum



alento aos comerciantes que vivem dificuldades decorrentes dos constrangimentos causados pela pandemia. Basicamente apostámos num sistema de vouchers, ou seja, por cada compra que um município fazia no comércio tradicional da vila e, mediante um valor mínimo de compras definido consoante o estabelecimento em causa, recebia uma senha de participação que o habilitava a um sorteio onde foram atribuídos vouchers [com valor variável entre 5,00€ e 50,00€] para utilizar nos estabelecimentos comerciais aderentes”. Esta medida significou o apoio direto de 1500 euros na economia local.

No que concerne à campanha de vacinação, o autarca informa que esta decorre de forma muito positiva, “sendo que os nossos habitantes mais velhos e aqueles



que têm mais de 50 anos e que apresentam algum tipo de comorbilidade já estão vacinados, pelo menos com a primeira dose da vacina. Claro que estamos sempre dependentes do número de vacinas disponíveis. Além disso, tivemos alguns problemas logísticos no centro de saúde local, situação que imediatamente reportámos às instâncias responsáveis, situação que já foi ultrapassada”.

FUTURO PROMISSOR


Quanto ao futuro, Sérgio Oliveira defende a concretização de alguns projetos estruturantes, nomeadamente, a conti-

nuidade da expansão da zona industrial de Montalvo, projeto já iniciado, mas que ainda não está concluído. “São várias as empresas que demonstram interesse em instalar-se no concelho e a zona industrial começa a não ter espaço logístico para as acolher”.

O autarca garante que a criação de uma praia fluvial de Bandeira Azul, com piscinas naturais e solários será outro projeto importante “até porque a qualidade da água do nosso rio já está atestada através das várias análises que fizemos”.

No PASM a nossa grande aposta será a criação do jardim árabe, espaço que irá

conquistar certamente todos aqueles que nos visitam”. De acordo com o autarca, todos os anos, cerca de 30 mil pessoas visitam o PASM, que ocupa uma área de seis hectares em Vale de Mestre. “Este espaço é muito procurado pelo seu parque infantil, zona de piqueniques, campo de futebol, jardim de plantas aromáticas, lago com peixes e patos, ecoteca, ginásio ao ar livre, além do Borboletário Tropical, espaço único na Península Ibérica onde os visitantes podem observar diversas espécies de borboletas no seu habitat natural”.

Ainda em Santa Margarida, Sérgio Oliveira considera que será de vital importância a construção de uma nova urbanização com 30 a 35 lotes que serão vendidos a preços reduzidos “com o objetivo de conseguirmos fixar a população naquela freguesia”. O autarca destaca ainda o “desenvolvimento do projeto para um novo espaço do Museu dos Rios e das Artes Marítimas, a construir junto às ruínas existentes ao lado do Jardim Horto de Camões”, reiterando que a Autarquia deve dar o exemplo e ter os espaços públicos cuidados e conservados “para que os privados também sintam que o devem fazer. Além disso, estes investimentos são estruturantes para o desenvolvimento do concelho a nível turístico e para a melhoria da qualidade de vida das populações”, conclui. 



MUNICÍPIO DE ALCANENA

“SER AUTARCA MARCOU E MARCARÁ PARA SEMPRE A MINHA VIDA”

Fernanda Asseiceira, presidente da Câmara Municipal de Alcanena, prepara-se para deixar o cargo que considera ter sido a sua missão durante 12 anos. Privada de uma recandidatura por causa da lei da limitação de mandatos, Fernanda Asseiceira assegura que ser autarca marcou e marcará para sempre a sua vida. Com um sentimento vincado de dever cumprido, quanto ao futuro, a autarca deseja o melhor para o concelho e para todos os seus munícipes, agradecendo, com gratidão, o voto de confiança recebido.



► Olhando para trás, Fernanda Asseiceira, presidente da Câmara Municipal de Alcanena, reconhece que os seus 12 anos como autarca registaram alguns períodos difíceis, ainda que muitos outros altamente gratificantes. “A vida autárquica é um desafio diário, onde cada dia é único e diferente, sendo que os bons momentos ultrapassaram, claramente, os menos positivos. Contudo, não posso deixar de recordar os problemas financeiros que tivemos que enfrentar logo no início do primeiro mandato. Esse foi um período difícil de ultrapassar, já que a perspetiva e expectativa foi, que não íamos conseguir fazer nada. Realidade que não podia ser mais dispare daquela que nos levou a concorrer, sendo que estávamos confiantes de que poderíamos levar a cabo, sem constrangimentos, todos os projetos apresentados. Na altura, senti-me quase impotente e frustrada, uma vez que não vislumbrava como íamos conseguir operacionalizar todos os projetos idealizados, tendo em conta o peso que o endividamento tinha nas contas municipais. Ti-

vemos que avançar para a implementação de um Plano de Saneamento Financeiro, que também felizmente foi bem concretizado e cumprido, o que nos permitiu reestruturar a dívida a curto prazo e ultrapassar esta problemática ao longo destes 12 anos”, recorda a autarca. Apesar de difícil, esta foi uma batalha vencida, uma vez que, hoje, a situação económico-financeira da Autarquia é estável. “A nossa capacidade de endividamento a médio e a longo prazo também está completamente estabilizada, conseguimos uma redução da dívida do município, superior a 70 %”, completa.

Fernanda Asseiceira lembra ainda o difícil constrangimento que teve que enfrentar ao nível do ambiente no território, mais concretamente a qualidade do ar no concelho. “Esta foi uma luta dura que o município assumiu e enfrentou, com coragem, determinação e sentido de responsabilidade, e para o qual tentou encontrar formas da sua resolução, uma vez que estava em causa algo tão básico como a qualidade do ar que a população respira. Assim, desde logo, assumimos o problema e tentámos resolvê-lo com todas as entidades competentes, ao mesmo tempo que envolvíamos na sua resolução os agentes locais, nomeadamente as empresas. Criámos ainda uma empresa municipal focada apenas em todas as questões de natureza ambiental, área na qual trabalha diariamente de forma afinçada”, assegura a autarca que acrescenta que o município criou ainda um observatório ambiental, no qual envolveu várias entidades que colaboram na resolução desta problemática, nomeadamente, a Agência Por-

tuguesa do Ambiente, a CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, a Saúde,... “Felizmente, todo o nosso esforço já deu os seus frutos e foram dados passos estruturantes em prol da melhoria do meio ambiente no concelho, ao mesmo tempo que este passo contribui para a competitividade das empresas estabelecidas em Alcanena, uma vez que não há economia que se desenvolva sem um garante da sustentabilidade ambiental e social”.

Apesar de todos os constrangimentos, a presidente reconhece que a maior dificuldade que enfrentou nestes 12 anos foi mesmo a da atual pandemia, “desafio completamente imprevisível e que apanhou todos de surpresa. A pandemia afeta metade do meu último mandato e representa uma contrariedade relevante para alguém que tem uma expectativa de 12 anos para concretizar um projeto autárquico. Esta foi, sem dúvida, a minha maior e mais desigual batalha, enquanto presidente de câmara”.

Em jeito de balanço, Fernanda Asseiceira é perentória: “Ser autarca marcou e marcará a minha vida. Ser autarca é sentir responsabilidade por tudo, missão ainda de maior importância num concelho de pequena dimensão como Alcanena. As pessoas conhecem-nos, encontram-nos na rua e facilmente nos interpelam. Sempre apostei numa governação de proximidade, dentro do que as exigências burocráticas e de representação institucional, me permitiram. Apesar disso, sempre tentei responder a todas as solicitações e trabalhar em to-



Fernanda Asseiceira

MENSAGEM A TODOS OS MUNÍCIPES

“Deixo uma mensagem de grande gratidão, a todos os munícipes do concelho de Alcanena, por terem confiado em mim, nas minhas capacidades, qualidades e competências e nas equipas que me acompanharam durante todo este período. Apesar de ter sido eleita sempre com maioria absoluta, a verdade é que, procurei ser verdadeiramente presidente de todos e para todos. Deixo ainda o meu agradecimento, pelo voto de confiança que me foi dado. Contudo, não posso deixar de dizer que, para além de um sentimento de missão cumprida uma vez que fiz o melhor que estava ao alcance realizar, sinto já saudades desta dinâmica, sobretudo das pessoas, das equipas e das entidades com quem trabalhei de forma muito próxima e que comigo também trabalharam. Por fim e é o que importa verdadeiramente, desejo o melhor para o futuro do concelho de Alcanena e para todos os que já o escolheram ou venham a escolher, e espero que sejam muitos, com as condições já criadas, nomeadamente em termos de planeamento e ordenamento do território, para nele residirem, trabalharem ou investirem”.



das as áreas, assumindo até as novas competências que têm vindo a ser transferidas. A dimensão humana e a preocupação constante com as pessoas foi sempre muito presente na nossa dinâmica social.”.

O COMBATE À PANDEMIA

No combate à pandemia, a autarca revela que o município teve, desde logo, uma atitude muito proactiva nas mais diversas áreas. “Talvez por isso, ao nível da comunidade, a situação da pandemia esteve sempre mais controlada. Além da distribuição de equipamentos de proteção individual, apelámos sempre à testagem e demos o exemplo, já que testamos os trabalhadores do município de forma regular. Os alunos das escolas, como é público, também são testados regularmente, sendo que as empresas também procedem à testagem dos seus trabalhadores”. Mas a maior arma que temos para este combate agora é mesmo a vacinação.

Apesar de todo o esforço, Fernanda Asseiceira reconhece que a situação mais complexa aconteceu quando surgiu um surto no maior lar do concelho. “Essa foi a nossa maior preocupação, ainda que tenhamos voltado a ter um segundo surto numa outra instituição do concelho, que apesar de tudo, se tornou mais fácil de controlar. Deparámo-nos com muitos utentes e trabalhadores infetados, o que nos trazia preocupações ao nível da sua saúde e dos seus cuidados básicos. Apesar de todas as vicissitudes, tínhamos que ter a certeza que o lar estaria dotado do número suficiente de trabalhadores para que continuasse a ser prestado um serviço de qualidade a todos os utentes infetados e não infetados. O apoio da Segurança Social foi determinante. Paralelamente, tínhamos que garantir que o surto se mantinha confinado ao lar e que não extravasava



“POSSO MESMO AFIRMAR QUE, ENQUANTO AUTARCA, E APESAR DE TODAS AS VICISSITUDES, DESAFIOS E CONTRARIEDADES QUE SURGIRAM, PROCUREI CUMPRIR COM TUDO AQUILO COM QUE ME COMPROMETI”

para a comunidade, o que, felizmente aconteceu. Infelizmente, durante meses, os idosos ficaram privados de visitas e das suas vivências de convívio mais básicas e, apesar disso, foram confrontados com todo este terror, muitos deles sem conseguirem compreender a verdadeira dimensão do que se estava a passar. Foi muito complicada esta situação para os idosos que estavam habituados ao toque, aos abraços, a verem rostos e sorrisos e que, de um momento para o outro, tiveram que lidar com uma equipa devidamente protegida, com equipamentos de proteção individual, pessoas que apenas conseguiam reconhecer pela voz. Infelizmente, apesar da bravura da luta, alguns idosos faleceram. Este processo foi muito doloroso, uma vez que falamos de perdas humanas na comunidade”.

12 ANOS DE FORTE INVESTIMENTO

“Procurámos fazer sempre mais do que aquilo com que nos comprometemos, mas a verdade é que apresentámos um programa eleitoral que tentámos cumprir. Os nossos compromissos foram concretizados na sua generalidade. Alguns projetos ainda se encontram em curso, com conclusão ainda em 2021, e ficam até novos projetos para serem lançados. Posso mesmo afirmar que, enquanto autarca, e apesar de todas as vi-

cissitudes, desafios e contrariedades que surgiram, procurei cumprir com tudo aquilo com que me comprometi”, garante a presidente que lamenta não ter sido possível deixar concluído o projeto da Fábrica da Cultura. “Adquirimos uma antiga fábrica têxtil que, depois de reabilitada, irá acolher todas as associações culturais da freguesia de Minde, onde se destaca um conservatório de música, uma banda filarmónica centenária, uma casa do povo que desenvolve teatro, entre outras atividades. Esta freguesia tem uma dimensão cultural muito forte. Assim, apesar de não nos ter sido possível concretizar ainda a obra, o projeto está em avaliação e acredito que será uma realidade a sua concretização”.

Referiu ainda que, «gostaria também de ter implementado o Museu do Curtume, mas não houve oportunidade pois para este projeto não conseguimos o apoio comunitário que era necessário. Fica uma equipa que já está constituída e se encontra motivada e a trabalhar para que seja também uma realidade a curto prazo».

Apesar disso, durante estes 12 anos, o município conseguiu captar mais de 30 milhões de euros de investimento com apoios comunitários, que permitiram a realização de obras importantes para o concelho, potenciando o seu desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vi-

da das suas populações. “Esta foi outra luta importante que travámos: ter vários projetos, apresentar candidaturas, fazer a articulação com as mais diversas entidades, tudo para que as candidaturas apresentadas fossem aprovadas, lançar os concursos e acompanhar as obras. Estes investimentos aconteceram em todas as áreas: escolar, proteção civil, ambiente, habitação, setor social, rede viária, espaço público, entre outros. Conseguimos, por exemplo, reabilitar quase todo o parque escolar concelhio. Temos ainda uma candidatura apresentada para aprovação, para intervenção numa outra escola em Minde, e uma outra candidatura para reabilitar a Escola Secundária de Alcanena, sendo que o financiamento já está garantido para ambas. Sempre quisemos ser parceiros, para assegurar a qualidade do ensino que se regista no nosso concelho. É por isso que estamos envolvidos num projeto intermunicipal de combate ao abandono e de promoção do sucesso escolar”, destaca a autarca.

De acordo com Fernanda Asseiceira, o município também realizou investimentos ao nível da proteção civil, resposta que está devidamente equipada e apetrechada. “Somos também um dos concelhos da região com uma maior cobertura ao nível do saneamento básico, estando esta fixada acima dos 95%. Estão ainda a decorrer obras que se encontram em fase de conclusão. Deixo ainda dois projetos elaborados para duas das localidades mais pequenas, o que nos permitirá assegurar uma cobertura de saneamento quase total”.

Para além disso, com recursos a fundos comunitários, o município também tem vindo a renovar a sua frota, através da aquisição de veículos elétricos. “Queremos dar o exemplo e colocar em prática uma ação concreta de descarbonização e de promoção de uma mobilidade ecológica”, assegura a autarca que acrescenta que, ainda a nível ambiental, o Executivo investiu cerca de seis milhões de euros na reabilitação de uma rede de coletores de saneamento. “Como a indústria dos curtumes tem uma forte componente poluente estas infraestruturas estavam já muito degradadas, devido à fraca manutenção que tiveram ao longo dos anos, pelo que procedemos à sua reabilitação, com recurso a apoios comunitários”.

Segundo a presidente, as IPSSs do concelho também têm uma grande dinâmi-

ca e a Autarquia sempre as apoiou, quer na ampliação de instalações e/ou na construção de novos espaços. “Ainda este ano será inaugurado um novo lar para reforço desta resposta no concelho. De ressaltar ainda que foi apresentada uma candidatura ao PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais para a criação de uma nova resposta. Queremos que se concretize a construção de um lar residencial para pessoas com deficiência, numa parceria que estabelecemos com o Centro de Reabilitação e Integração de Torres Novas. Há anos que esta instituição acolhe diariamente, utentes do nosso concelho, daí a pertinência da criação de um pólo local, por forma a evitar a deslocação diária destas pessoas, promovendo a proximidade junto das famílias destas crianças e jovens”, sublinha.

FUTURO AUSPICIOSO

Quanto ao futuro, a autarquia esclarece que aguarda ainda a abertura de candidaturas para apoio ao investimento que o município realizou em equipamentos

“SOMOS ELEITOS E NÃO NOMEADOS”

Fernanda Asseiceira não concorda com a lei da limitação de mandatos e explica porquê: “Somos eleitos e não nomeados. No caso das autarquias, as pessoas estão muito conscientes da escolha que fazem, uma vez que conhecem muito bem as pessoas envolvidas, convivem e conversam com elas.

As pessoas sabem muito bem quem querem à frente dos destinos de uma autarquia e mostram essa vontade através do voto. Assim, considero que esta lei da limitação de mandatos foi excessiva e discriminatória, pois aplica-se única e exclusivamente aos presidentes de câmara e de juntas de freguesia. Para além disso, a haver uma limitação de mandatos de 12 anos, considero que seria mais benéfica a existência de dois mandatos de seis anos, em detrimento de três de quatro anos. Outra possibilidade seriam três mandatos de cinco anos cada, o que levaria a limitação para os 15 anos. Garante outra estabilidade, refere”.

de proteção individual no âmbito da atual pandemia. “Esperamos ser participados por esta despesa que foi ainda significativa tendo em conta o nosso orçamento anual. Apesar disso não olhámos a custos até porque o mais importante era proteger as pessoas. Distribuímos equipamentos de proteção individual pelas nossas corporações de bombeiros, IPSSs, e oferecemos máscaras a toda a população mais carenciada. Não queríamos que a falta de recursos económicos levasse alguém a ficar me-

nos protegido. Sempre quisemos garantir que a nossa população andava sempre protegida”.

Para além disso, no âmbito do novo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Fernanda Asseiceira revela que o município já assegurou cerca de oito milhões de euros para o setor da habitação, através da sua Estratégia Local de Habitação, para integrar as candidaturas ao Programa 1º Direito, com o objetivo da reabilitação e do aparecimento de mais habitação, quer por iniciativa de priva-

dos, como de IPSSs e do próprio município. “Está já assinado um acordo com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU) com esse objetivo”, assegura.

A nível ambiental, Fernanda Asseiceira destaca que também já está previsto um investimento na ordem dos cinco milhões de euros para que o município seja capaz de responder de forma ainda mais resiliente a todas as problemáticas ambientais que afetam o concelho. “Queremos promover maior garantia de qualidade do nosso ar, assim como maior proteção dos nossos recursos hídricos, nomeadamente, o Rio Alviela. Assim, em várias áreas, para além de todo o trabalho já realizado, muito fica já a decorrer e diversos projetos estão já programados para o futuro, havendo até candidaturas prontas para aprovação, como referi. Quem me suceder iniciará funções numa situação muito favorecida e privilegiada, realidade muito diferente daquela que encontrei em 2009 quando tomei posse pela primeira vez”, conclui.

REDE DE PERCURSOS PEDESTRES
Percorrer e Conhecer Alcanena

- OLHOS D'ÁGUA DO ALVIELA**: 1,5 Km, 1h00, Fácil. Partida: Olhos d'Água, Alviela.
- ROTA DAS FONTES NATURAIS**: 13 Km, 4h30, Fácil. Partida: Bugalhos, Igreja Matriz de Bugalhos.
- ROTA DOS FRADES**: 10,8 Km, 3h45, Médio. Partida: Serra de São António, Praça do Bajouco.
- ROTA DOS MOINHOS**: 9 Km, 3h15, Fácil. Partida: Monsanto, Igreja Matriz de Monsanto.
- ROTA DA ARCADEA**: 7,9 Km, 3h15, Médio. Partida: Louriceira, Igreja Matriz de Louriceira.
- ROTA DE SANTA MARTA**: 8,4 Km, 3h30, Médio. Partida: Moitas Venda, Largo da Venda.
- ROTA DOS BERNARDOS**: 5,8 Km, 2h30, M. Fácil. Partida: Espinheiro, Lrg. João da Silva Louro.
- ROTA DOS FERREIROS**: 10,2 Km, 3h30, Médio. Partida: Malhou, Igreja Matriz de Malhou.
- ROTA DOS ARRIFES**: 13,1 Km, 4h00, Médio. Partida: P. de São Monsanto, Caminho Lito de Casala da Moreia.
- ENTRE O AQUEDUTO E O ALVIELA**: 11,1 Km, 4h00, Médio. Partida: Olhos d'Água, Alviela, Parque Campiãrio.
- ROTA DE MINDE**: 7,5 Km, 3h00, Fácil. Partida: Minde, Igreja Matriz de Minde.

ROAD BOOK NA ROTA DOS MOINHOS
 Localização: Olhos d'Água - Alviela

DESPORTO ALCANENA NA NATUREZA
CENTRO BTT DE ALCANENA NASCENTES DO ALVIELA
 ARRANJOS RÁPIDOS * CENTRO DE LAVAGEM DUCHES * REFEIÇÕES * ALOJAMENTO

5 PERCURSOS DE BTT

- 21 - CIRCUITO DA NASCENTE**: 7 Km, FÁCIL
- 22 - CIRCUITO DA QUINTA DO ALVIELA**: 17 Km, MODERADO
- 23 - CIRCUITO DA CHARNECA**: 43 Km, DIFÍCIL
- 24 - CIRCUITO DA SERRA**: 46,5 Km, MUITO TÉCNICO
- 25 - CIRCUITO ENTRE O RIO E A SERRA**: 86 Km, MUITO DIFÍCIL

ORIENTAÇÃO PELAS NASCENTES
 3 PERCURSOS PERMANENTES

- Ciclo de Água
- Exatidão de Localização
- A Geologia do PNSAC

Localização: Olhos d'Água - Alviela

CIRCUITO DE MANUTENÇÃO OLHOS D'ÁGUA DO ALVIELA
PISTA DE CORRIDA

- PISTA 1: Fácil, 1,5 Km
- PISTA 2: Médio, 3,0 Km
- PISTA 3: Difícil, 4,5 Km

ZONA DE REFORÇO MUSCULAR
 1 CIRCUITO | 6 EXERCÍCIOS

www.cm-alcanena.pt

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

ESPERANÇA, CONFIANÇA E RESILIÊNCIA

Pedro Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Almeirim, diz que cerca de 40 por cento deste mandato desenvolveu-se em período de pandemia e que esta criou uma nova realidade.

Apesar disso, o investimento no município foi uma constante e a totalidade dos fundos comunitários foi aplicada, pelo que o autarca encara o futuro com confiança: “Com esperança, confiança e resiliência brevemente iremos recuperar o nosso presente e alavancar o nosso futuro”.



Pedro Ribeiro

► “Cerca de 40 por cento deste mandato desenvolveu-se em período de pandemia, realidade transversal a todos os autarcas deste País e que trouxe consigo uma nova realidade, uma vez que esta era uma doença desconhecida, para a qual não estávamos preparados, o que provocou muita imprevisibilidade em relação ao futuro. Com esta doença todos os dias aprendemos coisas novas. Assim, claro que esta situação poderá ter condicionado os mandatos em diversas autarquias. No nosso caso, as consequências foram limitadas e sentiram-se apenas num conjunto de obras e investimentos que registaram atrasos, uma vez que, durante alguns meses, todos os setores de atividade estiveram praticamente parados”, assegura Pedro Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Almeirim, que completa: “Com o

“COM O INÍCIO DA PANDEMIA TIVEMOS ALGUNS CONCURSOS ABERTOS PARA OS QUAIS NÃO RECEBEMOS QUALQUER CANDIDATURA, SITUAÇÃO QUE NUNCA SE TINHA VERIFICADO ANTERIORMENTE”

início da pandemia tivemos alguns concursos abertos para os quais não recebemos qualquer candidatura, situação que nunca se tinha verificado anteriormente. Por outro lado, quer queiramos quer não, atualmente, os projetos desenvolvem-se de forma mais lenta, não só por causa do recurso ao teletrabalho de muitas pessoas, mas também pelo facto de outros trabalhadores terem que ficar em confinamento. Por fim, não podemos esquecer todas as questões

de segurança que é necessário acautelar diariamente”.

O autarca assegura que todas as grandes obras previstas iniciaram e que todos os fundos comunitários destinados ao concelho estão a ser utilizados. “Neste momento já estamos mesmo numa lógica de *overbooking*, ou seja, estamos a realizar obras que não estavam previstas e para as quais ainda esperamos receber o devido financiamento, seja no enquadramento do antigo Qua-

dro Comunitário de Apoio ou do seguinte, como é o caso da Circular Urbana de Almeirim”, via com duas amplas faixas de rodagem de seis metros cada uma, que foi construída com o objetivo de retirar tráfego da malha urbana. Pedro Ribeiro esclarece que o município vai agora avançar com a construção de mais dois troços que irão fazer a ligação desta via até à zona da fábrica da Sumol+Compal. “Este é um dos vários projetos que temos em curso e que significam investimentos superiores a 20 milhões de euros, valor assinalável para uma autarquia da dimensão da nossa. Aliás este será um investimento sem paralelo no concelho e que apenas será possível porque temos sempre uma série de projetos previstos e que podemos executar logo que para isso surja a oportunidade”.

COMBATER A PANDEMIA

O presidente advoga que o Executivo ainda não conseguiu quantificar a totalidade dos apoios atribuídos no combate à pandemia, “até porque seremos incapazes de quantificar alguns deles. Apesar disso, sempre apostámos na prevenção, pelo que articulámos de forma próxima com todas as IPSS, forças de segurança, bombeiros, entidades da saúde, escolas e restantes instituições. Apesar disso, e para citar apenas alguns exemplos, do ponto de vista económico isentámos as empresas do pagamento de todas as taxas de publicidade e esplanadas, entre outros. O pagamento de bancas e lojas no Mercado Municipal também foi dispensado”.

Pedro Ribeiro afirma que as diversas IPSS concelhias também foram apoiadas, tanto com apoios financeiros diretos, como com apoios logísticos, “na medida em que realizámos uma campanha de testagem massiva logo no mês de novembro. Claro que também temos apoiado o setor da saúde em tudo aquilo que nos é solicitado, quer em meios humanos, quer materiais, sendo que, por exemplo, o Centro de Vacinação foi equipado por nós. Para além disso também disponibilizámos recursos humanos, uma mais-valia do ponto de vista logístico”.

O autarca defende que o processo de vacinação está a correr muito bem, “sendo que estamos sempre dependentes da quantidade de vacinas disponíveis. Apesar disso, a nossa população mais velha já está toda vacinada, pelo menos com a primeira dose, assim como forças de segurança, bombeiros e agentes educativos. Estamos agora a vacinar as pessoas com mais de 50 anos, com especial atenção àquelas que apresentam outro tipo de patologias associadas. Temos uma capacidade instalada para administrar até 1050 vacinas por dia. Precisamos apenas que existam essas vacinas disponíveis”.

Pedro Ribeiro assegura que, ainda no que concerne ao setor empresarial, a Autarquia atribuiu um apoio ao comércio tradicional no valor de 30.000 euros para dinamizar a plataforma ‘Buy On Move’, através da qual as lojas do concelho podem vender os seus produtos ‘online’. Para além disso, numa parceria com a MovAlmeirim – Associação Comercial e Empresarial do concelho de Almeirim, o município também assegura as despesas da plataforma, iniciativa que se junta

“GOSTARÍAMOS DE TERMINAR O PROJETO DE REABILITAÇÃO DO INSTITUTO DO VINHO E DA VINHA [IVV], ONDE SERÁ CRIADO UM PAVILHÃO MULTIUSOS. FORAM NECESSÁRIOS ALGUNS ANOS PARA CONCRETIZAR A COMPRA DESTES ESPAÇO”

ao apoio de mais de 20.000 euros já concedido ao comércio local no Natal e que permitiu aumentar o volume de negócio em 40.000 euros. Por fim, com os restaurantes, a Autarquia está ainda a preparar “O Mês da Sopa da Pedra” em junho.

De acordo com o autarca, o Executivo também diminuiu o valor do IMI a pagar a todas as famílias, assim como isentou do pagamento de rendas mensais os arrendatários de habitações municipais, desde que estes tivessem comprovadamente perdido rendimentos. Para além disso, “também alterámos o regulamento da ação social concelhia, por forma a podermos triplicar os apoios dados e, desta forma, ajudar um ainda maior número de pessoas”.

No que concerne ao desporto, Pedro Ribeiro garante que o município também não podia esquecer os clubes locais das mais diversas modalidades e que se dedicam à formação. “Vamos ajudá-los para que consigam regressar à atividade, através da disponibilização de testes para todos os atletas e equipas técnicas”. O autarca confessa esperar que esta si-

tuação seja ultrapassada brevemente, até porque o município está envolvido em mais um processo de certificação nacional de um ex libris regional: o melão de Almeirim, “pelo que a agricultura e a agroindústria têm uma importância muito grande para o município. Se o processo a nível nacional está concluído, depois de um longo processo de sete anos, vamos avançar agora para a certificação europeia do melão de Almeirim como IGP – Indicação Geográfica Protegida. Findo este processo a nossa ambição será a dinamização de iniciativas de promoção deste produto de excelência em parceria com a restauração local. Não conseguimos fazer nada sozinhos, pelo que as parcerias e o trabalho conjunto são fundamentais”. Depois da Sopa da Pedra e da Caralhota, o melão de Almeirim será o terceiro produto concelhio certificado, “o que fará de nós um dos concelhos portugueses com mais produtos certificados”.

INVESTIMENTO E MAIS INVESTIMENTO

Quanto ao futuro, Pedro Ribeiro revela que o Executivo pretende terminar uma série de obras já iniciadas, nomeadamente a conclusão da já mencionada Circular Urbana. Para além disso, “gostaríamos de terminar o projeto de reabilitação do Instituto do Vinho e da Vinha [IVV], onde será criado um pavilhão multiusos. Foram necessários alguns anos para concretizar a compra deste espaço. Primeiro foi tempo de negociar os fundos comunitários e fazer o projeto, depois o concurso público para a obra. Agora, seis anos depois, esta obra será finalmente uma realidade, sendo que este será o maior investimento que alguma vez fizemos e será estruturante para o futuro do concelho”. A conclusão da obra está prevista para 2022, sendo que o futuro es-



paço terá cerca de 2000 m² no R/c para multiusos e um auditório com 550 lugares no primeiro andar. “É um edifício que será uma mais valia para a nossa economia”, acrescenta o autarca que revela que, no edifício traseiro do antigo IVV, que anteriormente era uma casa de habitação, vai ficar a sede da Confraria Gastronómica de Almeirim.

Para além disso, de acordo com o presidente, ainda este ano irá avançar a obra de requalificação do novo Mercado Municipal, espaço que terá a mais-valia de ter instalada no seu primeiro andar uma Loja do Cidadão que contará com vários serviços públicos, tais como, a repartição das Finanças, Conservatória do Registo Civil, a Segurança Social e a empresa Águas do Ribatejo. O rés-do-chão do edifício, por sua vez, continuará a funcionar com as várias bancas para os comerciantes. Esta requalificação é “uma forma de trazer gente para o mercado e, ao mesmo tempo, concentrar serviços melhorando a resposta dada aos cidadãos”.

Por fim, Pedro Ribeiro lembra a instalação da Força Especial da Proteção Civil (FEPC) no concelho, “resposta que vai reforçar o sentido operacional e posicionamento estratégico a partir do qual será dada resposta a nível nacional. As novas instalações que iremos construir incluem uma área de comando e gestão de emergências, salas de formação, assim como outras áreas de comando e apoio, de planeamento, administrativas e de logística”. A obra deverá estar concluída em 2022 e significa um investimento superior a 2,4 milhões de euros,





valor que vai ser financiado em 75% por fundos comunitários e em 25% pela Autarquia.

Quanto às freguesias, “como as principais obras estruturantes já estão todas concluídas”, segundo o autarca, o município vai apostar no aumento da qualidade de vida, nomeadamente através da criação e/ou intervenção nos espaços verdes, sendo que está prevista a construção de dois novos parques urbanos: um em Fazendas de Almeirim e outro em Benfica do Ribatejo, “freguesias onde estes investimentos serão de suma importância. Paralelamente, vamos terminar a requalificação de todas as escolas do 1º ciclo e jardins de infância e já lançámos concurso para a realização de obras em uma das duas escolas EB 2/3, sendo que a outra será em breve, num investimento de quatro milhões de euros, finan-

“SOU CONTRA A LIMITAÇÃO DE MANDATOS”


Pedro Ribeiro informa que, pessoalmente, sempre foi contra a limitação de mandatos, “uma vez que se as eleições existem e as pessoas são livres para fazerem as suas escolhas, estas não devem estar limitadas à partida. Contudo, se o País prefere a limitação de mandatos numa lógica de renovação, então essa limitação deveria ser transversal a todos os cargos políticos/públicos, até mesmo ao nível dos chefes de gabinete e assessores, por exemplo. Assim, se a limitação existe para quem é eleito, também deve existir para quem é nomeado. Que sentido faz um deputado que está na Assembleia há 30 anos e que pode fazer e aprovar as leis que bem entender estar a cima de qualquer suspeita, e uma pessoa sufragada por vontade da população não poder exercer um cargo por mais de 12 anos, apenas porque a renovação é necessária?”, questiona o autarca.

Da forma como a lei está construída na atualidade, Pedro Ribeiro defende que a ideia que passa é que o problema só está nos presidentes de câmara e nos presidentes de junta “e não em pessoas que se perpetuam em cargos de grande importância, sem qualquer problema. Os presidentes de câmara muitas vezes são encarados como líderes regionais quando estão à frente de uma autarquia durante algum tempo, sendo que foi este poder que interesses instalados na Capital quiseram combater com esta lei”, conclui.

ciado por fundos comunitários. Queremos deixar o concelho preparado no setor da educação para os próximos 20 ou 30 anos, no que concerne à qualidade das infraestruturas, razão pela qual também já estamos a preparar o projeto de intervenção na escola secundária, até

porque, com o processo de transferência de competências que o Governo iniciou, este será um setor que iremos dominar”. Pedro Ribeiro realça que o município não pode mais negar a transferência destas competências, “ainda que tenhamos a consciência de que o dinheiro transferi-

do pelo Estado Central não será suficiente para que consigamos implementar todas as melhorias previstas. Apesar disso, a saúde e a educação são dois setores vitais para nós, daí que, apesar da sua gestão não passar diretamente pelo município, trabalhamos para que, ao nível das infraestruturas, possamos criar a conjuntura para que as pessoas tenham acesso às melhores condições possíveis, o que fará com que consigamos também atrair mais pessoas para o nosso concelho, fixando população”.

Para finalizar, Pedro Ribeiro deixa uma mensagem a todos os habitantes de Almeirim: “Deixo sobretudo uma mensagem de esperança, confiança e resiliência por tudo aquilo que temos vivido ao longo do último ano. Porém, com esperança e confiança, e até mediante os dados que vão sendo conhecidos em resultado da campanha de vacinação, estou certo de que esta pandemia tem o seu fim à vista. Brevemente iremos recuperar o nosso presente e alavancar o nosso futuro”. 



CORE

Desde 1996 que, com ideias e inovação, a CORE constrói uma história única e exemplar no mercado português do mobiliário de escritório.

www.core-lda.pt

f 

MARCA PORTUGUESA
100% FEITO EM PORTUGAL

MUNICÍPIO DE OURÉM

INVESTIMENTO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Ourém é um concelho onde o progresso e o investimento estão na ordem do dia. Apesar do aparecimento da pandemia, Luís Albuquerque, presidente da Câmara Municipal de Ourém, garante que, no decorrer do atual mandato, foram investidos quase 20 milhões de euros nos mais variados projetos. Para o autarca é de vital importância a realização de um trabalho de proximidade junto da população até porque, hoje, “Ourém é conhecido e reconhecido como um concelho dinâmico, com perspetivas de futuro”.



► “Desde março do ano passado que o maior foco de preocupação da nossa gestão é o controlo da pandemia. É por isso que cerca de 80 por cento dos nossos recursos foram direcionados para esse combate. Esta nova realidade trouxe mudanças não só a Ourém, mas a todo o País”, reconhece Luís Albuquerque, presidente da Câmara Municipal de Ourém. Apesar disso, o autarca assevera que o Executivo tentou sempre equilibrar as perdas registadas ao nível das receitas com o aumento ao nível da despesa, ao mesmo tempo que tentava prosseguir com os projetos delineados no programa eleitoral de 2017. Olhando para trás, o presidente afirma que alguns projetos sofreram alguns atrasos. “Noutros casos tivemos que adiar mesmo o início das obras, uma vez que a disponibilidade financeira da Autarquia não era a esperada. Porém, de uma forma geral, apesar de todos os condicionamentos trazidos pela pandemia, vamos conseguir cumprir com a maioria dos projetos que apresentamos aos ourenses. Estamos de consciência tranquila em relação ao trabalho efetuado”, completa.

APOIOS AO COMBATE

Luís Albuquerque advoga que, entre apoios diretos e indiretos a empresas, instituições e municípios, a Autarquia realizou um investimento superior a três milhões de euros. Assim, no que concerne às me-

didias de apoio às famílias, o apoio traduziu-se na comparticipação, de caráter pontual e em situação de emergência, no consumo doméstico de água, eletricidade, gás, renda da casa, entre outras necessidades básicas devidamente fundamentadas. Para além disso, de acordo com o autarca, o município isentou de pagamento das tarifas fixas da água, saneamento e RSU, as famílias com baixos rendimentos, com tarifas sociais e famílias numerosas. “Não podemos esquecer a oferta de máscaras comunitárias a todos os munícipes, num total de 35 mil”.

Relativamente às creches e atividades de apoio às famílias, Luís Albuquerque acrescenta que se, por um lado, as crianças estavam em casa e não usufruíam deste serviço, pelo que a mensalidade não deveria ser paga, por outro, as instituições continuavam com as suas despesas fixas que tinham que ser suportadas. Assim, a Autarquia apoiou as instituições em duas modalidades: nas que não aderiram ao *lay-off*, o município suportou 75% das mensalidades dos encarregados de educação. Nas que aderiram ao *lay-off*, a Autarquia pagou 100% do valor salarial que cabe à instituição e apoiou as IPSS com 5% do valor da massa salarial dos trabalhadores em *lay-off*. “Só esta medida significou um investimento de meio milhão de euros, sendo que às IPSS e às corporações de bombeiros atribuímos ainda outros apoios monetários diretos para que pudessem fazer face às despesas, assim como equipamentos de proteção individual”. Quanto ao apoio direto às empresas, o



programa criado pela Autarquia destinou-se a empresas e empresários em nome individual do concelho que apresentem quebras na faturação de mais de 50 por cento. Os apoios variam entre os 500 e os 2500 euros e perfazem um apoio total na ordem dos 400 mil euros. “Também disponibilizámos incentivos à instalação de diferentes atividades económicas, possibilitando aos promotores a utilização de espaços comerciais devolutos com condições atrativas. Para além disso, promovemos a isenção de pagamento de taxas das esplanadas, das taxas de toldos e de reclames. Por fim, comparticipámos o pagamento das tarifas fixas de água, saneamento e RSU, nos meses em que as empresas estiveram encerradas”, acrescenta.

Já para o setor da hotelaria e restauração, Luís Albuquerque revela que foi lançada a “Campanha 10 001 Noites” que começou no passado dia 1 de abril. Esta ação prevê a atribuição de 10 001 noites nos hotéis do concelho e outros tantos vouchers restauração, iniciativa que significa um investimento do município no valor de um milhão de euros. Esta é exclusiva para turistas nacionais, e prevê a oferta de uma noite extra e um voucher de 10€ para refeição sempre que é efe-

tuada a reserva de uma ou mais noites num hotel concelhio.

No que concerne à campanha de vacinação, o autarca garante que esta tem decorrido de forma muito satisfatória e informa que a Autarquia disponibilizou o Centro de Exposições, que transformou no Ponto Municipal de Vacinação. “O processo tem decorrido de forma muito organizada, evitando os ajuntamentos e com todas as condições, nomeadamente de proteção de todas as pessoas no caso de chuva”. Para além da cedência de espaço, a Autarquia também cedeu recursos humanos e logísticos.

INVESTIMENTOS FINANCIADOS

Durante este mandato e apesar da pandemia, o presidente assegura que o Executivo realizou investimentos no valor de 20 milhões de euros, em obras comparticipadas por fundos europeus. Neste âmbito, Luís Albuquerque destaca, desde logo, a requalificação do complexo do Castelo de Ourém e Paço dos Condes, “obra essencial para conseguir atrair turistas ao centro histórico”. Esta obra significa um investimento de 2.5 milhões de euros e foi financiada pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional). Para além dos trabalhos de conservação e res



tauro a empreitada prevê a construção de um museu e dois passadiços.

Outra obra emblemática, de acordo com Luís Albuquerque, é a requalificação do cinema-teatro da cidade, investimento de mais 2.7 milhões de euros e projeto incluído no PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano). “O objetivo é que o novo Teatro Municipal de Ourém receba espetáculos de música, teatro, dança e outras artes. A cidade vai ficar com um dos melhores espaços regionais de cultura com capacidade para receber qualquer tipo de espetáculo”.

Por sua vez, a requalificação da Avenida Dom Nuno Álvares Pereira, principal artéria da cidade, já terminou e significou outro investimento na ordem dos dois milhões de euros. Esta via terá ainda continuidade para o troço da EN 113 até perto do viaduto do IC9, sendo que o concurso para esta obra, no valor de 1,4 milhões de euros, será lançado este ano. “Queremos harmonizar toda uma estrutura viária de forma a preservar a génese e caráter locais, dignificando a via e toda a envolvente, criando condições de mobilidade, segurança e conforto para os peões e restantes utilizadores”, explica o autarca.

Para além disso, em Fátima, foram realizados investimentos de 2.5 milhões de euros, ao nível da rede de saneamento básico, sendo que, nesta área, o Executivo realizou ainda melhorias no valor de mais dois milhões em outras duas freguesias. Segundo Luís Albuquerque, a juntar a tudo isto, através de uma empresa intermunicipal, a Tejo Ambiente, serão ainda realizadas quatro empreitadas, num investimento na ordem dos seis milhões de euros. “O conjunto destas intervenções vai permitir a construção de diversos ramais domiciliários e respetiva ligação às Estações de Tratamento de Águas Residuais [ETAR], ampliando significativamente a rede de saneamento básico do concelho de Ourém”.



“QUEREMOS HARMONIZAR TODA UMA ESTRUTURA VIÁRIA DE FORMA A PRESERVAR A GÉNESE E CARÁTER LOCAIS, DIGNIFICANDO A VIA E TODA A ENVOLVENTE, CRIANDO CONDIÇÕES DE MOBILIDADE, SEGURANÇA E CONFORTO PARA OS PEÕES E RESTANTES UTILIZADORES”

No setor do turismo, a Autarquia está a investir cerca de 200 mil euros nos passadiços do Agroal, projeto concebido “a pensar na consolidação da praia fluvial enquanto pólo aglutinador de turismo, privilegiando também a segurança dos seus visitantes”. O autarca acrescentou que a estrutura vai ter um comprimento de 780 metros ligando o Parque Natureza à praia. “O percurso do passadiço foi projetado de forma a não alterar as condições ecológicas (solo, fauna, flora) do espaço e a estrutura em madeira será sobrelevada em praticamente toda a sua extensão”, realçou.


Recentemente, o município também inaugurou o Centro Escolar de Carvoeira, obra no valor de dois milhões de euros. “Quando assumimos funções, deparámo-nos com um parque escolar muito degradado pelo que já investimos em diversas requalificações de escolas e centros escolares em todo o concelho”, afirmou Luís Albuquerque, assinalando que “no final do mandato todas as escolas e centros escolares irão ter uma intervenção”. Assim, neste seguimento, a Autarquia vai avançar com a construção de mais dois centros escolares, Fátima-Sul (1.9 milhões de euros) e Atouguia (1.4 milhões), sendo que também já tem projetada a requalificação da Escola Sede do Agrupamento Cónego Dr. Manuel Lopes Perdígão, em Caxarias, empreitada orçada num milhão de euros.

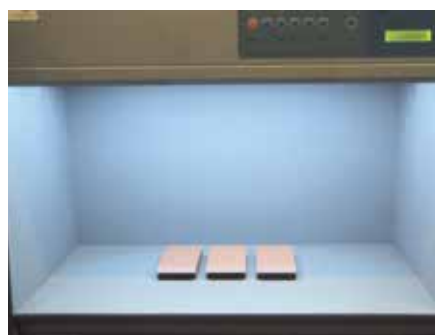
INVESTIMENTOS MUNICIPAIS

O autarca destaca ainda os principais investimentos realizados diretamente pelo município, como as obras requalificação do principal acesso rodoviário à cidade de Fátima, com a exceção da A1, “via por onde entram mais pessoas a pé em Fátima. Não nos podemos esquecer que vamos ter um evento no concelho que vai marcar o próximo mandato autárquico: a visita ao Santuário de Fátima de Sua Santidade o Papa, razão pela qual a Autarquia se deve começar a preparar desde já para receber condignamente todos aqueles que nos irão visitar em 2023. Assim urge resolver os problemas existentes de acesso à cidade”. O autarca revela que também não podemos esquecer o projeto da Ecovia que liga a Igreja Paroquial de Fátima ao Santuário de Nossa Senhora da Ortiga que criará “um novo corredor pedonal e ciclável, ambientalmente sustentável, para usufruto de oureenses e visitantes”. Ainda em Fátima, Luís Albuquerque esclarece que é importante que o município comece a trabalhar na diversificação turística da oferta existente na cidade. “Atualmente somos um importante polo de turismo religioso, contudo, não podemos ficar completamente dependentes deste. Assim, teremos que criar novas estruturas, nomeadamente, a construção de um centro de congressos, potenciando a sua centralidade, exce-

lentes acessos e capacidade hoteleira”. O autarca informa ainda que a Autarquia também já está a requalificar a via que liga principal zona industrial do concelho ao IC9, investimento que ronda os 1,8 milhões de euros. “Trata-se da requalificação de 2.5 quilómetros que são muito importantes para a população. Esta intervenção vai aumentar em muito a segurança de quem mora e de quem recorre esta zona enquanto que as empresas ganham uma via mais rápida para poderem chegar a um importante itinerário, o IC9, até porque queremos continuar a promover a atratividade do concelho, potenciando a captação de novas empresas que irão criar novos postos de trabalho”, prosseguiu. Neste sentido, o município também avançou com o projeto da Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda, num espaço com 11 hectares, que contempla a criação de 25 lotes destinados a indústria ou armazéns, iniciativa que representa um investimento de 4,5 milhões de euros. “Este é um passo fundamental para a concretização de um projeto estruturante para o desenvolvimento da zona Norte e de todo o concelho”.

O edil destaca ainda o investimento que o município fez no incentivo à natalidade e infância, iniciativa que começou antes da pandemia e que tem sido um sucesso. “Todas as crianças dos zero aos três anos de idade, nascidas a partir de 1 de janeiro de 2018 ano e que integrem agregados familiares com residência fiscal em Ourém têm direito a um apoio variável entre os 500 e 800 euros anuais durante três anos”, declarou Luís Albuquerque que completa: “Como o programa prevê o reembolso de despesas efetuadas com os bebés no comércio do concelho, além de ajudarmos as famílias também dinamizamos o comércio local”. A Autarquia já aprovou 600 candidaturas, o que representa um investimento superior a 600 mil euros.

Quanto ao futuro, o autarca garante que é importante que o município continue a apostar na requalificação urbana. “Em Ourém temos que apostar, por exemplo, na requalificação do Centro de Exposições, dotando-o de outra polivalência, nomeadamente, em termos desportivos. Atualmente, não dispomos de um verdadeiro pavilhão desportivo de grandes dimensões. Apesar disso, hoje, Ourém é conhecido e reconhecido como um concelho dinâmico, com perspetivas de futuro e é nesse sentido que iremos continuar a trabalhar”, conclui. 



pandemia. Esse plano aliado à elevada responsabilidade que os nossos colaboradores demonstraram fez com que não tivéssemos nenhum caso na empresa. Apesar disso, tivemos de nos adaptar no relacionamento com clientes e fornecedores, por forma a minimizar os riscos, mas sem prejuízo da qualidade do serviço. Nestes últimos tempos, também reflexo do Covid, os principais desafios têm sido a logística, o acesso às matérias-primas e a escalada vertiginosa do preço destas, o que tem condicionado a nossa atividade.

INOVAÇÃO DE VANGUARDA

A EMPRESA LABORA NA PRODUÇÃO DE PERFIS EXTRUDIDOS A PARTIR DE UM COMPÓSITO DE POLÍMEROS E FIBRAS APELIDADO DE WPC

[WOOD PLASTIC COMPOSITE]: MISTURA HOMOGÊNEA DE MADEIRA E POLÍMERO, NUM PRODUTO QUE COMBINA O MELHOR DESTES DOIS MATERIAIS. QUE DIFERENÇAS APRESENTA ESTE PRODUTO EM RELAÇÃO AOS DECKS MAIS TRADICIONAIS?

Este produto nasce de duas premissas: o baixo nível de manutenção e o baixo impacto que este tem no meio ambiente. Quando comparados com os decks mais tradicionais, os nossos produtos não requerem manutenção, sendo que possibilitam, a quem os utiliza, desfrutar destas soluções de forma mais descontraída e sem o compromisso da manutenção. A nossa produção é feita com base no desperdício de algumas indústrias da madeira e incorporamos ainda uma per-

tagem de polímeros reciclados. Mesmo ao nível da madeira que utilizamos possuímos certificação FSC [Forest Stewardship Council], por contraposição aos decks de madeira tropical que contribuem, de forma significativa, para a desflorestação.

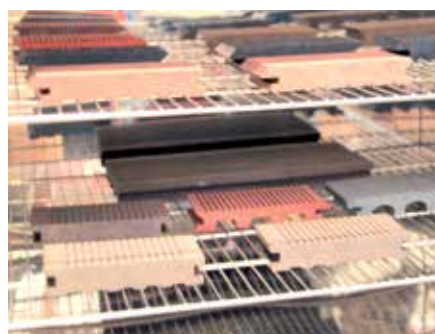
ATUALMENTE, A EPW OFERECE AOS SEUS CLIENTES A SOLUÇÃO TITANIUM DECK, APELIDADO COMO DECK DO FUTURO. EM QUE CONSISTE ESTE NOVO PRODUTO E QUAIS AS SUAS VANTAGENS QUANDO COMPARADO COM OUTRAS SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO?

A gama Titanium resulta de um esforço contínuo de aperfeiçoamento do produto e materializa já o novo posicionamento

da empresa: a aposta no luxury decking. Quanto às principais vantagens desta nova solução, estas residem na elevada resistência às manchas e aos UVs, a par de uma estética que julgamos mais próxima da madeira natural, o que se institui como uma importante mais-valia para muito clientes.

SENDO ESTA UMA ÁREA EM CONSTANTE MUTAÇÃO, ALICERÇADA NA VANGUARDA E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS E SOLUÇÕES, DE QUE FORMA A EMPRESA APOSTA E POTENCIA O SEU DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO?

A inovação está no nosso ADN. A constante procura de novos materiais que



complementem ou melhorem a nossa produção é uma realidade e, sobretudo, uma certeza na EPW. Além disso, novos materiais, novas estéticas, novos sistemas de instalação são uma aposta constante na empresa.

SENDO A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE UMA TEMÁTICA CADA VEZ MAIS NA ORDEM DO DIA, QUE CUIDADOS A EMPRESA TEM A ESTE NÍVEL?

Detemos certificação PEFC [Programme of Endorsement for Forest Certification Schemes], além da já mencionada FSC. Além disso, os nossos produtos incorporam desperdícios de várias indústrias, através de uma produção que reaproveita águas pluviais, num investimento programado de aproveitamento da energia solar. No fundo, toda a nossa atividade está pensada para ser cada vez mais verde e com uma pegada ecológica cada vez menor.

COMO É QUE A EPW ENCARA A CONCORRÊNCIA?

Encaramos a concorrência como um desafio permanente. Gostamos de concorrentes fortes, que nos obriguem a estar sempre atentos, a adotar boas práticas em termos de produção, a gerir melhor o relacionamento com os clientes e a ter um entendimento melhor do mercado.



“VAMOS REESTRUTURAR TODA A PRODUÇÃO NO SENTIDO DE AUMENTARMOS, AINDA MAIS, A NOSSA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO. O OBJETIVO É QUE A NOSSA ÁREA PRODUTIVA PASSE DOS SETE MIL METROS QUADRADOS ATUAIS PARA CERCA DE ONZE MIL”

A PROBLEMÁTICA DA MÃO DE OBRA A EPW DEBATE-SE COM A FALTA DE MÃO DE OBRA? DE QUE FORMA A EMPRESA MINIMIZA AS CONSEQUÊNCIAS DESTA PROBLEMA?

Procuramos formar e reter talento, o que nem sempre é fácil. Porém procuramos criar as condições para que os nossos colaboradores se sintam como uma parte importante do todo que é esta empresa. Este é um desafio permanente.

NÃO SERIA PERTINENTE UMA MELHOR ARTICULAÇÃO ENTRE O ENSINO PROFISSIONAL E AS EMPRESAS, POR FORMA A SUPRIR NECESSIDADES REAIS QUE EXISTEM NO MERCADO? A EPW POSSUI ALGUMA PARCERIA NESTE SETOR?

O ensino deveria estar mais vocacionado para as necessidades específicas do meio industrial. Neste campo, o ensino profissional é, muitas vezes, encarado como um plano B de carreira, sendo pouco valorizado pela sociedade em geral. Para colmatar este problema deveria existir uma maior aposta na especialização, sendo que as próprias instituições de ensino deveriam ter canais de comunicação e auscultação das necessidades específicas dos meios onde estão inseridas, por forma a formarem os seus alunos com o objetivo de suprirem essas necessidades.

QUAIS OS PRINCIPAIS PROJETOS PARA O FUTURO?

Vamos reestruturar toda a produção no sentido de aumentarmos, ainda mais, a nossa capacidade de produção. O objetivo é que a nossa área produtiva passe dos sete mil metros quadrados atuais para cerca de onze mil. Desta forma, a EPW ficará com uma capacidade instalada de 400.000m² por ano, o que será significativo. Por fim, pretendemos ainda entrar de forma consistente no mercado dos Estados Unidos da América.



FICHA TÉCNICA - Propriedade, Edição, Administração e Autor: Páginautêntica – Publicações, Lda **Administração, Redação e Departamento Gráfico:** Rua Alto do Pinoco, N° 7 A Bragadas 4870-251 Bragadas, Santo Aleixo de Além-Tâmega – Tel. 225 360 898 / 259 010 952 – geral@empresasmais.pt, www.empresasmais.pt

Diretor de Publicação: Alberto Santos **Periodicidade:** Bimestral **Depósito Legal:** 370221/14

Os artigos nesta publicação são da responsabilidade dos seus autores e não expressam necessariamente a opinião do editor. Reservados todos os direitos, proibida a reprodução, total ou parcial, sem prévia autorização do editor. A paginação é efetuada de acordo com os interesses editoriais e técnicos da revista, exceto nos anúncios com localização obrigatória paga. O editor não se responsabiliza pelas inserções com erros, lapsos ou omissões que sejam imputáveis aos anunciantes. Quaisquer erros ou omissões nos conteúdos não são da responsabilidade do editor.



SPACE - Área de Acolhimento Empresarial de Castelo de Vide



quisition Experience” e o Centro de Interpretação Garcia d’Orta.

Quanto ao primeiro “este será uma oferta única em toda a Península Ibérica ao nível do turismo religioso judaico e contemplará recriações de ambientes do funcionamento do Tribunal do Santo Ofício, prestando simultaneamente homenagem à memória de todos aqueles que foram vítimas deste período da nossa História”.

Segundo o autarca “este é um espaço onde o recurso às novas tecnologias também será uma mais-valia, até porque permitirá ao visitante mais facilmente viajar no tempo”. A Autarquia está, também, a apostar muito na qualidade das figuras que serão representadas. “Utilizámos figurantes de Castelo de Vide como modelos para a construção destas figuras de silicone hiper-realistas. Falámos de alguns castelo-videnses cuja vida, de alguma forma, está relacionada com esta temática. Para citar apenas um exemplo, a cicerone que nos acompanhará durante toda a visita será a judia castelo-vidense Guiomar Mendes, na realidade condenada à morte na fogueira e que aqui será retratada por uma jovem da terra que viveu a infância na Judiaria. Estou convicto de que estas figuras competem com o que de melhor

“FINALMENTE, O MUNICÍPIO ESTÁ A CONSTRUIR UMA ZONA INDUSTRIAL, INVESTIMENTO NECESSÁRIO HÁ VÁRIOS ANOS E COMPLETADO COM A ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL - SPACE, DOTADA DE INCUBADORA DE EMPRESAS”

se faz no mundo, ainda que o preço de cada uma signifique um enorme investimento na qualidade e na diferença”, lembra António Pita.

O autarca reitera ainda que o objetivo deste museu é fornecer factos devidamente documentados sobre a forma como funcionava a Inquisição e desmitificar falsos conceitos que quase todos assumimos como verdades absolutas.; “Ao contrário do que se pensa, o processo da Inquisição emana de uma vontade política em que o rei pediu ao Papa autorização para que Portugal pusesse a funcionar um Tribunal da Inquisição. Para todas estas descobertas foi de vital importância a parceria que estabelecemos com o historiador Jorge Martins. O objetivo é que este espaço seja um marco da Memória e da História, e, que complemente a rota turística que já possuímos e que inclui a Sinagoga local.

Também queremos ser um destino para as visitas de estudo das escolas quando os professores estiverem a abordar estas temáticas”.

Quanto ao Centro de Interpretação Garcia d’Orta, António Pita menciona que os visitantes poderão ter acesso à vida e obra do médico Garcia D’Orta, tudo num espaço de elevado valor arquitetónico, sendo esta uma casa com uma “história que importa relevar”. A obra conta com um investimento de cerca 1,5 milhões de euros e ficará localizada no antigo edifício das Termas de Castelo de Vide. Todos estes espaços pressupõem uma vertente turística como é óbvio, contudo, também se deseja que existam projetos educativos.


OBRAS ESTRUTURANTES

Do ponto de vista do investimento empresarial, o autarca reitera que “final-

mente, o município está a construir uma Zona Industrial, investimento necessário há vários anos e completado com a Área de Acolhimento Empresarial - SPACE, dotada de incubadora de empresas. Durante décadas, e por sucessivos mandatos autárquicos, muito se falou da inexistência de uma Zona Industrial que pudesse impulsionar o desenvolvimento do setor industrial e comercial do nosso concelho. Circunstâncias diversas ditaram que tal nunca tivesse sido possível. Finalmente, agora, iremos concretizar este objetivo. Além disso, os contactos que têm sido estabelecidos com a Autarquia permitem-nos perceber, desde já, que seremos capazes de não só fixar novas empresas, como potenciar o crescimento e evolução de outras que, neste momento, já laboram no concelho” .

A obra da Zona Industrial significa um investimento de cerca de um milhão de euros, enquanto que a obra da Área de Acolhimento Empresarial terá um custo de 1,1 milhões de euros.

Para além dos novos lotes, a Autarquia está também a tentar recuperar antigos lotes abandonados que nunca foram usados, de modo a ampliar e maximizar as respostas com futuras bolsas de terrenos disponíveis de modo a atingir 17 lotes. António Pita acrescenta, ainda, que “o novo Plano de Pormenor também já prevê uma segunda fase de expansão para que, mais tarde e num segundo momento, o município, em caso de necessidade, possa estender a Zona Industrial para Norte.”

António Pita salienta, ainda o facto de o município ir avançar com as obras de requalificação da Escola Garcia de Orta, investimento no valor de 1,3 milhões de euros e com a construção de uma nova Extensão do Centro de Saúde em Póvoa e Meadas, num investimento de cerca de 250 mil euros. 



Casa da Cidadania Salgueiro Maia - Inauguração no dia 1 de Julho



Nova Zona Industrial de Castelo de Vide



Centro de Interpretação Garcia De Orta Castelo de Vide



Recuperar o Património em Póvoa e Meadas - Anexo do Museu



Castelo de Vide - Vista do Castelo



Projeto de Canábis para fins Medicinais a Nascer em Póvoa e Meadas

IPSS'S DO CONCELHO: UM EXEMPLO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÓMICO



Jardim Sensorial do Centro de Experiência Viva
Museu de Tiflogia da Fundação Nossa Senhora da Esperança



Novo Lar da Terceira Idade de Nossa Senhora da Graça
de Póvoa e Meadas



Obra do Lar João José Le Cocq da Santa Casa da Misericórdia
de Castelo de Vide

Apesar disso, o edil esclarece que a maior parte do valor dos fundos obtidos está a ser aplicada no projeto Porta da Estrela que engloba intervenções de requalificação em vários espaços públicos do centro da cidade, designadamente o largo da feira, parques multiusos, municipal e intergeracional, percurso botânico, Avenida 1º de Maio e os Caminhos da Vila e da Escola. “O objetivo é o de conseguirmos afirmar e reforçar a identidade de Seia como referência indissociável de porta de entrada na Serra da Estrela, como produto e resultado da inserção da cidade na história, património natural e sócio cultural e economia da região da Serra da Estrela”, completa.

O autarca afirma ainda que as intervenções a materializar pretendem (re)criar um espaço público urbano de qualidade e de referência no domínio da mobilidade urbana, da sustentabilidade e da qualidade arquitetónica e paisagística. Para além disso, esta ação tem ainda como objetivo “dinamizar o comércio, o turismo e qualificar a área como um pólo urbano de mobilidade entre a cidade e o exterior, com articulação intraurbana”. Carlos Filipe Camelo destaca ainda a futura construção do novo Centro Interpretativo da República Afonso Costa que será criado através da reabilitação da Escola Primária Afonso Costa e que contará com espaços expositivos, arquivo, biblioteca, centro de estudos e investigação, atividades científicas e culturais e serviços educativos. Este será “um equipamento cultural de referência regional e nacional” e terá como principais objetivos a investigação, conservação e divulgação do conhecimento sobre a República e representa um investimento de um milhão de euros. O autarca declara ainda que foram realizados investimentos ao nível da recuperação e manutenção da rede viária, custos suportados na totalidade pela Autarquia, “uma vez que, ao contrário do que aconteceu no passado, os atuais apoios comunitários não contemplam este setor. Infelizmente, as nossas estradas, durante muito tempo, serviram mais para a fuga de todos aqueles que queriam abandonar o concelho e não para conduzir todos aqueles que escolhiam aqui construir o seu lar. É por isso que agora trabalhamos na promoção da atratividade do concelho”.

De acordo com o edil, outra grande aposta do Executivo foi o meio ambiente. “Já em 2009 começámos a trabalhar para transformar Seia numa referência a nível



ambiental em território nacional. Assim temos implementado diversos modelos económicos ligados à sustentabilidade que trouxeram uma nova realidade de capacitação de negócios do ponto de vista da diferenciação, nomeadamente os caminhos e as aldeias de montanha, o turismo natureza e o turismo desportivo, mais concretamente o *bed and bike*. Esta foi uma capacitação importante que conseguimos conferir ao território, ao mesmo tempo que o Turismo do Centro também realizava um belíssimo trabalho a este nível. Estas parcerias levaram ao aparecimento de novas unidades hoteleiras que cresceram e consolidaram a sua posição, menos em momentos menos propícios como foi o verão no ano passado”. Apesar disso, o autarca garante que estas unidades hoteleiras deram uma resposta de qualidade e com quantidade a todos aqueles que escolheram “uma nova forma de fazerem as suas fé-

rias. Sempre lutei para dar a conhecer Seia como um território para as quatro estações, contrariando aquela que sempre foi a realidade da Serra da Estrela”.


UM CONCELHO RESILIENTE

Carlos Filipe Camelo admite que este último mandato foi um grande teste à capacidade de resiliência do concelho, contudo, “mais importante do que as quedas, o que realmente importa é a nossa capacidade para sempre nos levantarmos. Assim, na resposta à pandemia, quer do ponto de vista económico, sanitário e do apoio que prestamos às pessoas e às empresas realizamos um investimento na ordem de um milhão de euros. O grande desafio foi, por um lado, cumprir o nosso projeto e concretizar aquilo que tínhamos idealizado, ao mesmo tempo que ajudávamos todos os nossos munícipes a fazer face a esta problemática. Para este esforço conjunto foram



fundamentais os responsáveis autárquicos pelas várias freguesias. Só com o apoio e trabalho de todos é possível vencer esta pandemia, ao mesmo tempo que melhoramos o bem-estar e qualidade de vida das nossas gentes”.

Quanto à campanha de vacinação que está a decorrer, o autarca confessa-se orgulhoso do trabalho realizado, ainda que reconheça as limitações decorrentes da falta de vacinas disponíveis. “Apesar de muitos dos nossos idosos já estarem vacinados, assim como vários agentes educativos, o ritmo de vacinação realizado não se coaduna com as condições que criámos para o efeito. Se existissem mais vacinas a campanha poderia decorrer de forma mais massificada. Temos a capacitação logística, disponibilizamos e equipámos dois pavilhões gimnodesportivos para o efeito, e dispomos dos recursos humanos, faltam apenas as vacinas. Se assim não fosse, facilmente conseguiríamos administrar 400 a 500 vacinas/dia, sem qualquer constrangimento, igualando o que de melhor se consegue em outros concelhos”. O edil explica ainda que, paralelamente ao processo de vacinação decorre um processo de testagem massivo, nomeadamente nas escolas concelhias, “por forma a certificar a segurança de todos os intervenientes. Orgulhamo-nos do trabalho em equipa que temos feito, sempre em articulação com a Direção Geral de Saúde e as restantes entidades ligadas ao setor da saúde e com responsabilidades a nível local”.

Carlos Filipe Camelo termina com uma mensagem a todos os munícipes: “Quero transmitir sobretudo esperança em relação ao futuro até porque acredito que a solução para os nossos problemas emana da capacidade de acreditarmos num território único, de gente genuína que tem a capacidade para fazer acontecer, mesmo perante algumas vicissitudes”. 

MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO**CONCELHO DE REFERÊNCIA
E DE VANGUARDA**

Emílio Torrão está à frente dos destinos do Município de Montemor-o-Velho desde 2013. O autarca reconhece que este segundo mandato foi mais exigente não só pelo aparecimento da atual pandemia, mas também em virtude de diversas intempéries que afetaram o concelho desde 2017. Apesar disso, o edil mostra-se confiante no futuro, uma vez que este é um concelho de referência e sempre na vanguarda.



► Emílio Torrão, presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, assevera que a condução dos destinos de Montemor-o-Velho, desde 2013, tem sido feita por entre uma avalanche de desafios. “Com muito esforço e determinação, temos conseguido ultrapassá-los e construir um concelho assente na esperança, feito com a força das suas gentes. Primeiro fomos confrontados com um problema financeiro grave e a necessidade de reorganizar internamente os serviços da Autarquia, implementando uma nova dinâmica de trabalho, modernizando-a e tornando-a mais célere e mais próxima. Seguiram-se diversos fenómenos climatéricos, como o furacão Leslie e as cheias, e, agora, uma pandemia que nos obriga a ser ainda mais tenazes e firmes na vontade de fazer acontecer e fazer crescer Montemor-o-Velho”.

O autarca revela que todas estas situações externas desviaram, muitas vezes, o Executivo do caminho traçado e condicionaram o exercício deste mandato. “Felizmente, tivemos a visão de criar uma proteção civil de referência, a nível da comunidade intermunicipal a que pertencemos e até a nível nacional, que tem uma capacidade de resposta quase imediata graças aos recursos implementados. Além disso, com a pandemia, veri-

ficámos os frutos do trabalho feito desde o primeiro ano. Graças à desmaterialização, à infraestrutura informática renovada e à organização interna que permitiu que a Câmara não parasse. Aliás, não foi precisa a pandemia para trabalharmos a partir de casa. Com confiança no futuro, continuamos a trabalhar em prol dos munícipes do concelho de Montemor-o-Velho e a querer transformar os projetos em realidade”.

NA VANGUARDA DO COMBATE

Questionado sobre os apoios que o município deu aos seus habitantes devido à Covid-19, o edil revela que, desde a primeira hora, a Autarquia tem procurado minimizar o impacto da pandemia da Covid-19 junto dos munícipes e famílias, mas também junto do tecido económico. “A nossa atuação tem sido feita de forma discreta, mas muito atuante, com sentido de responsabilidade e sempre numa lógica de parceria, destacando-se, por exemplo, a estreita colaboração e apoio às autoridades de saúde. Para além disso, fomos dos primeiros municípios a ter testes serológicos e zaragatoas e testámos em massa não apenas os trabalhadores do município, mas também as IPSS concelhias. Nas eleições presidenciais, por exemplo, testámos todos os elementos das mesas. Fizemos mais de 2.400 testes. Na Câmara Municipal tivemos cerca de dez casos espaçados no tempo. Conseguimos sustentar situações mais críticas em lares graças à testagem massiva feita pelos nossos serviços, sempre sob a tu-



tela das entidades locais de saúde. Fomos e continuamos a ser proativos. Trabalhamos muito intensamente para minimizar o impacto da COVID-19 internamente na Câmara Municipal e também na sociedade”.

Emílio Torrão lembra que, desde o ano passado, já foram tomadas mais de meia centena de medidas de caráter excepcional e transitório dando continuidade à dinâmica implementada para fomentar a atividade empresarial, assim como a manutenção e reforço do rendimento disponível dos munícipes. “A par do esforço financeiro, a pandemia também se tem revelado muito exigente para os serviços da Autarquia. Diariamente, os nossos trabalhadores dão mostras da sua entrega à causa pública, mostrando que estão à altura dos desafios”, elogia o autarca.

O edil advoga que as medidas de apoio têm abarcado diversas áreas e setores: comércio local; juntas de freguesia; entidades sociais, culturais e desportivas concelhias; famílias e idosos; e educação. Neste sentido, Emílio Torrão destaca o apoio excepcional concedido pela Autarquia no âmbito do Regulamento de Emergência Social e direcionado para pessoas ou famílias em situação de

vulnerabilidade social agravada e motivada pela pandemia, que tenham tido perda de rendimento significativa devido à COVID19.

O autarca enaltece ainda o Programa Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Económico/ Recuperação, que tem como principal objetivo fazer o combate aos efeitos da pandemia no concelho junto das empresas e empresários em nome individual que tenham perdido, no mínimo, 1/3 da faturação e que tenham até 25 trabalhadores.

De acordo com Emílio Torrão outra medida importante foi o apoio dado aos alunos que estão em casa, através da cedência de equipamentos informáticos e de conectividade, por forma a garantir o percurso de aprendizagem, mesmo nestes tempos conturbados. Para além disso, o edil informa que o município realizou a distribuição quinzenal de cabazes alimentares a crianças do escalão A e a famílias em situação vulnerável.

Por fim, o autarca assevera que a Autarquia optou pela redução de impostos locais em toda a linha para mitigar os impactos da Covid-19, dando continuidade à dinâmica implementada de atratividade empresarial e de manutenção e

reforço do rendimento disponível dos municípios (IRS para 4,5%, do IMI para 0,34% e da derrama para 1,4%). O município atribuiu ainda a redução de 50% do consumo da água, saneamento, RSU e TRH aos consumidores domésticos de água do concelho e procedeu à de isenção do pagamento às entidades ligadas ao setor social, associações, juntas de freguesia e os consumidores abrangidos pelo tarifário social na faturação dos meses de março e abril de 2020.

No que concerne à campanha de vacinação, o município preparou o Centro Municipal de Vacinação no Pavilhão Municipal, em articulação com a ARS do Centro e o ACES do Baixo Mondego, iniciativa que deixa o autarca orgulhoso até porque este centro tem capacidade para vacinação em larga escala, garantindo condições de mobilidade e segurança. De referir que, para além do apoio operacional, os serviços da Autarquia prestam, a tempo inteiro, apoio administrativo, de higienização dos espaços, de transporte (com o apoio dos Bombeiros Voluntários) e proporcionam acompanhamento durante o período de vacinação.

O edil revela que, até ao momento, já foram vacinados os bombeiros, GNR e elementos da Cruz Vermelha, para além dos idosos com mais de 80 anos. “Atualmente estamos a vacinar as pessoas com mais de 65 anos e todos os agentes educativos. Já foram administradas quase oito mil doses de vacinas, números que são muito especiais pois significam um trabalho, um empenho e uma capacidade de ação muito grande e articulada entre as entidades locais de saúde e a Autarquia”.

PRESENTE E FUTURO

Olhando para trás, Emílio Torrão advoga que um dos principais projetos que abraçou e pelo qual luta diariamente é a captação de mais e melhor investimento para o concelho, que trará uma cada vez maior capacidade de atração de população e empresas. Para tal, “tivemos de dar condições a empresários e empresárias para que possam criar emprego e dar mais perspetivas de futuro aos jovens do concelho. Assim, mudámos a forma de abordar o tecido empresarial e, com isso, temos conseguido atrair investimentos para os parques industriais e agrícolas”.

Neste sentido, de acordo com o autarca, uma das obras mais importantes foi a de um projeto “pioneiro no concelho



MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“Esta pandemia não nos tira a força, nem a esperança, muito menos nos subtrai a vontade, a confiança e a energia para todos os dias fazermos melhor. Continuamos a trabalhar para construir um concelho ímpar e pleno de sucesso. Continuamos a sonhar e a valorizar o território e as gentes de Montemor-o-Velho, concelho que está no mapa. Somos feitos de resiliência e cheios de espírito combativo e solidário. Temos que continuar a acreditar que é possível realizar os sonhos e construir um concelho melhor, a valorizar o que é nosso!”

e, provavelmente, em todo o País: o Parque Agrícola de Arazede, está em franco desenvolvimento e vai permitir criar escala e adquirir maior competitividade”. O edil enaltece ainda o Parque de Negócios de Montemor-o-Velho que tem os seus 34 lotes todos vendidos, acolhendo, atualmente, cerca de 20 empresas. Já no que diz respeito ao Parque Logístico de Arazede, o autarca informa que os 26 lotes da primeira fase estão todos vendidos, tendo, presente, cerca de quatro empresas instaladas ou em vias de conclusão dos seus espaços. “Já estamos a pensar numa ampliação”, revela Emílio Torrão. Atualmente, mesmo em tempo de pandemia, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho não para a sua ação e tem em curso um conjunto significativo de obras de importância estratégica para as 11 freguesias do concelho, num investimento global de cerca de dez milhões de euros. Entre os vários projetos

em curso, o edil destaca a reabilitação urbana na vila de Montemor-o-Velho, “estamos a tornar o centro histórico mais atrativo para atividade económica e para as famílias”.

O autarca exalta também o Parque Urbano Ribeirinho “que pretende devolver o antigo leito do rio à vila”, a reabilitação de diversos edifícios que foi realizada e a renovação profunda do interior e da envolvente do Convento de Nossa Senhora dos Anjos, que representa um investimento global próximo de 1,5 milhões de euros, espaço onde irá funcionar um espaço expositivo do espólio museológico e arqueológico do município. “Também implementámos uma rede polinucleada de ativação e dinamização do centro histórico, com casas para acolhimento temporário e avançamos com a requalificação do antigo edifício da GNR, espaço que foi transformado num centro de *coworking*, projeto aliado a obras no Largo do Cruzeiro, num investimento superior a 750 mil euros”.

Emílio Torrão garante que as freguesias também não foram olvidadas pelo que foram realizados arranjos urbanísticos em todas. “Estamos a requalificar os centros de cada uma das freguesias e a prepará-los para terem postos de carregamento para veículos elétricos e wifi. Para além disso realizámos intervenções em diversos edifícios escolares”. No que concerne ao meio ambiente, de acordo com o autarca o município apostou na pesquisa e captação de águas subterrâneas para rega, ao mesmo tempo que assumiu um compromisso com o ambiente: “Queremos promover a eficiência energética com a constru-



ção de postos de carregamento e com a aquisição de veículos elétricos na frota da Câmara”.

Por fim, o edil advoga que foram realizadas conservações e reparações de estradas e caminhos municipais em todo o concelho. “Quando cheguei à Câmara, a rede viária do estava completamente degradada. Neste momento temos a rede num estado de recuperação muito avançado. Este é um fator muito importante para nós e para a população. Assim, como facilmente se comprova, neste momento, temos mais de meia centena de empreitadas em andamento, o que demonstra o compromisso desta Autarquia para com o desenvolvimento concelhio e a verdade é que vamos continuar a avançar com os projetos essenciais para o futuro do concelho e para o bem-estar dos municípios, promovendo, na situação atual de saúde pública que o mundo atravessa, a retoma e o crescimento da economia”.

Quanto ao futuro, o autarca confessa que o Executivo ainda tem muitos sonhos para Montemor-o-Velho. “Vamos continuar a investir nas pessoas, na educação e no crescimento intelectual, como forma de desenvolvimento local sustentado, enquanto afirmação da comunidade e de coesão territorial. Trabalhamos e vamos continuar a trabalhar, diariamente, para uma educação de excelência, com os olhos no futuro. O esforço na valorização do território e na criação de condições de fixação de empresas vai ser ainda mais intenso com vista a promover as potencialidades económicas da região e fomentar o desenvolvimento dos setores agrícola e industrial. Por fim, o nosso foco vai continuar a estar centrado na inovação, nas medidas ambientais, numa rede de ciclovias, na recuperação da rede viária, nos arranjos urbanísticos e nos projetos culturais que necessitam ser reativados e acelerados”. ✦

MUNICÍPIO DE SOURE

“COM RESILIÊNCIA, IREMOS VENCER”

Mário Jorge Nunes, presidente da Câmara Municipal de Soure, não tem dúvidas: este foi o mandato mais difícil dos dois que cumpriu como presidente desta Autarquia do distrito de Coimbra.

Contudo, apesar de reconhecer as dificuldades e todos os constrangimentos que a atual pandemia provocou, o autarca está confiante que de “com resiliência, iremos vencer esta luta”.



► Olhando para trás, Mário Jorge Nunes, presidente da Câmara Municipal de Soure, reconhece que este foi um mandato muito atribulado a começar logo pelas diversas intempéries que Soure teve que enfrentar a juntar aos grandes incêndios florestais de 2018 que fustigaram a região. “Estes fatores destabilizaram muito a região e condicionaram as candidaturas aos fundos comunitários no âmbito do Portugal 2020. Teve que existir solidariedade e os concelhos mais afetados tiveram que obter uma maior ajuda”. Contudo, o autarca reconhece que, no caso de Soure, mais do que os incêndios, os condicionalismos vieram com as diversas intempéries sofridas, como as cheias que provocaram avultados estragos tanto no setor público, como privado, sendo que a agricultura foi uma das áreas mais atingidas.

O APARECIMENTO DA COVID

“Depois veio a pandemia e essa afeta e irá continuar a afetar muito daqueles que eram os objetivos que tínhamos delineado quando tomamos posse em 2017. Tínhamos realizado uma grande aposta na promoção no turismo, mais concretamente no turismo natureza e no turismo patrimonial, setor que nunca tinha sido promovido e que estava deficitário em Soure, apesar de todas as nossas potencialidades”, explica o edil que viu reconhecidos

os seus esforços quando, em 2019, o concelho atingiu as 22 mil dormidas.

Mário Jorge Nunes reconhece que esta melhoria no setor do turismo só foi possível por força dos investimentos hoteleiros realizados “e que agora deram relevo e escala a todas as iniciativas que já eram levadas a cabo no concelho, ao nível do turismo rural, do agroturismo e do turismo de habitação. Mais recentemente, a hotelaria ligada ao termalismo também veio potenciar a nossa força em termos de imagem e de uma procura dirigida para a saúde e para o bem-estar. Porém Soure é ainda uma referência na promoção de grandes eventos e dos estágios das mais diversas equipas desportivas que descobriram neste concelho uma mais-valia. Também não podemos olvidar o facto de que Soure é já uma referência internacional na escalada, modalidade onde somos uma referência em equipamentos e lugares de prática no nosso País. Estamos no mapa europeu e somos passagem obrigatória de muitas seleções com capacidade financeira para ficarem no concelho durante 15 dias”.

O autarca assevera que todo o otimismo de 2019 deu lugar à frustração em 2020, uma vez que “a Covid fez com que diversas unidades hoteleiras tivessem que fechar, tendo acontecido o mesmo à atividade termal. Para além disso, as modalidades coletivas não foram permitidas durante muito tempo, fatores que causaram grandes constrangimentos no turismo, num concelho que dava os seus primeiros passos de afirmação nesta região”.

O edil advoga que, em Soure, a pandemia tem que ser avaliada em dois períodos



Mário Jorge Nunes

completamente distintos. O primeiro, de março a 31 de outubro de 2020, “contemplou uma mobilização muito ativa e de grande entreaajuda entre o município, presidentes de junta e todos os líderes locais, empresários e entidades competentes locais da área da saúde, o que permitiu o controlo da pandemia, com números sempre muito abaixo da média nacional e dos números verificados na região. O segundo surgiu em novembro, quando a situação se complicou e o concelho atingiu os números da média nacional, realidade explicada pelo facto da nossa população ser muito envelhecida e de, atualmente, as pessoas conhecerem melhor a doença e já não a temerem da mesma forma, o que faz com que o confinamento não seja tão eficaz, até porque as regras também não foram tão apertadas como aconteceu da primeira vez”.

Apesar de reconhecer as dificuldades, Mário Jorge Nunes garante que a atuação da Autarquia foi sempre muito assertiva, assegurando que a pandemia já teve custos diretos e indiretos para o município de mais de 700 mil euros. O autarca explica que o Executivo interveio, desde logo, junto das instituições particulares de segurança social (IPSS) do concelho, o que fez com que se tivessem man-

MENSAGEM A TODOS OS MUNICÍPIOS

“Quero deixar uma mensagem de esperança, de que vamos conseguir recuperar e de nunca baixaremos os braços. Temos que ter capacidade de resistência e de resiliência, preparando-nos para um futuro que certamente será risonho, ainda que antes disso tenhamos que passar um Cabo das Tormentas. Acredito que, com trabalho e com mudanças de atitude, iremos dar a volta a esta situação de forma duradoura e de que, com resiliência, iremos vencer esta luta”.

tido com poucos casos até à chegada do inverno. Para além disso, “substituímo-nos ao Estado na educação, com o fornecimento de equipamentos informáticos com ligação à internet; na ação social, por exemplo, com o fornecimento de refeições às famílias mais carenciadas; na saúde, na proteção civil, entre outros, sendo que nos períodos de maior necessidade, tivemos que afetar muitos serviços e recursos municipais a este combate. Fomos também pioneiros no apoio à retoma económica, com atribuição de apoios diretos às micro e pequenas em-

presas localizadas no concelho, esforço que já estamos a replicar em 2021”.

Quanto à campanha de vacinação, o edil explica que o Executivo realizou um esforço atempado para que o apoio fosse o mais direcionado e efetivo possível, sendo que, para isso transformou um pavilhão multiusos municipal num espaço equipado e preparado para este efeito. “Cada dia de vacinação significa a afetação à campanha de três a quatro dezenas de funcionários municipais, entre proteção civil, assistentes operacionais e técnicos, uma vez que participamos nas ações de secretariado, vigilância, triagem, higienização dos espaços e também asseguramos o transporte gratuito a todos os munícipes que dele necessitem. Fomos um dos primeiros municípios do País a garantir as condições necessárias para transporte e vacinação de acamados. De ressaltar que, apesar do nosso envolvimento próximo, não interferimos com a listagem de pessoas contactadas para a vacinação, sendo essa uma responsabilidade das entidades de saúde. Nós apenas prestamos apoio à sua ação”.

PRINCIPAIS OBRAS EM CURSO

De acordo com o autarca, as obras públicas e a administração pública foram outro dos setores mais afetados pela atual pandemia, o que provocou o atraso em muitos projetos no concelho, “apesar da vontade e dos constantes esforços deste Executivo. Temos vários projetos aprovados e com financiamento comunitário garantido, contudo os processos burocráticos são complexos, exigem estudos e pareceres de diferentes entidades, e as obras não podem avançar enquanto todas as questões não estiverem acauteladas e devidamente asseguradas. Para além disso, muitos dos concursos ficam sem empresas concorrentes ou então concorrem apenas uma ou duas empresas que não oferecem garantias de qualidade na sua execução”.

Apesar de todos os constrangimentos e de alguns atrasos, o edil esclarece que já estão no terreno alguns projetos importantes para o concelho e começa por destacar o início da reconversão das piscinas municipais de Vila Nova de Anços, investimento orçado em mais de um milhão de euros. “Esta reconversão é fundamental porque este equipamento foi muito afetado pela tempestade Leslie, em 2018, estando encerrado desde então. Espero que a obra esteja concluída até ao final do presente ano”, explica



“FOMOS UM DOS PRIMEIROS MUNICÍPIOS DO PAÍS A GARANTIR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA TRANSPORTE E VACINAÇÃO DE ACAMADOS”

Mário Jorge Nunes que advoga que está já em finalização a requalificação do mercado municipal.

O autarca assevera que o principal investimento a realizar no concelho em 2021, de cerca de um milhão de euros próprios e recurso a fundos comunitários, será a criação do Centro de Inovação Social, projeto que vai ocupar o antigo quartel da GNR, que irá funcionar como uma “incubadora de empresas na área social, inovação e novas tecnologias”.

No que se refere ao ambiente, de acordo com o edil, a Autarquia vai investir mais de 800 mil euros no tratamento e recolha de resíduos urbanos, com a implementação de um sistema porta-a-porta e de novos mecanismos de recolha de biorresíduos, enquanto que, no setor da água e saneamento, as intervenções estão delegadas às Águas do Baixo Mondego e Gândara (ABMG), que prevê investir cerca de quatro milhões de euros no concelho de

Soure, nomeadamente no saneamento da zona central da freguesia de Samuel e na zona sul da freguesia de Soure, para além de realizar a melhoria do sistema de controlo de perdas de água.


Quanto à rede viária, Mário Jorge Nunes revela que o município prevê melhorar os acessos à Zona Industrial de Soure, numa intervenção orçada em 400 mil euros, entre outras intervenções, como a ligação da sede do concelho à autoestrada, “projeto em que avançamos com recurso a fundos municipais, uma vez que, de outra forma, não teríamos conseguido concretizar a obra. Apesar disso, de realçar que cada uma das seis etapas deste projeto está orçada em mais de um milhão de euros”.

FUTURO PROMISSOR

Apesar de todas as contrariedades e desafios, o autarca garante que objetivo do Executivo sempre foi dotar o concelho de



um conjunto de mais-valias que ofereçam garantias de instalação de novas empresas, a médio prazo. Assim, “demos início a um processo de atratividade de investimento, alicerçado no nó rododiferroviário de Alfarelos/Granja do Ulmeiro, importante interceção da Linha do Oeste com a Linha do Norte, com ligação à Linha da Beira Alta e com excelentes acessos rodoviários. Esta centralidade permitiu a Soure o nascimento da Plataforma Logística Rododiferroviária de Alfarelos/Granja do Ulmeiro que, neste momento, é de extrema importância para o tráfego de mercadorias internacionais entre Portugal e a Europa. Esta mais-valia faz com que sejamos agora procurados por um conjunto diversificado de empresas que aqui se querem instalar. Este aumento da procura faz com que, atualmente, a nossa oferta de terrenos disponíveis licenciados para indústria seja deficitária, acontecendo o mesmo com os hangares ou armazéns disponíveis para este tipo de atividade. É por isso que vamos apostar fortemente no desenvolvimento, criação e aumento das nossas zonas de localização empresarial, sendo que vamos criar uma nova área junto ao IC2, uma outra a Sul da freguesia de Soure e uma terceira a Norte para apoio ao setor logístico”.

O edil assevera que, nos últimos anos, o município também tem vindo a desenvolver várias intervenções no sentido da qualificação e revitalização urbana na Vila de Soure. Contudo, “apesar dos investimentos realizados, numa perspetiva de reabilitação urbanística e ambiental, a vila debate-se com a necessidade contínua de dinamizar o espaço urbano e de lazer que, acompanhado do abandono e progressivo envelhecimento populacional, se tem traduzido numa perda da dinâmica populacional, económica e social”. Assim, Mário Jorge Nunes aposta num Projeto de Reabilitação Urbana da Vila de Soure que preconiza uma intervenção a vários níveis - no espaço público, nas infraestruturas, nos equipamentos e no edificado - criando condições que motivem a sua recuperação e reabilitação de edifícios. “Este é outro processo que parou devido à pandemia e que pretendemos retomar logo que possível”, conclui. 

MUNICÍPIO DA LOUSÃ

UM CONCELHO NO TRILHO DO DESENVOLVIMENTO

Luís Antunes está à frente dos destinos do Município da Lousã desde final de 2011. Olhando para trás, o autarca considera que este segundo mandato foi bastante mais exigente e desafiante. Apesar disso, o edil garante que “a Lousã continua a ser um concelho com força e com futuro, até porque tenho a convicção de que seremos capazes de ultrapassar todos os impactos negativos resultantes desta pandemia”.



MUNICÍPIO DA LOUSÃ

► Luís Antunes, presidente da Câmara Municipal da Lousã admite que este segundo mandato foi muito exigente e desafiante. “Ainda não tínhamos tomado posse e sofremos logo um duro revés nas nossas aspirações com os violentos incêndios, em 2017, não só por tudo aquilo que perdemos no imediato, mas também por todas as consequências provocadas. Logo que tomámos posse tivemos que lidar com o processo de reconstrução e recuperação de todos os impactos que este incêndio teve”, recorda o autarca que completa: “Ainda não tínhamos este processo concluído e sofremos outro duro revés com a tempestade Leslie que também gerou inúmeros impactos negativos no concelho, criando novos encargos e desafios. Já em 2019, enfrentamos a tempestade Elsa que provocou ainda um maior impacto no concelho, com estragos e prejuízos muito avultados. Esta intempérie causou-nos problemas que, ainda hoje, não conseguimos resolver. Assim, como se estas três catástrofes não fossem já mais do que suficientes para determinar a dificuldade acrescida do presente mandato, em 2020, o mundo é confrontado com uma crise pandémica que nos

coloca ainda uma maior exigência, acarretando maiores desafios”.

O edil afirma que a atual pandemia criou novas necessidades que o Executivo procurou atender, sendo para isso necessária a reorganização dos serviços municipais “adaptando o nosso trabalho e foco a esta nova realidade. Para enfrentar este desafio tivemos que afetar recursos a este combate para responder a novas necessidades que surgiram, num investimento extraordinário que já atinge o milhão de euros, para além de registarmos a diminuição da receita em cerca de 140 mil euros, valor significativo para uma pequena autarquia como a nossa. A verdade é que tomamos diversas decisões no sentido de aliviarmos economicamente as responsabilidades das famílias e das empresas, o que provoca uma maior exigência ao nível da nossa gestão financeira e orçamental até porque, ao mesmo tempo que combatemos a pandemia e as três catástrofes sofridas, mantivemos o plano de investimentos que apresentamos aos lousanenses e que estes sufragaram”.

O COMBATE À PANDEMIA

No combate à atual pandemia, Luís Antunes assevera que a Autarquia atuou em diferentes vertentes e de forma transversal, lançando medidas, desde logo, com o objetivo de promover a proteção das pessoas e a sua segurança na utilização de serviços, espaços públicos e equipamentos. O autarca afirma que a Autarquia também realizou campanhas de testagem junto das instituições particulares de solidariedade social (IPSS), bombeiros, GNR e outros

agentes de proteção civil. Em março de 2020, quando os equipamentos de proteção individual escasseavam nos hospitais, conseguimos oferecer esses equipamentos a muitos profissionais de saúde que residem no concelho. Também apostámos em fortes campanhas de informação e sensibilização sobre os perigos desta pandemia, promovendo o cumprimento de toda as regras. Assim, estabelecemos uma forte relação com a comunidade no sentido de a informar sobre a evolução da pandemia no concelho”.

O edil esclarece que a Autarquia também aperfeiçoou a articulação com todas as instituições locais que trabalham no setor da saúde, trabalhando de forma próxima com todas as IPSS, substituindo, em muitos casos, “trabalho e apoio que deveria ter disso prestado pelo Governo Central”.

No que concerne ao apoio prestado às famílias e aos cidadãos mais vulnerá-



veis, o edil informa que, por exemplo, devido ao ensino à distância o município adquiriu diversos equipamentos. A Autarquia também reforçou, do ponto de vista alimentar, os apoios que presta aos jovens no âmbito da Ação Social Escolar. “Sempre que os alunos estiveram com aulas a distância, confinados ou infetados optamos por fornecer-lhes apoio alimentar através da atribuição de cabazes, o que permitia o apoio não só à criança/jovem, mas a toda a família”.



Luís Antunes assegura que o setor privado e as empresas também não foram esquecidas e que foram muitas as medidas de apoio tomadas, quase sempre em articulação com a AESL – Associação Empresarial Serra da Lousã. Neste momento, por exemplo, o autarca revela que está em execução o Fundo de Apoio à Atividade Económica que servirá para apoiar diretamente as micro e pequenas empresas do concelho que sejam consideradas elegíveis. Para além disso, a Autarquia constituiu o Conselho Consultivo e Estratégico para a Recuperação da Pandemia (CCERP), que integra vários organismos e entidades públicas e privadas com o objetivo de definir medidas adequadas em várias áreas de atuação municipal. O autarca adverte ainda que foi lançada uma campanha de apelo e incentivo às compras no comércio tradicional, intitulada “Compre Cá – Cá compra, Cá fica!”.

Ainda na área empresarial, mais concretamente junto da restauração, o edil atesta que várias medidas foram levadas a cabo com o objetivo de apoiar o setor. Luís Antunes destaca a medida “Fique em casa, nós entregamos”, onde a Autarquia assumiu o custo do serviço de entregas, no sentido de ajudar os restaurantes.

No que diz respeito à campanha de vacinação, o autarca esclarece que o município está envolvido em todo o processo, sempre em estreita articulação com as entidades locais de saúde. O edil informa ainda que o centro de vacinação está instalado no parque de exposições, local dotado de todas as condições necessárias para o efeito. “O número de vacinas disponíveis é que não tem sido o desejado. Apesar disso, a expectativa é de que, até final de junho, uma boa parte da população possa estar vacinada”. De salientar que, para além da cedência das instalações, a Autarquia está a colaborar com as autoridades na realização dos contactos necessários para agendamento, em parceria com as juntas de freguesia e a Rede Social, estando ainda envolvida no transporte de todos aqueles que não dispõem das condições necessárias para o fazer. “No caso, por exemplo, dos acamados, realizamos um acordo com as corporações locais de bombeiros, para que estas procedam ao seu transporte. Basicamente o cidadão solicita o serviço e a Autarquia suporta o seu custo”, explica o autarca.



MUNICÍPIO DA LOUSÃ

mentos, substituição das caixilharias, reabilitação e adaptação de espaços, mobiliário, instalação num dos blocos de uma plataforma vertical para uso de pessoas com mobilidade condicionada, alteração de salas de aulas e de espaços de trabalho”, informa o edil.

“O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO COLETIVA DO PAÍS SERÁ UM DESÍGNIO EM TODAS AS AUTARQUIAS. ASSIM, TEMOS QUE PREPARAR A LOUSÃ PARA OBTER O MÁXIMO PROVEITO POSSÍVEL DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA QUE SERÁ IMPLEMENTADO NO NOSSO PAÍS”

MENSAGEM A TODOS OS MUNICÍPIOS

“A melhor mensagem que posso deixar é de esperança e de confiança, desde logo, com a convicção de que seremos capazes de ultrapassar todos os impactos negativos resultantes desta pandemia. Para além disso, acredito que, apesar desta nova realidade e de todas as condicionantes por si criadas, o concelho continuará a afirmar-se”.

INVESTIMENTOS IMPORTANTES

Fruto de muito trabalho, Luís Antunes salienta que o Executivo conseguiu concretizar de forma consubstanciada o projeto delineado em 2017, ainda que reconheça que muitas obras concretizadas ou entretanto iniciadas não aconteceram nos timings previstos. “devido a diversos fatores, nomeadamente a pandemia”. Apesar disso, a maioria das nossas obras já está na sua fase de conclusão. Estamos satisfeitos por todo o trabalho que conseguimos concretizar nestas circunstâncias”.

Ao nível das grandes obras atualmente a decorrer, o edil destaca a intervenção que está a ser realizada no Cine Teatro

da Lousã, obra que significa um investimento superior a dois milhões de euros. De acordo com o autarca esta intervenção teve em conta a análise das características estruturais e urbanísticas do edifício, da sua envolvente e da sua história e tem como objetivos principais a sua requalificação efetiva, dotando-o de condições adequadas à contemporaneidade e a novos usos. A empreitada contempla ainda a ampliação do espaço, através da construção de um novo edifício, “desenhando um conjunto expressivo, coerente, integrado e funcional”. Luís Antunes esclarece que esta intervenção se insere num plano alargado de investimentos na cultura, onde se incluem, entre outros, a abertura, em parceria com a Companhia Marimondo, do Museu do Circo, a remusealização do Museu Etnográfico Dr. Louzã Henriques e do Museu Prof. Álvaro Viana de Lemos e a preservação do Castelo da Lousã.

De acordo com o autarca, outra obra importante que está em fase de concurso e que avançará até ao final do ano é a modernização da Escola Secundária da Lousã, num investimento superior a três milhões de euros. “A modernização deste importante equipamento educativo contempla intervenções nos revesti-

FUTURO PROMISSOR

“Apesar das muitas obras realizadas, a verdade é que falta sempre muito mais para fazer. Destaco duas questões vitais para o desenvolvimento do concelho da Lousã: em primeiro lugar, a operacionalização do Sistema de Mobilidade do Mondego, mais conhecido como metrobus, projeto de suma importância para o concelho e que tem tido diversas vicissitudes. Atualmente, a obra está a decorrer a bom ritmo e julgo que estão reunidas as condições necessárias à sua conclusão. Em segundo lugar, o aumento da atratividade e da notoriedade do concelho, através do reforço dos níveis da qualidade de vida, da modernização e lançamento de projetos de cariz tecnológica, para além do fortalecimento do nosso desenvolvimento económico, com a recuperação da pandemia e a consolidação de todos os nossos agentes económicos”, assegura Luís Antunes que completa: “Claro que também não podemos esquecer a serra e a sua preservação enquanto ecossistema singular, potenciador do turismo natureza”.

O autarca mostra-se confiante no futuro, apesar de todas as dificuldades: “O processo de recuperação coletiva do País será um desígnio em todas as autarquias. Assim, temos que preparar a Lousã para obter o máximo proveito possível do Plano de Recuperação e Resiliência que será implementado no nosso País, ao mesmo tempo que nos preparamos para aproveitar, de forma plena, o novo quadro comunitário de apoio, sem esquecer o aproveitamento das verbas ainda por atribuir no âmbito do atual quadro”, conclui. ✦

MUNICÍPIO DE LEIRIA

“A PRIORIDADE FOI SALVAR VIDAS”

Gonçalo Lopes está à frente dos destinos do Município de Leiria desde agosto de 2019. Cerca de meio ano depois, o País e o Mundo mudam devido à atual pandemia e o autarca teve que demonstrar, mais uma vez, a sua capacidade de resistência e de resiliência perante as adversidades até porque “a prioridade foi a de salvar vidas” naquele que foi considerado pelos seus habitantes, num estudo realizado pela Deco, como o município do País que teve o melhor desempenho no combate à Covid.



► “O aparecimento da pandemia alterou por completo as nossas prioridades, uma vez que o nosso principal foco passou a ser dar resposta às necessidades da população, adotando uma política de grande proximidade com todas as entidades do setor da saúde”, reitera Gonçalo Lopes, presidente da Câmara Municipal de Leiria, que completa: “Tínhamos previsto apostar muito na área da cultura e na realização de algumas grandes obras que tivemos que relegar para segundo plano, uma vez que tivemos de redirecionar a nossas prioridades para o combate a esta pandemia. Além disso, agora, algumas das nossas opções poderão estar condicionadas por aquilo que será o mundo pós-pandemia, nomeadamente ao nível do desenho das cidades, do tipo de equipamentos coletivos que irão existir, uma vez que, involuntavelmente, os hábitos das populações mudaram”.

Apesar de todas as vicissitudes, o autarca garante que o município conseguiu manter o nível de execução de todos os

projetos detentores de financiamento comunitário, ainda que tenham sido necessários alguns ajustes no que concerne aos períodos de execução, “uma vez que ficou comprometido com a Covid. Assim, iniciámos projetos já com maturidade elevada, nomeadamente as obras no Mercado Municipal, no Castelo de Leiria e no circuito urbano e ribeirão da cidade, no conhecido circuito Polis. No fundo, o que acabamos por fazer foi substituir projetos que poderiam ficar em perigo por outros que já estavam em andamento e que não eram alvo de qualquer financiamento, fazendo com os fundos comunitários ficassem salvaguardados”.

O edil revela que, no que diz respeito ao mercado, a obra está a ser realizada com o objetivo de modernizar e recuperar aquele espaço, dotando-o de todas as condições necessárias para que os feirantes possam comercializar os seus produtos e que todos os leirienses possam ali fazer as suas compras em segurança.

Já no que diz respeito ao Castelo, este investimento “este investimento na área da cultura e do património cria condições para captar mais visitantes e turistas no futuro”, explica. O investimento, que ainda está em curso, é de cerca de seis milhões de euros e permite que o castelo tenha agora dois acessos mecânicos e um novo anfiteatro, entre várias outras valências.

As obras duraram três anos e a sua reabertura “será um trunfo da cidade para a retoma económica que teremos de abraçar nos próximos anos, depois desta pandemia”, em especial na área do turis-



Gonçalo Lopes

mo e cultura. A obra teve preocupações de valorização do património e de mudança de paradigma das visitas, com aposta nas acessibilidades, mas também “no conforto para vivenciar o espaço em termos culturais e artísticos”. Por fim, a requalificação do troço do percurso Polis, entre São Romão e o Jardim da Vala Real, permitiu a criação de um percurso com via pedonal e ciclável para quem quer “aproveitar a natureza e o ar livre em pleno centro da cidade”.

São 1 870 metros de um itinerário “mais seguro, confortável e inclusivo” com faixas específicas para cada modalidade: uma via para peões e outra para ciclistas.

O COMBATE À PANDEMIA

Olhando para trás, Gonçalo Lopes recorda que, com o apoio de uma equipa muito vasta, o município conseguiu, logo em abril do ano passado, quando começou o primeiro desconfinamento, colocar

cem mil máscaras e viseiras ao dispor da população, “o que fez com que tenhamos marcado, desde logo, a necessidade da proteção das pessoas no regresso ao trabalho. Este foi um primeiro passo decisivo na nossa luta contra a Covid.

O nosso segundo trunfo passou pela ligação próxima que temos com todas as estruturas de saúde com a colocação de áreas dedicadas ao atendimento de doentes, por exemplo.

Realizámos um trabalho de muita proximidade com o setor da saúde, o que se instituiu também como um fator de sucesso”.

Em terceiro lugar, o autarca considera que os números nunca foram muito penalizadores em Leiria porque, desde o primeiro momento, a Autarquia esteve atenta e vigilante em relação aos lares.

“Realizámos reuniões regulares e definimos, desde muito cedo, regras restritas de funcionamento, para além da entrega imediata de todo o tipo de equipamentos de proteção individual. Para nós este sempre foi o público alvo a proteger. Estas medidas fizeram com que o número de mortes tenha sido reduzido. Fomos muito mais preventivos, do que reativos e penso que esteve aí parte do nosso sucesso nesta luta”.

O edil afirma que também não podemos ignorar o importante papel da esmagadora maioria das pessoas que sempre adotaram uma atitude muito responsável e que logo perceberam qual era a filosofia e a forma de trabalho da Autarquia, “pelo que o seu apoio tem sido inequívoco na tomada das mais variadas decisões. É por isso que hoje, Leiria, é considerado pelos seus habitantes, num estudo realizado pela Deco, o município do País que teve o melhor desempenho no combate à Covid”.

Gonçalo Lopes reconhece que este sucesso implicou um elevado investimento realizado, superior a um milhão de euros, e que, em alguns casos, o município teve de sobrepor-se ao Estado Central.

“Desde março, já lançamos sete pacotes de medidas de apoio a instituições, empresas e cidadãos, apoios que evoluíram de acordo com as diferentes etapas, estando alguns mais vocacionados para o setor da saúde, outras para a área social ou para a promoção económica. Tivemos um programa de apoio às pequenas e micro empresas no valor total de quase um milhão de euros. Também criámos um Fundo de Emergência Social com o montante de 1,2 milhões de euros para



apoio direto a famílias e instituições, entre muitos outros. Com todas estas medidas claro que as nossas prioridades tinham de mudar. A principal prioridade passou a ser a de salvar vidas, ou seja, conter a propagação deste vírus como forma de protegermos as pessoas”.

Para o autarca, a pandemia também deixou muito claro que o desenvolvimento dos territórios só se faz tendo nas autarquias o seu principal aliado. “As autarquias têm que ser proactivas e resolver os problemas aos seus cidadãos. Não podemos estar à espera que o Ministério da Educação venha retirar os telhados de amianto das nossas escolas. Não podemos estar à espera que o Ministério da Saúde venha resolver os problemas que o concelho de Leiria tem nessa área. Se optarmos por esperar, a espera vai ser longa e quem vai sofrer são as populações. Cada vez mais, as autarquias têm que assumir um papel de referência na gestão dos territórios que em muito ultrapassa aquelas que são as suas competências. Assim, o processo de descentralização de competências é incontornável, os municípios têm apenas que estar preparados para receber estas novas aptidões com coragem, cuidado e determinação. Apesar de termos mais trabalho, se as verbas necessárias forem atribuídas, no final, o concelho estará mais desenvolvido e as populações melhor servidas”.

No que concerne à campanha de vacinação, o edil reitera que esta tem decorrido nos centros de saúde locais e no centro de vacinação criado pelo município no Estádio Municipal de Leiria – Dr. Magalhães Pessoa, “espaço que se tornou numa espécie de quartel general de com-

bate à Covid. Foram ali realizados testes e os camarotes seriam usados caso tivesse existido a necessidade de evacuar algum lar. Agora, enquanto centro de vacinação, a campanha decorre de forma normal dentro daquilo que é a gestão da escassez de vacinas disponíveis, sendo este um processo que gerou e que ainda continua a gerar muita ansiedade. Assim, estamos a criar as condições para que os profissionais e os utentes tenham as melhores condições de conforto e de segurança para esse momento tão importante para o seu futuro, sempre em articulação com o Ministério da Saúde”.

PROJETO DE VIDA: LEIRIA

Gonçalo Lopes será recandidato à presidência nas próximas eleições autárquicas e afirma que o faz a pensar nos jovens e num concelho “mais equilibrado, sustentável e harmonioso e mais atrativo para jovens qualificados e empresas de valor acrescentado. Temos que olhar para o concelho como um todo. Todas as freguesias têm as suas especificidades e um papel ativo nesta Leiria nova que deve ser encarada como um todo articulado e harmonioso. Não há cidade sem freguesias e não há freguesias sem cidade. Assim, pretendemos valorizar as nossas características endógenas e transformá-las em desenvolvimento da comunidade concelhia”, assegura.


Segundo o autarca, o seu projeto para os próximos quatro anos está assente em quatro grandes pilares: ambiente, economia sustentável, saúde e cultura. “Só protegendo o ambiente e apostando nunca economia sustentável podemos aspirar a ter um desenvolvimento económico equilibrado e solidário. Este conce-



lho, devido ao grande empreendedorismo económico existente, apresenta problemas ambientais que têm de ser resolvidos. As atividades económicas têm que se adaptar a esta nova era em que o meio ambiente tem de ser preservado. Isto faz com que o concelho necessite de uma nova economia, assente naquelas que são as profissões do futuro, até para que consigamos atrair os mais jovens.

Para além disso, só com uma ampla resposta na saúde e uma sólida base cultural podemos cimentar o futuro.

Também temos que assegurar a proteção das pessoas e lançar fortes raízes para as novas gerações numa tentativa de conquistarmos mais habitantes e incrementarmos a taxa demográfica, um desafio a que não temos dado a devida importância.

Por fim, temos de criar condições para reabilitar o património, apostar mais no turismo e impulsionar o setor da cultura, numa base regional, através da candidatura de Leiria a Capital Europeia da Cultura em 2027”, destaca o edil, para quem as ambições políticas se resumem a servir Leiria e os leirienses. “Este é o projeto da minha vida, é o projeto que se chama Leiria”, conclui. 

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“Deixo uma mensagem de confiança em relação ao futuro e de esperança em como seremos capazes de ultrapassar os momentos difíceis que atualmente vivemos.

Além disso, devemos assumir Leiria e a região como um território com características extraordinárias para ultrapassar todas as dificuldades e para se afirmar como uma região de excelência para captar, não só empresas, mas, sobretudo, populações porque este é um concelho notável para se viver”.

MUNICÍPIO DE PROENÇA-A-NOVA

OBJETIVO: ATRAIR PESSOAS E FIXAR POPULAÇÃO

Apesar de todas as vicissitudes que marcaram o atual mandato, João Lobo, presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova não tem dúvidas, o objetivo principal continua a ser atrair pessoas para o concelho e fixar a população. Com uma aposta clara na atratividade de Proença-a-Nova e na captação de investimento, o autarca mostra esperança e confiança renovadas de que os proencenses têm resistência e resiliência para construir o amanhã.



► Em jeito de balanço, João Lobo, presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, afirma que a atual pandemia afetou aquele que é o regular funcionamento das instituições, nomeadamente no desenvolvimento de vários projetos que sofreram atrasos substanciais ao nível da execução. Apesar disso, o autarca garante que, tendo em conta o programa que os proencenses sufragaram em 2017, o Executivo conseguiu concluir cerca de 90% das propostas apresentadas. “Também não podemos esquecer que esta é uma estratégia que está a ser implementada desde 2005 e à qual eu dei continuidade. Assim, desde então, apostámos no incremento da atratividade do concelho do ponto de vista do investimento empresarial, nomeadamente através da construção de áreas empresariais e industriais novas, uma vez que, em 2005, a Zona Industrial de Proença-a-Nova estava completamente lotada”, esclarece o presidente.

Neste contexto, João Lobo destaca a criação do PEPA – Parque Empresarial de Proença-a-Nova, estrategicamente localizado e que recuperou e reconvertiu a antiga fábrica da Sotima, num total de 24 mil metros quadrados. “Esta foi uma aposta ganha, tanto que o PEPA vai entrar, ainda este ano, numa segunda fase de expansão, aumentando a sua oferta em mais 35 lotes, uma vez que a sua capacidade atual também já está esgotada mercê a ocupação de empresas que conseguimos atrair”. Esta obra encontra-se já em fase de adjudicação, prevendo-se um investimento de 1.6 milhões de euros.

O autarca advoga que o município também vai avançar com a requalificação da antiga serração Daniel Lourenço, reconvertendo aquele espaço no novo Parque de Acolhimento Empresarial do Vale Porco, que irá funcionar de acordo com uma filosofia de *coworking*, numa parceria entre instituições de ensino superior e empresas. Desta forma, “as instituições serão capazes de satisfazer de forma mais profícua as necessidades diretas das empresas no que concerne à mão de obra”, assevera João Lobo. Este é um investimento projetado de 1.3 milhões de euros e tem como objetivo acolher empresas com características distintas, com espaços indoor de diversas dimensões, incluindo uma área para trabalho partilhado. “Este investimento vai-nos permitir ampliar a nossa oferta para empresas que procurem expandir as suas instalações ou que pretendam instalar-se no concelho. Queremos apresentar



João Lobo

“QUEREMOS APRESENTAR UMA NOVA SOLUÇÃO A PROJETOS DE INVESTIMENTO QUE CONTRIBUAM PARA O NOSSO OBJETIVO DE ATRAIR PESSOAS E FIXAR A POPULAÇÃO”

uma nova solução a projetos de investimento que contribuam para o nosso objetivo de atrair pessoas e fixar a população. As empresas são fundamentais para que possamos gerar riqueza e, com isso, criar emprego. É por isso que o papel dos municípios é tão importante. Funcionamos como alavanca desta realidade”, explica o autarca que acrescenta que, em 2022, a Zona Industrial de Proença-a-Nova também será intervencionada no sentido de “requalificarmos o espaço, projeto que as empresas ansiavam”. Para além da aposta na atratividade do concelho, “que já está consolidada de forma assertiva no terreno”, João Lobo revela que o município também quer continuar a captar talento. “O facto de termos localizada no concelho uma empresa como a OutSystems é uma mais valia. Com a sua presença já conseguimos atrair outras empresas do setor das novas tecnologias. Reconheço, contudo,

que a pandemia reconfigurou as necessidades destas empresas devido ao regime de teletrabalho, o que faz com que estejamos na atualidade a analisar com estas empresas de que forma conseguimos capitalizar o talento, tendo em conta esta nova realidade”.

De acordo com o autarca, estes investimentos são importantes até porque Proença-a-Nova é o único município do País que está a desenvolver um projeto inovador de reconversão de áreas florestais em áreas agrícolas. “Os proprietários de terrenos na faixa dos cem metros em redor das aldeias podem solicitar à Autarquia a georreferenciação dos terrenos onde serão plantadas espécies agrícolas que oferecemos. Importante referir que a mobilização dos terrenos também fica ao encargo da Autarquia. Os proprietários terão apenas que manter essas espécies durante cinco anos. Outra possibilidade que oferecemos é a dos proprietários

apostarem no cultivo de produtos biológicos. Fazemos a sua certificação, damos formação e ainda procedemos à expedição dos produtos. Desta forma, ao mesmo tempo que rentabilizamos a propriedade, promovemos a gestão eficaz e segura da área de proteção do aglomerado populacional. Esta medida faz com que a limpeza dos terrenos não seja apenas um encargo suplementar para os proprietários”. Este projeto já foi implementado com sucesso em duas aldeias do concelho e será aplicado em mais três.

UM CONCELHO SOLIDÁRIO

“Desde março do ano passado, quando fomos confrontados com o primeiro confinamento iniciámos, desde logo, um processo de apoio, com as mais diversas medidas direcionadas para os setores da restauração, hotelaria e turismo, outras empresas e instituições concelhias e população em geral. Em muitas situações acabámos mesmo por substituir o Estado Central. A verdade é que os municípios foram peças essenciais no combate a esta pandemia, evitando o colapso, uma vez que garantiram que as diversas estruturas continuassem a funcionar, em virtude da relação de proximidade que têm com toda a população. Esta foi uma prova inequívoca de que o municipalismo é essencial”, garante o autarca que esclarece que, no que concerne ao apoio prestado às instituições particulares de solidariedade social e aos bombeiros, a primeira prioridade foi a entrega de todo o tipo de equipamentos de proteção individual, “por forma a que as pessoas pudessem trabalhar em segurança”.

Para além disso, através da Rede Solidária, o município disponibilizou a Unidade Móvel de Saúde (UMS) que prestou apoio na realização de testes, realizou acompanhamentos telefónicos e rastreios de saúde, participou na entrega de medicamentos e bens essenciais à população e ainda serviu de veículo de informação e sensibilização para todos os munícipes. “Este foi um equipamento diferenciador e disponível para, em articulação com a autoridade de saúde, estabelecer novas parcerias. Era necessário assegurar que as pessoas ficavam em casa, em segurança, a cumprir o seu dever de confinamento porque tinham as suas necessidades básicas satisfeitas, mesmo quando não tinham qualquer rede de apoio familiar”, afirma João Lobo. No que concerne às empresas que tive-



MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“A melhor e maior marca que podemos deixar são as mudanças positivas que conseguimos introduzir na vida das pessoas. Logo, a melhor mensagem que posso deixar é de esperança e confiança renovadas de que os proencenses têm no seu DNA resistência e resiliência capazes de fazer a diferença em territórios muito difíceis, sempre com a produção de riqueza. Foram eles que iniciaram a construção do concelho e somos nós, os proencenses de hoje, que fazemos acontecer Proença-a-Nova todos os dias”.

ram que encerrar a sua atividade durante longos períodos de tempo, o autarca declara que o município entregou apoios num valor superior a 70 mil euros, no âmbito Programa Municipal de Apoio à Recuperação Económica, pensado para empresas que tenham registado quebras de faturação iguais ou superiores a 15% quando comparado com o mesmo período de 2019. Este apoio financeiro não reembolsável oscilou entre os 1.600 e os 2000 euros. “Quisemos, desta forma, assegurar os postos de trabalho, contribuindo para que as pessoas pudessem continuar a laborar”, completa. O autarca sublinha ainda que estão a decorrer candidaturas para empresas que pretendam investir na remodelação de esplanadas, compra de aquecedores, guarda-sóis e guarda-ventos até ao limite de 750 euros. “Temos que apoiar a reabertura e dar aos nossos empresários as condições para que recebam com todo o

conforto e segurança todos aqueles que nos visitem durante a época estival”. João Lobo enaltece o esforço e dedicação de todos aqueles que trabalharam e trabalham na linha da frente, nomeadamente profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e assistentes operacionais), bombeiros, forças de segurança, assistentes sociais e demais técnicos envolvidos na área social, agentes educativos e todos os funcionários da Autarquia. “Sem eles, esta luta teria sido muito mais complicada e hoje não poderíamos estar a trabalhar no futuro. Este é um reconhecimento que tem que ser feito”. Quanto à campanha de vacinação o autarca garante que esta decorre de forma muito positiva, sendo que estão já vacinados, pelo menos com uma dose, os munícipes mais velhos. Para além disso, o município já avançou com a vacinação de todos os agentes educativos e das pessoas com mais de 50 anos com patologias associadas. “Estamos sempre dependentes da quantidade de vacinas disponíveis, uma vez que as condições para uma vacinação em massa existem”.


DE PESSOAS PARA PESSOAS

Quanto ao futuro, João Lobo revela que o trabalho do Executivo estará sempre assente em três linhas fundamentais: a governação de pessoas para pessoas, o desenvolvimento empresarial e económico do concelho e a educação, “ pilar que sempre presidiu às nossas prioridades mas que agora, mais do que nunca, tem que ser diferenciador, seja no acompanhamento que fazemos das crianças e jovens desde o pré-escolar até ao ensino secundário, seja na intenção que temos de desenvolver no

concelho um polo de conhecimento de nível superior.

Para além disso, no que diz respeito à economia social e à ajuda que o município tem prestado à Misericórdia, o autarca assevera que a Autarquia vai apostar numa nova resposta à problemática da demência. Assim, em parceria com outras instituições, como a Santa Casa da Misericórdia do Porto, “iremos disponibilizar um equipamento que, para além da transmissão de conhecimento, irá proporcionar a deslocação de equipas multidisciplinares para apoio domiciliário, por forma a permitir que as pessoas que ainda têm essa possibilidade se mantenham em casa, dispensando a institucionalização. Os idosos, desta forma, não precisam de abandonar as suas casas e podem continuar junto dos seus pertences e no ambiente que lhes é familiar. Esta é uma solução mais económica, sendo que também está provado cientificamente que, para as pessoas em pré-demência, este estímulo, num ambiente que lhe é familiar e nos seus afazeres do seu dia a dia, apresenta resultados muito positivos”.

O autarca salienta ainda a ampliação do Centro Ciência Viva da Floresta que já acolhe o projeto BioAromas – Laboratório de Integração e Inovação Social que se apresenta como uma alternativa à tradicional institucionalização de jovens e adultos com diferentes níveis de deficiência. “O mais importante é que promovemos a inclusão social de jovens através da ciência, que aqui se apresenta como o veículo principal dessa integração”. Este projeto já valeu ao município a distinção de Autarquia do Ano, atribuída pelo Lisbon Awards Group, na categoria de Ação Social – Combate à Exclusão Social.

No que diz respeito ao turismo, João Lobo destaca a intervenção que será realizada na Serra das Talhadas, num investimento total de 600 mil euros, “que vai valorizar a nossa oferta ao nível do turismo natureza e o nosso património natural, tirando partido de coisas únicas e diferenciadoras que existem no nosso território”, conclui. Está incluída no projeto a construção de uma torre de observação da autoria do arquiteto Álvaro Siza Vieira. Está igualmente em fase de conclusão a requalificação da Praia Fluvial da Aldeia Ruiva, estando o concelho preparado para acolher, em segurança, quem privilegia o turismo de natureza. 

MUNICÍPIO DE TONDELA

“EM PRIMEIRO LUGAR AS PESSOAS”

Em entrevista ao Empresas +®, José António Jesus, presidente da Câmara Municipal de Tondela, faz o balanço de três anos e meio desafiante à frente desta Autarquia do distrito de Viseu. Apesar do contexto negativo, o autarca anuncia investimentos privados no concelho, no valor de 95 milhões de euros, em particular na área de engenharia, biotecnologia, energias renováveis e setor automóvel, que irão criar cerca de 500 postos de trabalho e, conseqüentemente, fixar pessoas. Em Tondela, “as pessoas estão em primeiro lugar”.



► Antes do aparecimento da Covid, José António Jesus, presidente da Câmara Municipal de Tondela, lembra que o concelho enfrentou outro acontecimento igualmente crítico e penalizador que alterou as prioridades definidas. “Poucos dias depois das Eleições Autárquicas, a região foi fortemente atingida por um grande incêndio. Foi em Tondela que mais casas de primeira ou de segunda habitação ficaram destruídas ou de alguma forma foram atingidas. Um número significativo de empresas também foi atingido. Assim, perante esta calamidade, a nossa prioridade foi focada no restabelecer da esperança das pessoas. Muitas famílias ficaram sem as suas casas, muitas indústrias e pequenas empresas tiveram que ser reconstruídas, pelo que foi necessário muito trabalho de apoio na resolução de problemas que hoje nos podem parecer ínfimos, mas que, naqueles dias e meses, tinham uma dimensão incomparável porque estava em causa a vida das pessoas e essa foi a nossa maior preocupação. Este foi um acontecimento que alterou por completo a ordem das prioridades, assim como o plano de ação que tínhamos perspectivado, obrigando-nos a redefinir a nossa estratégia”.

O autarca recorda que, ao mesmo tempo que a Autarquia prestava todo o apoio às pessoas, o executivo não deixou de ter em

consideração a potenciação da atividade económica e de investimento no concelho. “Apesar de difícil e desafiador, conseguimos equilibrar estas duas vertentes. Contudo, reconhecemos que, em virtude de toda esta situação, o investimento noutros projetos e em algumas obras acabou adiado, não por falta de recursos financeiros, mas porque as limitações humanas a isso nos obrigaram. Ainda assim, hoje em dia, olhando para trás, voltaria a fazer o mesmo, voltaria a fazer a mesma escolha, voltaria a escolher ficar ao lado das pessoas naquele momento tão complicado das suas vidas, respondendo àquela emergência social. Em primeiro lugar têm que estar sempre as pessoas e o seu bem-estar”.

O edil advoga que, quando o concelho estava a recuperar e a preparar-se para voltar ao normal, é confrontado com uma pandemia “que veio alterar as prioridades da nossa sociedade, a sua organização, a forma como trabalhamos. Com seriedade, todos os nossos concidadãos facilmente reconhecem que este foi um dos mandatos mais atípicos, ainda que também reconheçam que, apesar das dificuldades, continuamos a transmitir confiança, tudo para que o investimento continue a decorrer”.

O APARECIMENTO DA COVID

“Hoje parecem-nos já muito vulgares os meios que temos ao nosso dispor em termos de equipamentos de proteção individual, contudo, há um ano, o País discutia o preço das máscaras. Um produto tão vulgarizado neste momento era escasso em março de 2020, pelo que fomos os responsáveis pela sua distribuição numa

primeira fase, uma vez que as pessoas não tinham acesso a eles. Para além dos equipamentos, também apoiámos as instituições particulares de solidariedade social [IPSS] no acesso a testes, porque quisemos dar conforto e segurança aos seus utentes. As IPSS tiveram custos acrescidos com o combate a esta pandemia e as suas conseqüências já se fazem sentir ao nível da tesouraria, motivo pelo qual as iremos ajudar financeiramente. Apoiámos ainda as nossas equipas de bombeiros e forças de segurança”, explica José António Jesus que assevera que a Autarquia também não esqueceu o setor do comércio e serviços, onde foi pioneira no lançamento de um apoio até 50% do valor da renda a todas as microempresas, até um teto de 200€ por estabelecimento.

O autarca esclarece que também foi necessário apetrechar as escolas com meios adaptados para que o ensino à distância se pudesse desenvolver. “Queremos gerar confiança no território e proporcionar, acima de tudo, o conforto possível a todas as pessoas. Já basta toda esta situação de pandemia e de saúde pública, pelo que temos que continuar a assegurar às pessoas que, no domínio económico, não irão faltar os recursos financeiros para que possam fazer face a todos os desafios”.

Quanto à campanha de vacinação, o edil afirma que esta está a decorrer dentro do normal, tendo em conta o número de vacinas disponível. O centro de vacinação está a funcionar em instalações disponibilizadas pelo município, sendo que a Autarquia disponibilizou ainda equipas de trabalho para a receção das pessoas, o secretariado ou a higienização do espaço,



José António Jesus

entre outros. “O problema não é a falta de meios físicos ou humanos, uma vez que esses estão completamente assegurados. Todos os profissionais de saúde estão a ter um desempenho excepcional. Precisamos apenas que as vacinas cheguem ao nosso concelho em quantidade adequada para que o plano possa acelerar. As restantes premissas, independentemente do seu custo, nomeadamente, ao nível das estruturas ou capacidade operacional, estamos completamente disponíveis para cooperar com as entidades competentes para que nada falte e para que tenhamos, o mais rápido quanto possível, assegurada a imunidade comunitária, fator determinante para a saúde pública e financeira do nosso país”.

INVESTIMENTO E EMPREGO

José António Jesus revela que estão previstos, para este ano, 12 grandes investimentos privados que serão realizados no concelho, no valor de 95 milhões de euros e que irão criar cerca de 500 postos de trabalho, em particular na área de engenharia e biotecnologia. “Em alguns casos falamos de novos investimentos, outros em ampliações de empresas que já estão sediadas em Tondela”. O autarca destacou que estes investimentos terão lugar no setor dos produtos alimentares, agrícola e florestal, de acessibilidades ro-

doviárias, abate e comercialização de aves e outros animais, transformação de produtos de pesca, construção, energias renováveis, reciclagens e farmacêutica. O edil defende que este plano de investimentos, aumenta a diversificação das áreas de atividade económica, continuando a fortificar clusters estruturais e que resultam numa maior produtividade e num maior volume de faturação. “São estes investimentos que conferem garantias de futuro, ainda mais quando acontecem numa época de pandemia, com inevitáveis consequências na economia do País e do mundo. Esta é ainda uma prova de resiliência, fomentando uma esperança inquebrável no nosso futuro, que nos leva a enaltecer a forte dimensão empreendedora destes empresários”.

José António Jesus é perentório: “Queremos potenciar a criação de emprego até porque essa medida implicará a fixação das pessoas no concelho, até porque falamos de emprego sólido, qualificado e estruturado, o que confere outra segurança às pessoas. Claro que o aumento da nossa população nos traz depois outros desafios aos quais temos que estar atentos como, por exemplo, a mobilidade ou o desafio da habitação a preços justos. Contudo estes são problemas resultantes do crescimento, algo que sem emprego nunca iria acontecer”.

O autarca revela que estes investimentos surgem porque a grande prioridade deste mandato foi a expansão e capacitação das duas zonas industriais existentes no concelho. “Tomamos estes projetos como determinantes e prioritários, até porque funcionam como alavanca de desenvolvimento”. Assim, depois de investidos dois milhões de euros na expansão da Zona Industrial Municipal (ZIM) do Lajedo, a Autarquia avançou com a construção de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). Esta ZIM vai ainda ser dotada de uma nova ligação num total de cinco quilómetros que permitirá diminuir em dez minutos a circulação de cada viagem, além de contribuir para a segurança rodoviária. Por sua vez, na ZIM da Adiça/Tondela o município vai investir mais de 3.5 milhões de euros na sua expansão, requalificação e resiliência, regenerando-a dos impactos que sofreu no grande incêndio de 2017, seguindo-se a expansão em mais 20 hectares. “Neste ciclo de expansão das ZIM já adquirimos perto de 40 hectares de terrenos, sendo o investimento superior a um milhão de euros. Temos que criar novos lotes em virtu-

de da procura que tem existido e do investimento que temos captado”.

De acordo com o edil, outra grande obra atualmente em curso é a construção do Centro Tecnológico e de Empreendedorismo, iniciativa que tem como objetivo “fomentar a inovação tecnológica e o empreendedorismo no território, promovendo a ligação entre as instituições do sistema de investigação e inovação, o tecido empresarial tondelense e toda a comunidade local, numa lógica de corresponsabilização comum. No fundo queremos captar talentos, ou seja, em articulação com a Universidade de Coimbra, mais concretamente com a Faculdade de Ciências e Tecnologia, queremos que os estudantes de mestrado e doutoramento possam desenvolver aqui as suas teses, em estreita articulação com o setor empresarial, sobretudo na área automóvel”.

O Centro Tecnológico e de Empreendedorismo de Tondela, situado nas antigas instalações da adega da Federação dos Vinicultores do Dão, contará com um edifício principal de três pisos, com uma cafetaria e com cinco unidades para alojamento temporário de investigadores. Neste edifício, o Centro estará preparado para receber não só empreendedores com novas ideias de negócio, mas também projetos inovadores de empresas já estabelecidas no mercado.

Ao nível das obras atualmente em andamento, José António Jesus também destaca a recuperação da frente ribeirinha do Rio Dinha, investimento na ordem de 1.2 milhões de euros, projeto estratégico inserido no Plano de Ação de Regeneração Urbana – PEDU 2020. De acordo com o autarca, esta obra visa a requalificação ambiental e paisagística do ecossistema ribeirinho do Rio Dinha, através da reposição das condições naturais e de conser-

vação da natureza e biodiversidade, assegurando a sua estabilidade biofísica, bem como a requalificação do corredor ripícola do Rio Dinha como eixo de atração recreativa, através da criação de condições que permitam a vivência lúdica do rio e da área envolvente. O objetivo passa também “aproximar o centro da cidade de Tondela e a zona ribeirinha, através da criação de uma rede de mobilidade pedonal e ciclável, sendo feita a ligação à Ecopista do Dão com uma ponte pedonal sobre o rio”.

O edil sublinha ainda que a Autarquia está focada na potenciação do turismo no Caramulo, pelo que adquiriu recentemente a sala de cinema do antigo grande sanatório, onde se irá instalar um novo centro de congressos e exposições. “Temos ainda pensada a criação do novo Museu do Brinquedo, além de muitos outros projetos que pretendemos implementar. No fundo, esperamos realizar uma ação concertada de qualificação do território, de aposta na formação das pessoas e na valorização de infraestruturas”.

PROJETOS MOBILIZADORES


Quanto ao futuro, José António Jesus está convicto de que deve ser levado a cabo um conjunto de projetos mobilizadores que “já podiam estar no terreno, se este não tivesse sido um mandato tão atípico. Além da já mencionada estratégia de ampliação dos parques industriais e da acessibilidade e conectividade a estes espaços, temos que apostar em projetos estruturantes na área do desenvolvimento social e na criação de mais e melhor oferta ao nível habitacional. Neste sentido, já definimos a Estratégia Local de Habitação [ELH], que tem por base um diagnóstico dos problemas e necessidades no acesso à habitação, das dinâmicas de transfor-



mação física e socioeconómica dos territórios, definindo as metas e objetivos a atingir e especificando as soluções habitacionais que devem ser desenvolvidas. Neste âmbito queremos promover o 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada”.

O autarca aponta que o município também está envolvido na AINTAR – Associação de Intermunicipal de Águas Residuais, projeto de tratamento e gestão de águas residuais, estando reunidas as condições para a obtenção de financiamento para a Novo Sistema Norte do concelho de Tondela e para a requalificação da ETAR de Tondela Sul/Molelos. O município está a investir ainda na conclusão do sistema de água e saneamento do Caramulo, alargando a execução de redes a alguns aglomerados populacionais.

Por fim, o edil também não esquece o processo de transferência de competências para os municípios, sobretudo nos setores social, saúde e educação “que se configuram como um importante desafio para todas as autarquias, já que implicam um grande esforço de conhecimento e de articulação que agora será exigido aos municípios”.

Apesar de todos os desafios, José António Jesus mostra-se confiante no futuro: “Queremos, com todos, construir um concelho inclusivo, de fortes oportunidades de sucesso, de desenvolvimento, de trabalho, de qualificação, a par das respostas sociais, educativas e do potenciamento da fruição da cidade. No fundo queremos dar qualidade de vida às pessoas. Por isso, designamos este concelho como uma região de bem-estar coletivo que queremos construir com as pessoas e para as pessoas”. 



MUNICÍPIO DA MURTOSA

MANDATO DESAFIANTE NO CORAÇÃO DA RIA DE AVEIRO

Com um percurso autárquico de vinte e três anos, dez dos quais na qualidade de Presidente da Câmara da Murtosa, Joaquim Baptista revela que este foi um mandato particularmente desafiante, em virtude do projeto político que o seu executivo preconizou para o território e dos condicionalismos à sua concretização, decorrentes da pandemia de COVID-19.



► Apesar do conhecimento profundo dos dossiês, da experiência acumulada e dos muitos projetos que ajudou a materializar no território ao longo de mais de duas décadas, o autarca confidenciou que continua a sentir a energia e a motivação para continuar a colocar o Município da Murtosa na senda do progresso e do desenvolvimento sustentável.

Na entrevista, o edil apontou como desafios futuros, entre outros, a necessidade de reordenamento urbanístico das centralidades, adaptando-as aos novos paradigmas de mobilidade e ocupação do território, dotando-as de características que potenciem a atratividade natural do concelho; a desejada e necessária expansão do perímetro industrial que possibilitará o acolhimento de novas empresas; a concretização da há muito desejada ligação viária direta aos nós da A29 e A1; a continuidade do esforço de valorização ambiental e económica da Ria de Aveiro, enquanto pilar identitário da região; e a aposta na edu-

cação, que integre, para além da componente académica, as dimensões artística, desportiva e cívica.

REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA

“Temos que dar o exemplo no que concerne ao nosso património edificado e à sua conservação. Se queremos que os privados invistam temos também que o fazer. Assim, estabelecemos como primeira prioridade reabilitar ao invés de construir, pelo que apostamos na reabilitação de edifícios que outrora foram relevantes e que, com a nossa intervenção, voltarão a sê-lo”.

O autarca refere como exemplos desta política municipal, as obras em curso no Centro Recreativo Murtoense, em Pardelhas, e na Assembleia Theatro da Torreira, que se juntarão às requalificações, levadas a cabo nos últimos anos, do Arquivo Municipal, Oficina de Artes, Casa das Gerações e COMUR-Museu Municipal, que têm como característica comum o facto de se tratarem de reabilitações de património histórico municipal, aos quais foram conferidos novos programas funcionais.

“Procuramos conservar e potenciar os espaços identitários e, ao mesmo tempo, criar as condições necessárias em termos infraestruturais, que capacitem o Município para fazer face às necessidades de futuro, em particular no que diz respeito à reorganização dos aglomerados urbanos, com a implementação de vias estruturantes de comunicação, que esperamos virem a induzir o investimento privado”. Neste contexto, Joaquim Baptista aponta a reformula-



Joaquim Baptista

“TEMOS QUE DAR O EXEMPLO NO QUE CONCERNE AO NOSSO PATRIMÓNIO EDIFICADO E À SUA CONSERVAÇÃO. SE QUEREMOS QUE OS PRIVADOS INVISTAM TEMOS TAMBÉM QUE O FAZER”

ção profunda do paradigma de mobilidade no centro do concelho como um dos principais projetos a implementar. “Uma verdadeira revolução urbanística que começamos já a preparar, adquirindo, no presente, um conjunto de propriedades que, no futuro, possibilitarão a materialização de novos eixos viários e modelos de ocupação do território”.

EXPANSÃO DO PERÍMETRO INDUSTRIAL E LIGAÇÃO À A29 E A1

A expansão do perímetro industrial e a há muito desejada variante de ligação aos nós da A29 e A1, que o autarca considera fundamentais para o desenvolvimento do concelho, têm conhecido, aos longo dos anos, contingências e constrangimentos administrativos que têm obstado à sua concretização.

Joaquim Baptista confidenciou que “era expectável que, no final do presente mandato, já estivesse consumado todo o processo do ponto de vista administrativo, a que se seguiria, naturalmente, todo o processo de materialização propriamente dita, o que, infelizmente, ainda não conseguimos fazer. Esta impossibilidade é altamente penalizadora, uma vez que, neste momento, não temos um único metro quadrado disponível. O nosso parque industrial está completamente lotado. Conseguimos o mais difícil, que é ter a procura e depois, devido a toda esta situação, não conseguimos responder da melhor forma a essas solicitações. Este investimento é vital para a economia local e para a criação de emprego. Queremos potenciar o aparecimento e fixação de novas empresas, até porque

esta expansão irá alavancar a nossa ligação à A29 e à A1, solução fulcral para a melhoria das acessibilidades ao Concelho. O caminho está a ser feito, até porque não mudaram aquelas que eram as nossas prioridades e estratégias, porém, este, entre outros projetos, não se concretizou nos timings esperados, ainda que por razões alheias a esta Autarquia”.

A RIA DE AVEIRO PILAR IDENTITÁRIO DA REGIÃO

A Murtosa encontra-se situada no coração da Ria de Aveiro e para o autarca esta ligação ancestral e “simbiótica” com a laguna é um dos principais ativos diferenciadores e identitários do território.

“A região tem na Ria de Aveiro o seu elo primordial de ligação. A corroborar esta ideia, vejam-se os exemplos da Grande Rota da Ria de Aveiro, dos Produtos Turísticos Integrados e da intenção de candidatar o barco moliceiro a património mundial da UNESCO, projetos que têm mobilizado os 11 municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro”.

“Privilegiamos a visão regional dos projetos, que, desta forma, ganham maior escala e visibilidade. Exemplo disso é a concretização da ciclovia ao longo do corredor da EN327, ligando o Carregal a São Jacinto, que atravessará os concelhos de Ovar, Murtosa e Aveiro, mostrando que a mobilidade ciclável, para além de ser uma das imagens de marca do concelho, é já um verdadeiro desígnio de toda a Região de Aveiro.”

No capítulo do turismo, Joaquim Baptista realça a criação da Estação Náutica da Murtosa, que congregando mais de três dezenas de parceiros, entre instituições e agentes económicos, visa materializar a intenção da autarquia em assumir a Ria de Aveiro, e em específico o concelho da Murtosa como um destino náutico de excelência, destacando ainda, entre outras ações previstas e em curso, a construção da nova Marina de Recreio da Torreira “projeto de grande relevância e que se assumirá como infraestrutura âncora para a promoção do Concelho, enquanto destino privilegiado de turismo náutico”, orçada em mais de um milhão de euros, alavancará a atividade de recreio, com capacidade para ancorar cerca de 150 embarcações de recreio, dos 4 aos 12 metros.

A reabilitação e valorização do ecossistema Ria é de vital importância para toda a região. Sobre esta temática, Joa-



“NO QUE DIZ RESPEITO À FORMAÇÃO DESPORTIVA, O MUNICÍPIO FINANCIA, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE APOIO ÀS COLETIVIDADES (PAC), AS ASSOCIAÇÕES QUE POSSUEM ESCALÕES DE FORMAÇÃO, ASSUMINDO, INTEGRALMENTE, UM LEQUE DE DESPESAS, QUE VÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, AOS CUSTOS COM INSCRIÇÕES E SEGUROS”

quim Baptista alerta que “há muito por fazer”, uma vez que, o programa Polis Litoral idealizado para toda a orla costeira portuguesa está a terminar.”

“Assim, espero que o Governo Central esteja sensibilizado para esta problemática e que crie as soluções necessárias para a viabilização de verbas para um Polis 2. Sabemos que somos dos principais interessados na requalificação da ria, contudo, quando a tutela colabora com as autarquias, conseguimos realizar uma gestão corrente de proximidade e verdadeiramente diferenciadora na vida das populações”, defende.

A EDUCAÇÃO, NAS SUAS VARIADAS DIMENSÕES

A educação, é, para Joaquim Baptista, uma aposta fundamental da Autarquia, nas suas vertentes material e imaterial, pois constitui o garante da qualificação das futuras gerações. “Encontram-se em curso duas obras de ampliação, que transformarão as escolas do Monte e de S. Silvestre em centros escolares, dotando-as dos mais modernos recursos pedagógicos, num investimento superior a dois milhões de euros”, referiu o edil, lembrando que, com estas intervenções, todo o concelho ficará coberto




com infraestruturas escolares modernas, capazes de responder às necessidades atuais e futuras, do pré-escolar ao ensino secundário.

Na componente imaterial, o Presidente da Câmara Municipal aponta a estratégia, assumida pela autarquia, de proporcionar a todas as crianças do concelho acesso à formação desportiva e artística, de forma complementar à formação académica.

“No que diz respeito à formação desportiva, o Município financia, através do Programa de Apoio às Coletividades (PAC), as associações que possuem escalões de formação, assumindo, integralmente, um leque de despesas, que vão dos equipamentos desportivos, aos custos com inscrições e seguros”, afirmou o autarca, realçando que, relativamente à formação artística, o município está a materializar uma rede polinucleada e multidisciplinar, alicerçada, fisicamente, num conjunto de imóveis identitários que, paulatinamente, tem vindo a recuperar, potenciando a sua vocação formativa, em função das suas características e do seu histórico.

“Na Oficina de Artes, que resultou da reabilitação da antiga Escola Primária Pardelhas-Monte, estão já a funcionar aulas de música e de pintura. Seguir-se-á o Centro Recreativo Murtoense que, após o terminus das obras em curso, albergará a Oficina de Dança e Artes Criativas. Em breve, recuperaremos o Cine-Teatro da Murtosa, dotando-o de condições de excelência para o ensino do teatro”, disse Joaquim Baptista.

“Queremos afirmar positivamente a Murtosa como um concelho que é, simultaneamente, atrativo para quem o visita e para quem nele vive, um território sustentável, amigo das pessoas, que alia a modernidade e o respeito pela identidade ancestral”, concluiu Joaquim Baptista. 

MUNICÍPIO DE RESENDE

MISSÃO: MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS MUNICÍPIES

A cumprir o segundo mandato como presidente da Câmara Municipal de Resende e a apresentar-se como candidato nas próximas eleições autárquicas, Manuel Garcez Trindade, garante que estes foram quatro anos de muito trabalho, exigentes e de grandes desafios, sobretudo devido à atual pandemia que assola o mundo. Apesar disso, o autarca não esmorece e reitera que a sua missão é melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes. “As pessoas têm que querer ficar aqui e construir a sua vida e família. Quem já foi embora, deve perceber que já pode voltar”.



► Olhando para trás, Manuel Garcez Trindade, presidente da Câmara Municipal de Resende, garante estar de consciência tranquila pelo trabalho realizado ao longo de dois mandatos à frente dos destinos desta Autarquia duriense. “Sei que cumpro com as promessas que fiz aos resendenses. As pessoas valorizam muito a qualidade de vida que uma autarquia lhes oferece e julgo que Resende evoluiu muito nessa área no decorrer dos últimos oito anos, nomeadamente, ao nível das infraestruturas básicas: abastecimento de água, esgotos e eletricidade, para além das acessibilidades, condição fundamental para a deslocação das pessoas. As pessoas têm que perceber e sentir que, à medida que o tempo passa, a sua vida fica mais facilitada e confortável. É para isso que trabalhamos. Elas têm que querer ficar aqui e construir a sua vida e família. Quem já foi embora, deve perceber que já pode voltar porque criámos as condições necessárias para esse efeito”.

O autarca assegura que o Executivo Municipal foi criterioso em todas as escolhas e desenvolveu obras estruturantes na região que, atualmente, fazem toda a diferença na vida dos munícipes. O edil explica que, ao nível da saúde, o concelho apresenta três espaços, Oriente, Ocidente e Centro, “tudo para as pessoas evitem grandes deslocações para o acesso a um direito básico”. O mesmo acontece com as escolas que já estão agregadas em centros escolares. O município está ainda dotado de diversas estruturas desportivas, ideais para a prática das mais diversas modalidades. “A nossa missão é melhorarmos a vida dos nossos munícipes. Aqui não há poluição, apenas ar puro. À nossa volta temos o belo rio Douro e toda a sua beleza”. Como Manuel Garcez Trindade se apresenta como candidato a um terceiro mandato nas próximas eleições autárquicas, o edil explica que este terceiro e último mandato, “caso os resendenses continuem a confiar em nós e no nosso trabalho, será, sobretudo, de conclusão e consolidação de algumas obras e projetos. A missão de um presidente de câmara é muito extenuante, desgastante, stressante e, não raras vezes, injustamente julgada, contudo seguimos confiantes no trabalho realizado”. Neste sentido, o autarca revela que o foco das candidaturas apresentadas a fundos comunitários e que serão operacionalizadas a partir de 2022 estão vocacionadas para o proveito e potenciação de todos os produtos endógenos existentes, nomea-



Manuel Garcez Trindade

LIGAÇÃO A BAIÃO SERÁ UMA REALIDADE

Manuel Garcez Trindade anuncia que o novo Plano de Recuperação e Resiliência inclui desejada construção da obra rodoviária que vai ligar Resende a Baião, através da Ponte da Ermida. “Esta é uma aspiração antiga de todos os baionenses e de todos os resendenses. Finalmente vai tornar-se uma realidade esta via que fará parte do itinerário complementar da A4 e que vai ligar Resende aos municípios vizinhos do Marco de Canaveses e de Baião”.

damente, a produção de cereja e o aproveitamento das águas termais, “conferindo-lhes progresso e modernidade. Neste sentido, há quatro anos que estamos a trabalhar na construção de um manual de boas práticas para a produção de cereja, em articulação com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. O objetivo é que os produtores uniformizem a sua produção, por forma a ganharem escala na sua comercialização, o que seria uma mais-valia para todos, na medida em que potenciará a exportação deste ex-líbris local. Por sua vez, as águas termais estão a alavancar o turismo, sendo que temos sido visitados por investidores que pretendem, por exemplo, criar novas respostas ao nível do turismo rural na região. Felizmente, começamos a despertar o interesse e os visitantes têm aumentado exponencialmente”.

A PANDEMIA NO CONCELHO

Durante a primeira vaga da atual pandemia, Manuel Garcez Trindade assevera foi criado, de imediato, um gabinete de crise que funcionou no quartel dos bombeiros voluntários locais, que incluiu a Proteção Civil Distrital e local a Câmara Municipal de Resende e a autoridade de saúde local. Para além da missão informativa e didática que sempre teve com toda a população, a Autarquia também distribuiu equipamentos de proteção individual (EPI), nomeadamente máscaras a todas as pessoas do concelho e EPI completos às IPSS. O município auxiliou ainda os resendenses na realização de testes, sempre que necessário. O Executivo também levou a cabo várias ações com o objetivo de mitigar as consequências desta pandemia. Entre elas, o autarca destaca a isenção de paga-

mento de renda para todos os inquilinos de espaços detidos pela Autarquia, sendo que todo o comércio local, IPSS e bombeiros também ficaram dispensados do pagamento de água e de eletricidade, uma vez que o município assumiu o seu pagamento. “Tivemos que estar atentos até porque algumas IPSS foram muito fustigadas por esta doença e tiveram que ser devidamente ajudadas. Esta é uma nova realidade e dependerá de todos nós a sua resolução. Temos que ter esperança e confiança no futuro”.

Quanto à atual campanha de vacinação, o edil relembra o seu início: “As autoridades decidiram que os resendenses iam ser vacinados num concelho vizinho, o que não deixámos acontecer. Rapidamente, em estreita articulação com o centro de saúde local, conseguimos criar as condições necessárias para que os nossos cidadãos fossem vacinados no concelho, o que tem vindo a acontecer desde o primeiro momento. Também disponibilizamos veículos e motoristas para que todas as pessoas se desloquem até ao local da vacinação, ou para que a equipa de vacinação se possa deslocar a casa de pessoas acamadas. Não podíamos permitir que alguém ficasse esquecido ou para trás por falta de meios. Por fim, disponibilizamos recursos humanos da área administrativa para o centro de saúde, com o objetivo de agilizar todos os contactos e burocracia resultante de todo este processo”.

MANDATO EXIGENTE COM OBRA REALIZADA

Apesar da pandemia, Manuel Garcez Trindade garante que a Autarquia conseguiu concluir uma série de candidaturas a fundos comunitários que foram aprovadas e que estão prontas a avançar. Exemplo disso é aprovação daquele que é o grande projeto deste mandato: a “Reabilitação e Reconversão Parcial do Edifício Termal de Caldas de Aregos”, projeto ligado à área da eficiência energética e que representa um investimento aproximado de 871 mil euros, valor cofinanciado pela FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, em cerca de 827 mil euros.

O autarca advoga que, com este projeto, “pretende-se melhorar a qualidade energética e ambiental do edifício, através da redução do consumo de energia e subsequente redução das emissões de CO2, promovendo uma gestão inteli-



“A VERDADE É QUE AS NOSSAS GRANDES OBRAS OU JÁ ESTÃO EM CURSO OU ESTÃO A COMEÇAR, AINDA QUE RECONHEÇAMOS QUE A PANDEMIA ATRASOU MUITOS PROCESSOS”

gente da energia. O projeto visa, ainda, a implementação de medidas de eficiência energética numa infraestrutura pública em funcionamento da Administração Local, contribuindo, desta forma, para a execução do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética [PNAEE]”.

Esta candidatura vem juntar-se ao projeto submetido pelo município ao PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos, que vai permitir transformar as Termas de Caldas de Aregos na Estância Termal do Douro. “Trata-se de uma operação muito importante para o nosso concelho e que irá permitir dar uma nova vida a Caldas de Aregos. Temos que rentabilizar este recurso natural de excelência de que dispomos de forma eficaz”, defende o edil, que completa: “O nosso objetivo é que esta seja a estância termal do Douro, o que nos permitirá afirmar como um destino preferencial na área da saúde e bem-estar, aumentando a nossa atratividade turística”.

De acordo com Manuel Garcez Trindade, o projeto prevê a reabilitação integral do edifício, redefinindo o programa base de tratamentos termais nas suas cinco tipologias, modernizando-as e aumentando a diversidade de tratamentos de cada grupo, sendo que será ainda realizado o acréscimo de um setor de bem-estar/SPA com um conjunto de valências capazes de atrair novos públi-


cos, como a piscina exterior, sauna/banho turco, cosmética, espaços de apoio (sala de conferências, cafetaria e esplanada). No que respeita ao alojamento termal, está prevista a criação de unidades individuais de diferentes tipologias, de forma a aumentar o conforto dos utentes, “proporcionando condições ao prolongamento da sua permanência e anulando o efeito da sazonalidade”. O projeto fica completo com “terraços para estabelecer ligação direta com o Douro”, um “parque exterior terapêutico com poças de água quente”, um equipamento de manutenção e um anfiteatro ao ar livre.

Paralelamente, segundo o autarca, já avançaram as obras de Regeneração Urbana do Espaço Público do Povoado Antigo de Caldas de Aregos, empreitada realizada no âmbito do PARU - Plano de Ação de Reabilitação Urbana, sendo que, nesta fase inicial, as intervenções baseiam-se na abertura de valas para a colocação de infraestruturas, nomeadamente águas pluviais, eletricidade e telecomunicações. Esta ação, num valor superior a 240 mil euros, e participada através de uma candidatura submetida ao NORTE 2020, pretende, entre outros aspetos, eliminar dissonâncias e elementos de má qualidade arquitetónica, assim como reabilitar os elementos de melhor qualidade, reforçando conceitos como praticidade no casco histórico e valorizando pequenos espa-



ços de estadia existentes, tornando também possível o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

“A verdade é que as nossas grandes obras ou já estão em curso ou estão a começar, ainda que reconheçamos que a pandemia atrasou muitos processos. Apesar disso, a vida continua e o nosso trabalho não pode esmorecer. Temos que continuar a lutar pelo futuro deste concelho. Assim, também temos uma candidatura submetida ao programa PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais e que está à espera de avaliação para, em parceria com a APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viseu e a Diocese de Lamego, adaptar uma ala do Seminário Menor de Resende numa instituição de apoio a pessoas com deficiência, com lar residencial e centro de atividades ocupacionais, num investimento que vai rondar os dois milhões de euros” sublinha Manuel Garcez Trindade, que garante que, atualmente, estão a ser investidos, no município, cerca de dez milhões de euros. “Apesar de todas as vicissitudes, conseguimos cumprir, quase na totalidade, o programa eleitoral apresentado em 2017, o que é significativo. Seja como for, estamos e iremos continuar atentos e vigilantes, por forma a podermos fornecer a ajuda necessária a todos os nossos munícipes”.

Por fim, Manuel Garcez Trindade deixa uma mensagem a todos os habitantes de Resende: “Espero que as pessoas continuem a acreditar em nós e no nosso trabalho, até porque ciámos uma condição fundamental para o futuro: a capacidade de endividamento necessária para que possa haver investimento, realidade muito distinta da que existia quando tomamos posse para o nosso primeiro mandato e julgo que esse esforço deve ser valorizado e reconhecido”. 

VF PLAS – VASCO FONSECA, LDA.

EMPRESA ÚNICA EM PORTUGAL

A VF Plas, localizada em Ribeira de Pena, é uma empresa especializada na inovação e desenvolvimento de produtos na área dos termoplásticos, através da transformação destes materiais, entre as secções de extrusão e injeção. Com centenas de clientes satisfeitos e presente num nicho de mercado, sem forte concorrência no nosso País, esta é uma empresa única em Portugal.

► Vasco Fonseca, responsável pela VF Plas, recorda que, depois de frequentar o curso de polímeros, em Guimarães, o negócio foi crescendo e o empresário, em 2006, decidiu construir novas instalações, em Ribeira de Pena, criando formalmente a VF Plas. Hoje, a empresa possui oito linhas de transformação de termoplásticos distribuídas entre as secções de extrusão e injeção e labora suportada numa equipa constituída por uma dezena de funcionários, tendo atingido um volume de faturação superior a um milhão de euros, em 2020.

Tirando partido do vasto *know-how* da sua equipa de trabalho e dos equipamentos que possui, a VF Plas transforma uma vasta gama de termoplásticos, com destaque para o PS (poliestireno), o PP (polipropileno), o PE (polietileno baixa densidade, LDPE ou polietileno de alta densidade) e o ABS (acrilonitrila, butadieno, estireno). “Somos ainda os únicos, em Portugal, a transformar por extrusão os materiais ESD – electric static discharge, muito utilizado na indústria eletrónica em tabuleiros para transporte dos componentes eletrónicos. Estes tabuleiros, apesar da boa resistência mecânica, química, bom isolamento e baixo custo, podem facilmente ser carregados eletricamente, o que pode acabar por danificar os componentes eletrónicos. Assim, para evitar que isto ocorra, é ne-

cessário modificar as características do polímero base com que são produzidos e protegê-los contra eventuais descargas electroestáticas, algo possível com a adição de aditivos que possam alterar a sua resistividade intrínseca. Assim, e em função da proteção que o cliente necessita para o produto, produzimos laminados com três níveis diferentes de resistividade”, explica o empresário.

Vasco Fonseca advoga que os principais clientes da VF Plas são os termoformadores que fabricam todo o tipo de peças, quer técnicas, quer de grande consumo, nomeadamente para as indústrias de componentes automóvel, de frio e de eletrónica. “Basicamente recebemos os termoplásticos em grânulos e transformámo-los em chapas ou em bobines que são depois cortadas e moldadas pelos nossos clientes. Estamos presentes num nicho de mercado tão específico que não temos grandes concorrentes no mercado nacional. Os meus concorrentes estão sobretudo na Áustria, em França e em Espanha. A indústria de componentes automóvel está muito presente em Portugal, pelo que existem muitos fornecedores desta indústria dedicados à termoformação. A questão é que antes estas tinham que recorrer à importação para adquirir a sua matéria-prima e é precisamente aqui que a VF Plas faz toda a diferença, uma vez



Vasco Fonseca

que, desta forma, os termoformadores conseguem adquirir a sua matéria-prima em Portugal, o que diminuiu significativamente o tempo de entrega”.

A VF Plas está presente tanto no mercado nacional como internacional, estando presente nomeadamente na vizinha Espanha. “Ainda que a nossa posição em Portugal esteja consolidada e que conquistemos cada vez mais clientes, a nossa expectativa é a de que o mercado externo será cada vez mais importante e deverá suplantar o mercado português”, esclarece o empresário.

Vasco Fonseca assegura que, a nível interno, a atual pandemia não alterou significativamente a ação da empresa, até porque esta nunca deixou de laborar. “A Covid-19 adiou apenas uma aposta mais incisiva no mercado espanhol que tínhamos projetado para 2020 e que acabou por não acontecer. Gostaríamos que esta fosse uma realidade este ano, mas julgamos que este projeto poderá ter que ser adiado, uma vez que a pandemia po-

de não permitir a sua concretização. Apesar disso, para este ano, está previsto um investimento superior a um milhão de euros para a aquisição de novos equipamentos produtivos que nos permitirão diversificar ainda mais a panóplia de produtos que colocamos ao dispor dos nossos clientes”. Se a pandemia não foi um grande problema, o empresário revela que o mesmo não acontece quando pretende contratar mão de obra, sobretudo qualificada. “As antigas escolas industriais deixaram de existir e passamos a ser um País de doutores e engenheiros. Queremos contratar pessoas qualificadas em determinadas áreas técnicas e estas não existem. Era importante que o ensino fosse ao encontro das necessidades do mercado e das empresas”. Apesar disso, Vasco Fonseca mostra-se confiante no futuro e até planeia a construção de novas instalações. “Espero que tal seja possível, contudo, temos que caminhar paulatinamente, até porque temos que ser sempre cautelosos”. ✦



 ESD
  CHAPAS
  BOBINES
  RECICLAGEM

Reunimos uma vasta experiência na produção de termoplásticos extrudidos em chapa ou bobine, nas cores que os clientes pretenderem e com acabamento mate, brilho ou texturado

Zona Industrial de Portela de Santa Eulália | 4870-185 Ribeira de Pena | 259 495 037 | comercial@vfplas.pt | www.vfplas.pt

VINHO BUGALHA

PEDAÇO DE HISTÓRIA DA PAIXÃO PELO DOURO

A Quinta da Cruz, localizada em Folgosa do Douro, produz o Bugalha, um vinho que nasce de uma paixão pela região do Douro, pelo pedaço da sua história, das duas tradições e pela busca incessante de soluções inovadoras e diferenciadoras para a produção dos melhores vinhos. Este verdadeiro néctar dos deuses já conquistou centenas de portugueses e prepara-se agora para conquistar o mundo.

► Os pais de João Barata, atual responsável pelo Vinho Bugalha, adquiriram a Quinta da Cruz, em Folgosa do Douro, no início dos anos 2000. As vinhas velhas foram reconvertidas e foi construída a casa onde não podia faltar a adega. Em 2012, por sugestão de um amigo da família e enólogo, Pedro Lopes da Silva, a Quinta realizou a sua primeira vinificação. Agradavelmente surpreendido com o vinho produzido, João Barata decide, em 2017, lançar o seu primeiro vinho para o mercado, o Bugalha Douro DOC Superior Tinto 2015.

“Este projeto nasce da paixão pela região do Douro e pelos seus vinhos, retirando o que de melhor esta belíssima região tem. A nossa preocupação começa na viticultura, com a obtenção de pontos de maturação excelentes, passa pela enologia, com o intuito de enaltecer o terroir e as respetivas castas, e termina num marketing diferenciador e de proximidade com o consumidor, tudo numa experiência diferenciadora, que vai muito além da degustação de um excelente vinho da Região do Douro”, explica João Barata.

Apesar da boa aceitação, o projeto tinha um problema, detinha apenas uma referência de vinho no mercado. Assim, em plena crise pandémica, a empresa lança quatro novas referências e o sucesso foi retumbante, sendo que, neste momento, está disponível uma quantidade muito reduzida das referências produzidas.

Quanto ao estado do mercado, João Barata admite apreensão. “As adegas estão com stock devido ao encerramento do canal HORECA. Já o sector da exportação está a crescer o que pode equilibrar a tesouraria. No entanto, no nosso caso, a diferenciação aconteceu graças às plataformas digitais, estabelecemos-nos como uma marca emergente e conseguimos despertar a curiosidade junto dos consumidores”.

O empresário reconhece que o vinho é um negócio, mas defende que não existe concorrência. “Todos os vinhos são únicos, bons e têm uma história. O vinho deveria ser encarado, por produtores e consumidores, como um pedaço de história. É feito para podermos celebrar a vida, para podermos partilhar. Assim, todos os vinhos têm um espaço, um posicionamento e são insubstituíveis”. Se a concorrência não é um problema, a falta de mão de obra é uma problemática inquestionável. “Diariamente reunimos esforços para suprir as necessidades da vinha porque, como sistema vivo que é, não tem interregnos. Julgo que a solução passaria pela valorização das pessoas que trabalham arduamente na vinha, uma vez que as práticas culturais têm um papel fulcral na qualidade das uvas. Se temos o apoio de quem nos acompanha desde o início, reconheço que é difícil incutir esta profissão nas gerações mais novas, o que nos leva a uma situação insustentável num futuro próximo”.



José Barata e João Barata

A APOSTA NO TURISMO

Em 2018, apostam na criação de um alojamento local, o Bugalha My Loft Douro, localizado numa zona central da cidade, a apenas dois minutos da estação ferroviária da Régua e a cinco minutos do cais. “Este é um local onde o conforto é um *must* e o descanso está garantido”. O espaço é constituído por nove apartamentos, onde a decoração e o conforto foram idealizados para que os hóspedes se possam sentir em casa. “Em relação aos serviços que disponibilizamos, temos algumas parcerias, tudo para que possamos proporcionar aos nossos hóspedes uma experiência única. Falo de visitas a quintas, passeios de barco, provas de vinhos, entre outros. É por isso que a expectativa para este verão é muito elevada. Ansiamos pela abertura e vinda dos turistas”.


Quanto ao futuro, o empresário revela que, em relação à marca Bugalha, a aposta passará pela criação de um alojamento local em Santa Marta de Penaguião, pelo upgrade da adega e pela consolidação das parcerias criadas ao longo dos últimos dois anos. “Queremos aumentar a capacidade da adega até ao limite da produção máxima da



Setembro 2019



Miradouro Quinta da Cruz

quinta, tudo para que possamos suprir as necessidades das nossas encomendas, nunca descuidando a qualidade intrínseca dos nossos vinhos. Quanto ao turismo, aqui estaremos para recebermos de braços abertos todos aqueles que nos quiserem visitar”. 

JMAF – CONSTRUÇÕES UNIPESSEAL, LDA.

A ESCOLHA CERTA PARA UMA CONSTRUÇÃO DE QUALIDADE

A JMAF – Construções Unipessoal, Lda., localizada em Resende, foi criada por Jorge Fonseca, em 2013. Com uma equipa altamente qualificada constituída por uma dezena de funcionários e com uma aposta clara no rigor, profissionalismo e eficácia, a JMAF é a escolha certa para todos aqueles que procuram uma construção de qualidade.

► Com uma vida dedicada ao setor da construção civil, Jorge Fonseca, responsável pela JMAF – Construções Unipessoal, Lda., recorda como tudo começou: “Já o meu pai trabalhava nesta área. Foi por isso natural que, desde pequeno, fosse com ele para as obras e comesse a aprender esta arte. Contudo, com a última crise que afetou o setor, a empresa acabou por encerrar. Foi nessa altura, em 2013, que decidi lançar-me por conta própria e criar este projeto”. Atualmente, a empresa é especializada em todo o tipo de trabalhos de construção civil, manutenção e reparação de edifícios e obras públicas. A JMAF realiza ainda trabalhos de serralharia civil e aplica o sistema capoto.

Com uma equipa composta por uma dezena de pessoas, recorrendo à subcontratação sempre que necessário, a empresa faturou 2.5 milhões de euros, em 2020. “Trabalhamos sobretudo aqui em Resende e no concelho vizinho de Lamego, sendo que podemos deslocar-nos para mais longe caso os nossos clientes assim pretendam. Neste momento estamos a realizar uma obra no Porto. Se as pessoas já nos conhecem e mantêm connosco uma relação longa

de confiança não podemos defraudar expectativas e abandonar os nossos clientes, até porque a sua completa satisfação é a melhor publicidade que podemos ter. Se eles estiverem satisfeitos recomendam os nossos serviços e conseguimos novos clientes, o que faz com que a empresa cresça e prospere”, explica o empresário.

A ATUALIDADE NO SETOR

Jorge Fonseca confessa que encara o mercado com algum receio para o estado atual do mercado devido à pandemia que assola todo o mundo. “Ainda que o setor da construção civil não tenha sido muito afetado, acredito que isso acontecerá a curto ou médio prazo. Ainda que as obras que estamos a realizar já estivessem contratualizadas, temos a nossa carteira de obras já preenchida para os próximos dois anos. Apesar disso, não sei o que o futuro trará, uma vez que as pessoas foram muito afetadas por toda esta situação e esse facto poderá condicionar os seus futuros investimentos. Além disso, o preço das matérias-primas está a subir exponencialmente ao longo dos últimos meses, o que também condiciona muito a nossa atuação”.

Quanto à concorrência, o empresário admite que a JMAF se debate com empresas que laboram de forma leal, assim como com empresas que estão presentes no mercado de forma desleal. “É complicado concorrer com empresas que não cumprem com as suas obrigações fiscais. Claro que depois conseguem propor aos clientes um preço muito mais baixo, as despesas são inexistentes. Felizmente, os nossos clientes não olham para o preço e valorizam a qualidade do nosso trabalho”.

Jorge Fonseca advoga ainda que, apesar de reconhecer que é muito complicado, na atualidade, contratar novos profissionais, sobretudo especializados, para este setor, tenta nunca recusar trabalho. “Nesta empresa existe um verdadeiro espírito de grupo e a dedicação é uma certeza. Tentamos sempre realizar o máximo das tarefas e rentabilizar ao máximo todos os dias. Apesar disso, é um facto que os mais jovens não se interessam por esta arte. Quando era pequeno, nas férias escolares, eram vários os jovens que queriam começar a trabalhar e a aprender um ofício. Hoje em dia, não aparece ninguém. Daqui a



Jorge Fonseca

dez anos não sei como será. Não haverá pessoas disponíveis, nem para trabalhar, nem para ensinar. Acredito que quando isso acontecer, os poucos profissionais existentes serão muito bem remunerados”.

Quanto ao futuro, o empresário revela que, para além de querer consolidar o mercado da JMAF e continuar a crescer, está a ponderar a possibilidade de avançar para o setor imobiliário, ou seja, “construir para vender. Este é um projeto que ainda estou a equacionar. Somos prudentes e cautelosos e nunca podemos correr o risco de colocar em causa o acompanhamento que prestamos aos nossos clientes”, conclui. ✚



JMAF
Alvará N.º 62294
CONSTRUÇÕES
Jorge Manuel Almeida da Fonseca, Construções Unipessoal, Lda.

Rua José Pereira Monteiro, n.º 195 | Tm. 919 649 471
4460-246 Resende | fonsecasmm@hotmail.com

JMAF.Construcoes

NJN ARQUITETURA ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO

CONSTRUIR SONHOS, CRIAR REALIDADES



A NJN - Arquitetura Engenharia & Construção, localizada em Ponte de Lima, foi criada há cerca de um ano por Nelson Costa, engenheiro civil e do ambiente, jovem empresário que, juntamente com alguns amigos, decidiu lançar-se por conta própria. Com uma aposta clara na qualidade e na escolha dos melhores materiais e soluções, a NJN propõe-se a construir sonhos e a criar realidades.

► Nelson Costa, responsável pela NJN Arquitetura Engenharia & Construção, revela que a paixão pelo setor da construção civil começou com o pai que sempre trabalhou na área. “Quando terminei o curso em engenharia civil e do ambiente, e após vários estágios no estrangeiro, decidi que me queria lançar por conta própria, juntamente com alguns colegas que conheci no decorrer do meu percurso académico. Assim, há cerca de um ano, criámos a NJN onde conseguimos uma solução diferenciada, em que no mesmo local, conciliamos a arte do projeto de arquitetura em sintonia com as diversas especialidades de engenharia, envolvendo o cliente na fase de elaboração, aconselhando-o sempre sobre as melhores soluções, ao mesmo tempo que incluímos seu gosto e a marca pessoal. Na NJN cada projeto de arquitetura é customizado à medida e único”.

A NJN E A ARTE DA CONSTRUÇÃO

Estando na vanguarda das novas técnicas e processos construtivos no que toca ao conhecimento de prescrição das melhores soluções, a empresa está em permanente contacto com as mais prestigiadas fábricas de materiais de construção do mundo. “É comum esperar-

mos algumas semanas pela encomenda de um produto que vem da outra parte do globo, mas, só assim obtemos a excelência na construção. Só é possível esta flexibilidade com o bom planeamento do cronograma de trabalhos”, diz o empresário.

No que concerne à construção dos seus projetos, aliado ao pormenorizado projeto de execução e a um detalhado caderno de encargos, a NJN encarrega-se de todas as fases de obra, desde o levantamento de estrutura, acabamentos, respetivo recheio e todas as especialidades, passando pelos arranjos exteriores, o que resulta numa moradia de sonho, assegurando a estética no melhor desempenho e funcionalidade com selo de qualidade e garantia NJN. A empresa engloba ainda uma elevada panóplia de ferramentas para atingir este rigor na construção, começando pelo planeamento onde existe uma realização de renders 3D ultrarealistas, passando pelo fabrico de maquetes de elevado pormenor e design de peças e mobiliário customizado.

O empresário garante que a missão é privilegiar o interesse do cliente, a construção estudada e a variedade de opções a que o cliente tem acesso. “Temos como matriz o rigor e o gosto pela

arte do projeto e da construção, onde queremos ser uma referência na qualidade e na inovação, assegurando a completa satisfação dos nossos clientes. Queremos marcar a diferença através de um acompanhamento permanente, aliado a um aconselhamento técnico preciso e sustentado”.


ANTIGO VS. NOVO

Além da nova construção, a empresa realiza muitos projetos de reabilitação. “Aparecem frequentemente problemas que temos que solucionar. Antigamente, as construções não eram realizadas com o mesmo cuidado, só estava em causa o preço. Hoje, temos que mostrar ao cliente porque é que a obra não pode ser realizada de determinada forma e porque é que a solução encontrada é mais cara. Contudo, ainda que mais cara à partida, essa solução significa que o cliente ficará satisfeito por muitos e bons anos. Os clientes estão recetivos a realizar esse investimento desde que percebam a sua pertinência e importância”.

Olhando para o mercado, Nelson Costa considera que, em Portugal, o setor da construção está longe daquilo que é feito por toda a Europa, porque “continuamos a considerar que o tradicional é bom. O acesso a todo o tipo de informa-

ção está facilitado com as novas tecnologias, pelo que é importante que a informação seja clara, precisa e não deixe margem para dúvidas. Queremos afirmar-nos no mercado como uma solução de qualidade, profissionalismo e rigor”. Olhando para trás, o empresário afirma que o primeiro ano de trabalho superou as expectativas quanto ao portfolio adquirido. “Estamos orgulhosos com a satisfação dos nossos clientes e com o sucesso de projetos desafiantes realizados no centro histórico de Ponte de Lima e em diversas herdades do nosso concelho onde trabalhámos em património centenário”.

FUTURO

Quanto ao futuro, Nelson Costa afirma que pretende estender a ação da empresa a concelhos vizinhos e também a internacionalização, nomeadamente para o Luxemburgo, onde temos contactos e possíveis parcerias com empresas que laboram nesta área de negócio. Além disso, somos defensores de uma construção mais sustentável, até pela minha formação. É por isso que estamos em permanente contacto com as soluções de construção mais ecológicas. Também por isso escolhemos a cor verde para a marca da empresa”. 



ARQUITETURA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

Rua João Rodrigues de Morais (Centro Comercial Ibérico)
4990-072 Ponte de Lima
258 092 005 / 961 119 429 . geral.njn@gmail.com



Projetos de arquitetura . Projetos de engenharia . Construção
Reabilitação . Design de interiores / 3D's realistas . Orçamentos chave-na-mão

Siga-nos no Facebook  /GabineteNJN



www.cm-cadaval.pt



Cadavalcative

www.cadavalcative.pt

CADAVAL

Visite-nos!

**Em pleno coração do Oeste,
A beleza da ruralidade aliada à majestosa serra de Montejunto.**



VOTE FOR US

FRAGAS DE SÃO SIMÃO

A TUA HISTÓRIA COMEÇA AQUI...



**FIGUEIRÓ
DOS
VINHOS**

ARTE VIVA



FAZUNCHAR

ADA
MAS
TOR
20

BOTICAS

A Sedução da Montanha



*Uma mão cheia de bons motivos
para nos visitar!*

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

LOJA INTERATIVA
DE TURISMO
BOTICAS



centro de artes
NADIR AFONSO

PAVT
PARQUE ARQUEOLÓGICO
DO VALE DO TERVA

BOTICAS
PARQUE
NATURZA &
BIOVERSIDADE

Centro
Espaço de
Documentação e
Implementação da
Escultura
CANTÁRIA